



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA EM ACARÁ, PARÁ-
TRAÇANDO CAMINHOS DA RESTAURAÇÃO E DA COLETIVIDADE NA
AMAZÔNIA PARAENSE.**

DIEGO MARCOS BORGES GOMES DE SOUZA

RIO DE JANEIRO

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA EM ACARÁ, PARÁ-
TRAÇANDO CAMINHOS DA RESTAURAÇÃO E DA COLETIVIDADE NA
AMAZÔNIA PARAENSE.**

DIEGO MARCOS BORGES GOMES DE SOUZA

Sob a orientação da Professora:

**THEREZA CRISTINA CARDOSO
MENEZES**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Área de concentração: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

RIO DE JANEIRO

2024

MD559a MARCOS BORGES GOMES DE SOUZA , DIEGO , 1998-
t A TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA EM ACARÁ, PARÁ- TRAÇANDO
CAMINHOS DA RESTAURAÇÃO E DA COLETIVIDADE
NA AMAZÔNIA PARAENSE / DIEGO MARCOS BORGES GOMES DE
SOUZA . - benevides, 2024.
118 f.: il.

Orientadora: THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE, 2024.

1. Agricultura Familiar . 2. Assentamento Rural .
3. Restauração Florestal . 4. Amazônia . 5. Sistemas
Agroflorestais . I. CRISTINA CARDOSO MENEZES, THEREZA
, 1970-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

**DIEGO MARCOS BORGES GOMES DE
SOUZA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 15/05/2024.

Prof.^a Dr.^a THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. CLOVES FARIAS PEREIRA (EXTERNO À INSTITUIÇÃO)



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 17389/2024 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/09/2024 18:21)

CLAUDIA JOB SCHMITT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: ###328#1

(Assinado digitalmente em 08/10/2024 18:03)

CLOVES FARIAS PEREIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.272-##

(Assinado digitalmente em 23/09/2024 14:10)

THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: ###515#1

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **17389**, ano: **2024**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **23/09/2024** e o código de verificação: **86234caa75**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CPDA/UFRRJ, alunos, professores, funcionários e a todos que pude aprender e compartilhar experiências neste longo processo formativo. Com toda certeza minha caminhada foi de imenso aprendizado e de grande contribuição formativa pessoal e profissional, saio do CPDA com grandes aprendizados e conhecimentos. Agradeço a orientação dialogada de Thereza Menezes, sem dúvida me questionando e colocando confiança em minha pesquisa e respeitando todos os processos formativos essenciais nesta jornada. Agradeço a todos os professores com quem cursei disciplinas no CPDA: Claudia Job Schmitt, Fabrina Furtado, Antonádea Borges, Débora Lerrer e todos os outros, sem dúvida cada um foi essencial para construção desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos Marcelo, Marina, Thalita e Priscila, companheiros de turma e amigos para a vida que o mestrado pode me proporcionar e que foram essenciais nesta jornada ao longo dos anos. Onde nos caminhos foram compartilhados frustrações, alegrias e aprendizados. E a todos os meus amigos e companheiros de academia e vida que cada um em sua parte contribuíram para esta pesquisa de algum modo e maneira única.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço imensamente aos agricultores e agricultoras do assentamento Benedito Alves Bandeira que se dispuseram a participar e ouvir e contribuir com esta pesquisa. A hospitalidade do Sr. Arthur e Dona Regina, por me receberem em sua residência durante o pré-campo e campo. Também agradeço a todos os agricultores associados da associação de pequenos agricultores do assentamento (APRABAB), que construíram e se dispuseram a participar parte da história de luta e resistência dos trabalhadores do assentamento.

Ao IFPA, na presença do Professor Acácio Tarciso Moreira de Mello, por contribuir imensamente no campo prático e organizacional de contato com o assentamento, tanto pela oportunidade de continuidade de pesquisa, quanto pela confiança e apoio em todo o trajeto de construção desta dissertação, em seu início meio e fim. Também agradeço a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, por proporcionar reflexões formativas não convencionais em meu campo de visão e sempre me manter formado enquanto profissional da agronomia preocupado com a realidade agrícola e popular brasileira.

Agradeço ao imenso apoio de meus Pais Adenaldo Gomes e Cintia Eliani que são parte fundamentais de minha vida. Agradeço ainda a todos os amigos que se dispuseram e participaram deste processo de construção conjunta, de claro modo todos puderam contribuir coletivamente para a sua construção, amigos do Pará, Rio de Janeiro e Brasil a fora, em especial: Barbara Maisa, Bruna Gonsalves, Vinicius Rocha, Danilo Adelino, Leidiane Lima, Pedro Allace, Amanda Moura, Marina Cintra e Noah. Recai sobre esta pesquisa em uma longa jornada de aprendizado que me levaram a caminhos inimagináveis, agradeço muito a meus amigos que pude compartilhar cada pedaço desses caminhos, pela estrada longa que é a vida, como diria Barney Stinson da série how i met your mother: *“o que quer que vocês façam nesta vida, nada será tão grande se os seus amigos não estiverem lá para ver”*. Muito Obrigado, do fundo do meu coração apertado!

RESUMO

SOUZA, Diego Marcos Borges Gomes de. **A trajetórias dos agricultores familiares no assentamento benedito Alves bandeira em acará, Pará- a traçando caminhos da restauração e da coletividade na Amazônia paraense.** 2024 118p Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho compete identificar os processos de tomadas de decisões individuais e coletivas referentes às trajetórias dos agricultores familiares da associação dos pequenos produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB). A maioria dos agricultores tem origem no município de Bujaru, e articulam-se em grupos coletivos que têm origem nas comunidades eclesiais de base do município. A reconstrução das memórias e acontecimentos no assentamento, demonstram aproximações com instituições de ensino e apoio à agroecologia e desde meados de 2002, foram parte chave para mudanças de perspectivas de desenvolvimento socioprodutivos. A reconstrução das trajetórias nos mostra que os processos de transição para práticas ecológicas e a construção de sistemas agroflorestais se deu como um desafio no estabelecimento das perspectivas produtivas dos assentados. A chegada do projeto PROSAF (Projeto de Restauração Florestal através de Sistemas Agroflorestais) com a demonstração de modelos de sistemas agroflorestais mobilizaram perspectivas e influenciaram modos produtivos entre os associados. A forte presença das organizações coletivas foi partes cruciais dos processos de tomadas de decisões estabelecidos no ambiente de cada unidade familiar, a forte história de resistência, luta e engajamento perante a luta por justiça social, marca pontos de referências nos agentes sociais e lideranças do assentamento e nas tomadas de decisões perante as perspectivas produtivas. O estabelecimento de encontros em espaços coletivos, construções coletivas de sistemas agroflorestais, assim como a forte resistência ao avanço tecnológico do dendê, foram pontos comuns nas diversas trajetórias e história de vidas relatadas entre os assentados. A organização coletiva e individual de cada indivíduo representa as diversas possibilidades por buscas resilientes de estratégias produtivas frente às autonomias de gestão ecológicas dos sistemas produtivos e a memória biocultural das comunidades tradicionais.

Palavras chave: Agricultura Familiar, Amazônia, Restauração Florestal, Assentamento

ABSTRACT

SOUZA, Diego Marcos Borges Gomes de. **The trajectories of family farmers in the Benedito Alves Bandeira settlement in Acará, Pará - tracing paths of restoration and collectivity in the Amazon of Pará.** 2024 118p Dissertation (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society), Institute of Human and Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This work aims to identify the processes of individual and collective decision-making regarding the trajectories of family farmers of the association of small producers of the Benedito Alves Bandeira Settlement (APRABAB). Most of the farmers are from the municipality of Bujaru, and are organized in collective groups that originate from the ecclesial base communities of the municipality. The reconstruction of memories and events in the settlement demonstrates connections with educational institutions and support for agroecology and, since mid-2002, have been a key part of changes in socio-productive development perspectives. The reconstruction of the trajectories shows us that the transition processes to ecological practices and the construction of agroforestry systems were a challenge in establishing the productive perspectives of the settlers. The arrival of the PROSAF project (Forest Restoration Project through Agroforestry Systems) with the demonstration of models of agroforestry systems mobilized perspectives and influenced productive modes among the associates. The strong presence of collective organizations was a crucial part of the decision-making processes established in the environment of each family unit, the strong history of resistance, struggle and engagement in the fight for social justice, marks points of reference for the social agents and leaders of the settlement and in the decision-making regarding productive perspectives. The establishment of meetings in collective spaces, collective construction of agroforestry systems, as well as the strong resistance to the technological advance of oil palm, were common points in the various trajectories and life stories reported among the settlers. The collective and individual organization of each individual represents the diverse possibilities for resilient searches for productive strategies in the face of the ecological management autonomy of productive systems and the biocultural memory of traditional communities.

Keywords: Family Farming, Amazon, Forest Restoration, Settlement

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

APRABAB - Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira

APP - Área de preservação permanente

BBF - Brasil Bio Fuels

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única de Trabalhadores

CEP - Grupo de Educação Popular

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EAC – Escola Agrotécnica de Castanhal

FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia

FNO- Fundo constitucional do Norte

INCRA - Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará

IAAM - Instituto Agroecológico da Amazônia

OCEP - Organização das Cooperativas do Pará

ONU - Organização das Nações Unidas

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PAA - Plano de Adequação Ambiental e Agrícola da Propriedade Rural

PROSAF - Projeto de Restauração Florestal através de Sistemas Agroflorestais

PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PNPB - Programa Nacional de Produção de Biodiesel

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SAGRI - Secretaria do Estado do Pará de Agricultura

STR - Sindicato Rural dos Trabalhadores

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazonia

ZAE Dendê - Agroecológico-Econômico do Dendê ZAE Dendê

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
TRABALHO PRÉ-CAMPO	18
CAPÍTULO I: NORDESTE PARAENSE E O ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS	19
1. Caracterização territorial do nordeste paraense e o vale do Acará	19
2. Agricultura familiar no Vale do acará e as dinâmicas com a dendeicultura.....	28
• Avanço do dendê na região do vale do acará.....	30
3. História do assentamento Benedito Alves Bandeira	34
• PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS	37
CAPÍTULO II: ANTROPOCENO E A RECUPERAÇÃO FLORESTAL NA AMAZÔNIA	40
• Restauração florestal no Nordeste Paraense	40
• Transformações na Natureza e Nordeste paraense.....	41
• Restauração ecológica e perspectivas sociais	44
• Restauração na Amazônia e Nordeste Paraense	48
• Os sistemas produtivos amazônicos.....	50
• Algumas reflexões sobre o projeto PROSAF no assentamento BAB	54
• Os sistemas ecológicos e a restauração Florestal.....	58
• Reflexões sobre políticas ambientais na Amazônia	61
CAPÍTULO III: O ASSENTAMENTO BENEDITO ALVEZ BANDEIRA A LUZ DAS PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES	67
1. O local dos encontros da associação (aprabab)	68
2. Os olhares sobre os sistemas agroflorestais	72
3. A dendeicultura em meio ao assentamento BAB	75
4. Adentrando as histórias e os retratos do passado no assentamento	78
• REFLEXÕES SOBRE AS DINÂMICAS DAS TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES.....	84
• AS ATIVIDADES E PRÁTICAS PRODUTIVAS REALIZADAS.....	86
• Chegada do Instituto Agroecológico da Amazônia (IAAM) e os pontos de virada nas perspectivas de produção.....	88
• A participação institucional e as relações sociais	90
• A dendeicultura em meio às dinâmicas sociais.....	92

• OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS E AS DINÂMICAS PRODUTIVAS E SOCIAIS NO ASSENTAMENTO	95
• O ciclo da pimenta-do-reino no Pará.....	96
• Os sistemas agroflorestais e o Assentamento BAB.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXO I.....	114

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é característica em torno da ideia de que o sujeito agricultor é todo aquele que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família. No Brasil de norte a sul é possível encontrar uma diversidade muito grande de agricultores familiares, muitos deles obedecendo a denominações locais e regionais, como colonos, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho, entre outras (SCHNEIDER, 2008). A diversidade de atores em torno das várias características de produção familiar, tornam os contextos sociais das localidades cada vez mais importantes quando se é pautado políticas de assistência e apoio técnico no meio rural.

Na amazônia paraense a dinâmica da agricultura familiar obedece a lógicas de colonização induzida, juntamente com a grande disputa por terras e uma evolução de sistemas de produção que não seguem as mesmas trajetórias em todo território. Nesta lógica, a dinâmica de reprodução familiar, assim como a diversidade de trajetórias produtivas, engloba fatores condicionantes as dinâmicas sociais de cada localidade e espaço regional, considerando os limites geográficos de cada fator condicionante aquela localidade. Os diversos grupos em suas demasiadas configurações, englobam desde ribeirinhos, caboclos e povos indígenas tradicionais que desenvolvem diversas configurações ao em torno de seus sistemas produtivos, pressupondo diversas trajetórias em consideração aos fatores socioeconômicos, socioculturais e agroecológicos (HURTIENNE, 2005).

É nesta região, mais especificamente no nordeste Paraense, que fica localizado o Assentamento Benedito Alves Bandeira (BAB), um assentamento com uma importante história de luta de homens e mulheres morreram pela conquista de terras na região. O assentamento fica localizado no vale do Acará, que possui em sua abrangência os municípios paraenses de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, além de partes do município de Tomé-Açu e São Domingos do Capim. O território do vale do Acará é um exemplo de conseqüente, conflitos socioambientais causados pela expansão da monocultura do dendê, a procura do capital por mais terras tem encontrado recentemente resistência de grupos sociais dessa região, especialmente camponeses e remanescentes de quilombos, que lutam por reconhecimento de seus territórios e uso dos recursos naturais (COSTA, 2023). A cultura do dendê, que corresponde à base do agronegócio na região, é exógena ao meio físico e socioespacial do Vale do Acará, e tem se expandido sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Grandes projetos de monocultura como esse geralmente se instalam sem buscar quaisquer interações com os camponeses que ali vivem por gerações no

território, inseridos dentro ou não da área de implementação da cultura, muitas vezes sem conexão com outros atores influentes, isolados, sem força política, marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado (LITTLE, 2006).

No Acará, os agricultores do assentamento se organizam através da **Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB)** que tem sido responsável por captar e gerir recursos, apoiando os associados na implementação de projetos, bem como realizando a mediação com instituições e organizações de apoio e fomento da agricultura. Durante alguns anos, os agricultores da associação firmaram parcerias de relações com o Ideflor-Bio (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará) e IFPA (Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia), para implementação do projeto **PROSAF**: Projeto de Restauração Florestal Através de Sistemas Agroflorestais (SAF'S). Incorporado em meados de 2013 e 2014 no assentamento, o projeto trouxe a implementação de um viveiro de mudas coletivo, além de fornecer assistência técnica e cursos de formação para a implementação de sistemas agroflorestais comerciais para os agricultores participantes (SOUZA, 2018). Um dos principais objetivos do projeto é estabelecer um conjunto de ações para a recuperação de áreas degradadas através de SAF's, convergindo para a geração de conhecimento que subsidie o desenvolvimento socioeconômico das famílias locais.

O envolvimento com o projeto proporcionou uma maior uma maior articulação e compreensão de práticas de produção técnico ecológicas envolvendo princípios sistêmicos e holísticos em torno da construção de SAF's, incorporados através de metodologias participativas, dias de campo demonstrativos e de uma rotina de acompanhamento e trocas de experiências entre agricultores e técnicos (SOUZA, 2018). A forte relação entre IFPA e agricultores da associação APRABAB, são fundadas ao longo de muito tempo através do fortalecimento e estabelecimento de relações de confiança entre agricultores e facilitadores. Parte destas relações foram presenciados por mim enquanto aluno do IFPA, onde pude acompanhar atividades e processos de formação do projeto ao longo de 2016 e 2017.

Cabe ressaltar que a forte parceria de relação com o IFPA, foram fundadas ao longo do tempo através de vínculos institucionais, vivências, dias de campo e troca de conhecimentos firmados entre a associação e agentes externos. O principal grupo responsável por essas articulações era antigamente denominado grupo “mutirão”, grupo pioneiro nas articulações de

base com os agricultores e principalmente responsável pela maioria das articulações da associação APRABAB ao longo do tempo (MELLO, 2010). Dada essa questão a principal questão norteadora deste trabalho é compreender como as trajetórias dos agricultores participantes do projeto PROSAF, se articulam através das suas particularidades relacionadas a região e ao contexto agrário local, visualizando as dinâmicas fundiárias e principalmente sociais ao em torno dos olhares particulares de cada agricultor associado.

O objetivo geral deste trabalho é compreender os processos de adesão e tomadas de decisões referentes a produção no assentamento, visualizando melhor as particularidades das trajetórias dos agricultores da associação ao em torno da construção e articulação das relações com o IFPA e IDEFLOR, até a construção do projeto PROSAF. Pretendo reconstituir os caminhos relacionados às parcerias, o campo dos possíveis, identificando os diversos atores e as histórias diversas de agricultores em empreitadas produtivas dentro do assentamento.

As transformações na região impactam diretamente o universo de possibilidades para o desenvolvimento do assentamento rural, portanto buscarei identificar as transformações sociais e da dinâmica fundiária contrastantes tais como os momentos de impulso e incentivo para o agronegócio do dendê ou de projetos, iniciativas, recursos e presenças institucionais de promoção de reflorestamento e agricultura sustentável. Busco compreender como tais transformações incidem sobre o no assentamento Benedito Alves Bandeira e permitem visualizar com clareza que estão em jogo vetores distintos, apontando para destinos produtivos opostos para o uso da terra do nordeste paraense.

Para dar conta destes objetivos, o trabalho se estrutura em três partes: uma breve caracterização do nordeste paraense e do assentamento Benedito Alves Bandeira, caracterizando a região e, posteriormente, passando pela história do assentamento que é de suma importância para compreensão das transformações sociais presentes; na segunda parte, uma discussão a respeito das alternativas produtivas na Amazônia paraense, destacando os sistemas de recuperação florestais e abordando discussões do antropoceno e recuperação ambiental, principalmente destacando e questionando os sistemas agroflorestais como meios viáveis de produção para a agricultura familiar na Amazônia. Na última parte, discute-se as particularidades sociais e produtivas no BAB, enfatizando as trajetórias coletivas baseadas em experiências individuais, tecendo uma análise sobre os meios recorrentes das chegadas dos

agricultores no assentamento e os impactos ao longo do tempo. Por fim, procuro refletir a partir do contexto local sobre como as mudanças globais impactam a Amazônia.

PERPASSES NO TERRITÓRIO E A CHEGADA AOS OBJETIVOS

Como apresentado na breve introdução acima, minha relação com o assentamento Benedito Alves Bandeira, se iniciou em meados de 2017, enquanto ainda cursava o curso de agronomia no IFPA-campus castanhal. Em minhas diversas trajetórias e experiências dentro do curso, várias delas me levaram a caminhos que pude percorrer não somente fora da universidade, porém também há pensamentos que iam de contra ao modelo clássico dos cursos de agronomia prestados no Brasil, algumas delas foram o ingresso na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) em 2017, juntamente com o Núcleo de Estudos em Agroecologia da Amazônia (NEA) e os Estágios Interdisciplinares de Vivência do Curso de Agronomia do IFPA-castanhal. Nestas experiências, pude me localizar intelectualmente sobre a importância dos estudos e das relações estabelecidas com os agricultores familiares, visualizando principalmente a importância de se estabelecer um pensamento de valorização dos saberes e também das culturas tradicionais.

Minhas paixões pelos registros fotográficos me levaram a dedicar-me a realização de uma etnografia detalhada realizada a base de fotos, sobre os modos de produção familiar da comunidade mangangal em Igarapé-Miri em 2021. A pesquisa era principalmente voltada para os registros e as autopercepções sobre as fotografias dos seus modos de vida, registradas a partir de meu olhar. Porém ao ingressar no CPDA/UFRRJ em 2022, minhas percepções antropológicas de como nós enxergamos e nos colocamos em campo, enquanto “estrangeiros”, mudou. Visualizando a complexidade da ação dos sujeitos, não enxergadas somente a partir de meu olhar fotográfico, porém também a partir de suas percepções. Utilizar a fotografia como um meio de retrato, exigia muito mais aprofundamento sobre as linhas da antropologia visual do que eu esperava me debruçar. Logo, o projeto de pesquisa em que abrigava minha mente, mudou completamente, a partir de uma nova perspectiva teórica repliquei meu foco para outras relações e trabalhos realizados por mim, ao longo da agronomia.

Revisitar o assentamento Benedito Alves Bandeira, surgiu das muitas relações que ainda mantenho com o IFPA, tanto em nome de vários professores e atores importantes na construção deste trabalho, quanto em nome da própria instituição. Relações que foram fundamentais e serviram de alicerce para esta obra. Ao longo do curso de Agronomia (2016-2021), realizei

diversas visitas de campo e também estágios de vivência no assentamento, me debruçando em conhecer as experiências dos agricultores e principalmente visitar os sistemas produtivos baseados em modelos técnicos de agroflorestas onde o foco visava a diversificação da produção e principalmente agregação de valor para os produtores. Estas experiências me serviram como choques de realidade de que de fato a organização social coletiva e produtiva, muda os modos de vida e fortalece a preservação dos costumes culturais das famílias locais. O assentamento, é localizado no vale do Acará, região fortemente agredida pela monocultura do dendê e pelos grandes latifundiários do agronegócio pecuários da região, nestas grandes trajetórias de visitas é declaradamente notória a paisagem visual que me era demonstrada, visualizando a resistência a este sistema de produção localizado nas margens do assentamento.

Com isso em mãos, busquei revisitar teoricamente as construções realizadas no assentamento e como elas estavam postas para o mundo social e intelectual. Muitos foram as reflexões que perpassam por aquelas terras, demasiadamente a maioria delas decai sobre os aspectos técnicos e práticos dos modos de produção familiar e as experiências assim construídas no assentamento, juntamente com o IFPA e o IDEFLOR-bio.

Dentro destas reflexões, me deparei no início do curso em pensar em um projeto que refletisse a partir da construção das relações entre agricultores e IFPA, as perspectivas que abarcam essas relações, e principalmente como estas relações foram estabelecidas ao longo do tempo. Em um primeiro momento decai-me a pensar sobre a incidência do projeto Prosaf, implementado pelo Ideflor-bio em 2016 e fortificado com a construção de um viveiro de mudas coletivas no assentamento. Porém logo me confrontei com uma dificuldade em encontrar um objeto de pesquisa correlato de investigação notória. É então que juntamente com minha orientadora e o processo construtivo de formação do projeto de pesquisa com o CPDA/UFRRJ, avanço para construção de um objeto que reflita um processo formativo de adaptação da agricultura no assentamento e as relações intrínsecas dos agricultores para com os parceiros IFPA e Ideflor-bio.

A partir disso, busco pistas de como as construções e relações dos agricultores da associação de pequenos produtores rurais do assentamento, se moldaram ao longo do tempo no assentamento e de como estas relações foram responsáveis pelos resultados observados nos dias de hoje (arranjos produtivos e práticas ecológicas). Observo que existem estruturas responsáveis pelas construções das trajetórias dos agricultores associados, e que estão

intrinsecamente ligadas aos seus modos de vida e trajetórias ao longo da vida no assentamento. Com isso, almejo assim partir para uma visita de pré-campo, a fim de estabelecer melhor minhas conexões e também responder algumas perguntas, quanto as organizações e quais agricultores de fato seriam entrevistados e selecionados ao longo do processo de construção do trabalho.

TRABALHO PRÉ-CAMPO

Revisitar o local foi uma experiência nostálgica e certamente contribuiu muito para estreitar minhas aproximações com os agricultores chaves presentes na comunidade. Realizada dos dias 14 a 16 de abril de 2023, no assentamento Benedito Alves Bandeira, localizado no município do Acará-Pará. Primeiramente articulei-me com um interlocutor do IFPA para ter acesso ao local. Fiquei hospedado na casa de Senhor Arthur e Dona Regina, agricultores que recorrentemente recebem alunos e alunas em sua residência como parte de troca de experiências de estágios de vivência e passagens nos campos do assentamento. A casa fica localizada em uma posição estratégica da comunidade, pois tem acesso a outras *travessas* (estradas e ruas) e também é onde localiza-se o *viveiro de mudas da associação APRABAB*, o viveiro serve como local comunitário de referência no assentamento, pois recebe insumos diretamente de organizações e instituições que apoiam o projeto. É muito frequente também a realização de cursos comunitários entre os associados no local, contando com apoio do IFPA e IDEFLOR-bio.

Nos dias que passei no assentamento, propus-me a aprofundar-me nas interlocuções com os agricultores mais experientes e que participaram ativamente do projeto PROSAF, a fim de entender melhor suas histórias de vida e entrelaçamentos das razões e motivações com a participação no projeto. Com este panorama, pude aprofundar minhas perspectivas e visão sobre os agricultores no assentamento, conhecendo melhor a conjuntura social e produtiva sobre as perspectivas de visualização nos últimos anos de vivência de cada um. Minha linha de questionamento se direcionava a investigar e observar atentamente os aspectos produtivos relacionadas aos sistemas agroflorestais e também as tomadas de decisão envolvendo as trajetórias de cada agricultor. Compreendendo melhor aquele universo social coletivo, que se tratava cada história específica de cada agricultor. Com isso pude perceber as nuances ali relacionadas a contextos de desenvolvimento econômicos e sociais de escolhas de desenvolvimento dos agroecossistemas baseados nas trajetórias coletivas e individuais de cada

agricultor. Percebendo algumas configurações ali presentes que necessitavam de mais investigação delimitadas no período de campo.

CAPÍTULO I: NORDESTE PARAENSE E O ASSENTAMENTO BENEDITO ALVES BANDEIRA EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

Para compreendermos o território amplo que é o assentamento Benedito Alves Bandeira e sua história, primeiro precisamos caracterizar os diferentes tipos de campesinato e agricultura familiar presentes no território paraense, compreendendo melhor suas características e especificidades a que lhe competem em sua localização espacial, mais especificamente o nordeste paraense e o Vale do Acará. Neste capítulo, apresento este território, caracterizando a sua ocupação e, principalmente, as ordens diversas de agriculturas familiares presentes no território amazônico. Posteriormente me aprofundi na história do assentamento, apoiado em Melo (2010) e dados por mim coletados referente à organização da associação e os trabalhadores.

1. Caracterização territorial do nordeste paraense e o vale do Acará

ENTRELAÇAMENTOS TEORICOS SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA E AGRICULTURA FAMILIAR

A região do Nordeste Paraense, é uma das mais antigas áreas de colonização da Amazônia, caracterizada pela intensa antropização da paisagem, com perda substancial de suas características naturais (METZGER, 2002). O sistema de povoamento da região se destaca em distintas ocupações, segundo Andrade (2011) a primeira se estabeleceu ao longo de grandes rios (1890-1920), e outra fortemente influenciada por estradas, a primeira fase da borracha, se estabeleceu com uma grande integração da região com o mercado internacional. Diversas formas de produção com a agricultura foram estabelecidas ao longo do tempo, principalmente no que tange a agricultura familiar que recebeu diversas contribuições das culturas de populações tradicionais na região, estabelecendo e moldando as paisagens das florestas e as práticas de plantio, assim como as relações de comercialização e produção.

A agricultura familiar existente no Pará, pode ser caracterizado em diversas chaves de análises, como: óticas das relações dos agricultores para com os mercados, suas formas de

produção agrícolas, dentre outras. Pretendo abordar aqui como a agricultura familiar é intrinsecamente específica nesta região, levando a ótica de chaves de análises neomarxistas sobre a agricultura familiar, como estudos de Schneider (2009), que apontam teóricas marxistas aplicados na agricultura e as relações sociais no meio rural e que enfatizam a resistência a produção familiar em meio ao desenvolvimento do sistema capitalista. Também estudos aprofundados de Susan Mann e David Goodman sobre a persistência das unidades familiares de produção, assim como as especificidades da agricultura familiar e da produção simples de mercadoria, apontados por Claud Servolin e Harriet Friedmann.

As análises destes elementos, nos ajudam a compreender melhor as teorias que circundam a complexidade da agricultura familiar inseridas no sistema capitalista e que moldam as relações sociais das economias rurais. Isso nos leva para uma melhor compreensão da diversidade da agricultura camponesa, enfatizando um “*modo de produção específico*” regido por uma produção “*simples*” com interface com o modo de produção capitalista, mediante o intercâmbio de mercadorias entre os pequenos agricultores e as agroindústrias (SERVOLIN, 1972). As agriculturas familiares, são regidas por uma produção de mercadorias específicas, cujo os processos produtivos se estruturam em função das *relações sociais* específicas e a disponibilidade de força de trabalho não se separa da posse dos meios de produção (FRIEDMANN, 1978).

Esta complexidade de agricultura familiar nos coloca frente a faces distintas de análises sobre suas características, as noções de *campesinato* e *agricultura familiar* se complementam e diversos aspectos conceituais quando colocamos em ótica as **formas sociais e principalmente a organização do trabalho**, formando um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos, criando as condições materiais para garantir a sua reprodução enquanto grupo social (SCHNEIDER, 2008). Para Wanderley (2007), o campesinato se constitui historicamente como uma civilização ou uma cultura cuja dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas e que as mudanças introduzidas em suas camadas, afetam o conjunto do seu tecido social. O campesinato não se constitui de um mundo isolado do conjunto da sociedade, muito pelo contrário, as sociedades camponesas se definem pelo fato de manterem a chamada “sociedade englobante”, com laços de integração que são fundamentais, como os vínculos mercantis. O campesinato não pode ser entendido como uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, mas sim como de forma social particular de organização da produção (WANDERLEY, 2007). Abramoway

(2007), questiona a associação entre os estabelecimentos de “small farm”, “pequena produção”, “produção de baixa renda” e “agricultura camponesa”, tais denominações, nos impede de enxergar a verdadeira complexidade da agricultura familiar, tal como ela se desenvolveu pós segunda guerra mundial com dinamismo econômico, capacidade de inovação e formas sociais inéditas com relação ao passado que se origina.

Para Ploeg (2009) a agricultura camponesa é altamente baseada no capital ecológico (natureza viva) e na luta por autonomia e tem como objetivo a materialização da criação de um desenvolvimento de uma base de recursos autogeridos, envolvendo tanto recursos naturais, como recursos sociais. A terra constitui-se como recurso e pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas simbólico também. A associação de Ploeg para o campesinato estabelece relações menos dependentes dos agricultores para com os mercados de insumos e outros meios de produção, estes meios de produção são partes integrantes dos estoques disponíveis do que chama de *capital ecológico* que não são adquiridos nos mercados como na clássica *agricultura empresarial*. A agricultura camponesa e a produção camponesa visam principalmente: a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução (PLOG, 2009).

Dentro disso, Schneider e Niederle (2014) apresentam reflexões a partir da complexidade de formas sociais oriundas dos mais vastos processos de colonização no território nacional, especialmente no meio rural, com sujeitos do processo de ocupação por europeus vindos do Sul do país, porém também retificando a mais vasta complexidade de populações já existentes no campo nacional antes mesmo da colonização, como *descendentes indígenas, escravos africanos organizados em quilombos e populações tradicionais*. Os distintos grupos sociais espalhados pelo Brasil, formados pelas diversas categorias dos habitantes do espaço rural podem ser denominados de agricultores familiares e as famílias denominadas de camponeses, colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores e ribeirinhos fazem parte da mesma classe social (SCHNEIDER, 2008).

Ainda segundo Schneider e Niederle:

A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas, enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um

todo indivisível, em que as relações de consanguinidade e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social. Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o auto abastecimento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos. (Schneider, & Niederle, 2008 pg7)

Em linhas gerais, o sistema se assenta no trabalho da terra realizado pela família e na produção primária destinada à satisfação das necessidades internas da propriedade. A dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade em que imperam relações sociais de caráter capitalista (SCHNEIDER, 2008). A mais vasta diversidade das populações compreende também das mais diversas dinâmicas das formas familiares e dos sistemas produtivos originários, organizados por estas populações.

A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA

A dinâmica de reprodução socioeconômica familiar na Amazônia engloba diversos grupos em suas demasiadas configurações, como: extrativistas tradicionais e agricultores itinerantes, grupos indígenas, caboclos e povos ribeirinhos. Neste universo, a evolução dos sistemas de produção não segue somente uma trajetória, como pressupõe o “modelo de ciclo de fronteira ou a interpretação mais evolutiva da complexificação” (HURTIENNE, 2005). A contribuição de Hurtienne (2005), a respeito dos agrupamentos das pesquisas com as diversas formas e trajetórias de agricultura familiar no Pará, nos ajuda a compreender a complexidade das formas de categorização e conceitualização da reprodução familiar estabelecida com os agricultores do Norte. Os conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa, estabelecem relações de proximidade quando se põem em foco as relações de *predominância da força de trabalho familiar na produção e a indivisibilidade de decisões de produção e consumo*, e divergência quando se põem em luz os *mercados de produtos* e fatores. Os *camponeses* estão só parcialmente integrados em mercados de produtos interligados e altamente personalizados,

enquanto produtores familiares estão altamente integrados em mercados anônimos e separados (HURTIENNE, 2005).

Para Hurtienne (2005), na Amazônia o grande desafio é atingir compressões mais dinâmicas da agricultura familiar em cada espaço (terra firme, várzea e etc.) levando em consideração condicionantes agroecológicos, socioeconômicos, socioculturais e também a idade de colonização. Segundo o pesquisador, existem fatores agroecológicos ainda pouco compreendidos nessas localidades, que vão além das categorias de *agriculturas de subsistências* a margens das fronteiras agrárias. O que se desenvolve nas zonas mais antigas de colonização da Amazônia, são sistemas de produção diversificados que conseguem ultrapassar os limites inerentes a agricultura migratória ou itinerante, apresentando um certo nível de estabilidade socioeconômico que limita a migrações expressivas para as cidades e as novas fronteiras agrícolas (HURTIENNE, 2005). Para Costa (2009), existem duas lógicas de trajetórias produtivas distintas, uma enraizada no *paradigma agropecuário* que se refere ao aporte tecnológico e gera mudanças radicais nos sistemas produtivos e no meio ambiente e a outra representada por um *paradigma extrativista* fundamentado em atributos tecnológicos que consideram os fluxos de funcionamento do ecossistema natural, conduzida por *agentes camponeses* e marcada por uso altamente diverso das disponibilidades naturais, com baixíssimo impacto na biodiversidade e baixíssima formação de dejetos/impacto poluidor (COSTA, 2009, p. 81).

O NORDESTE PARAENSE E SUAS COMPLEXIDADES

O nordeste Paraense desde o início de seu processo de colonização é marcado por problemas de força de trabalho e, principalmente, ausência de um maior controle de autoridades. O estado do Pará se destaca entre os estados da Amazônia oriental, como o que mais recebeu contingente populacional. Neste espaço geográfico se insere a Mesorregião Nordeste Paraense, uma das mais antigas áreas de colonização da Amazônia, caracterizada pela intensa antropização da paisagem, com perda substancial de suas características naturais (METZGER, 2002).

O sistema de povoamento da região se destaca em distintas ocupações, segundo Andrade (2011) a primeira se estabeleceu ao longo de grandes rios (1890-1920), e outra fortemente influenciada por estradas, a primeira fase da borracha, se estabeleceu com uma grande integração da região com o mercado internacional e Belém desempenhava um papel central da

estrutura socioeconômica regional. A segunda fase se inicia a partir da década de 1950, o estado planeja uma intervenção planejada na região por meio da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Estradas como a Belém-Brasília, formam uma nova rede que vai intensificar os fluxos migratórios e facilitar as instalações de empreendimentos industriais e principalmente a modificação nos sistemas agrícolas.

Com esse enfoque, a mesorregião sedimentou e estruturou formas de viver e produzir a partir da década de sessenta. Os projetos oficiais voltados para os incentivos fiscais e creditícios impulsionaram as imigrações, a criação de redes rodoviárias e as mudanças nas estruturas política, socioeconômica e, principalmente, na paisagem. Além disso, o baixo nível tecnológico associado ao conjunto de resultados negativos, ligados aos eventos consecutivos da colonização contribuiu para a construção de uma base de estrutura agrária fragilizada (SAMPAIO, 2017).

A Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará (ACAR-PARÁ) foi fundada em 03 de dezembro de 1965, permitindo a melhoria das condições socioeconômicas da população rural da zona bragantina (Município de Bragança) a partir de escritórios pioneiros em Castanhal, Bragança, Capanema, Igarapé-açu e Maracanã (REBELLO, 2012). Em 1954 foi criada a partir da iniciativa do Banco do Nordeste (BNB), a associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), existindo em 1959 mais de 15 serviços de extensão operando no país, incluídos no nordeste, sul e sudeste, porém, na Amazônia, o primeiro serviço desta natureza foi instalado no estado do Pará, onze anos após a implementação da experiência do nordeste (REBELLO, 2012).

Neste sentido, levando em consideração os aspectos específicos socioculturais e ecológicos que não se deram somente pela colonização, mas sobretudo pelos processos diferenciados das relações dos imigrantes ao meio ambiente. A mesorregião também conta com uma condição histórica e geográfica que influenciou o sistema de manejo do solo, com reflexos no valor cultural, social, econômico, político e ambiental da população local. Todo esse processo relacionado com agricultura, extrativismo, produção mecanizada e os grandes projetos de extração minerometalúrgicos e agropastoris levou, em grande parte, à expulsão de muitas comunidades tradicionais dos seus locais de origem (CORDEIRO, 2017). Nesta região a dinâmica de ocupação é visível, permanecendo apenas 35% das matas originais (Idem) persistindo uma forte dinâmica de desmatamento e suas consequências como a erosão do solo, assoreamento de rios e igarapés e a extinção de fauna e flora.

De acordo com o Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), a população total da mesorregião nordeste paraense somava-se a 1.789.387 habitantes, dos quais 916.150 habitantes (51,20%) ocupavam o espaço rural e 873.237 habitantes (48,80%) ocupavam o espaço urbano. Portanto, é uma mesorregião que, não obstante, o processo crescente de urbanização, ainda se mantém com características rurais. A densidade demográfica é de 21,48 hab./km.

A mesorregião Nordeste Paraense também é composta por cinco microrregiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu) e possui uma população (estimada para 2016), de 1.942.216 habitantes, correspondente a 23,48% da população estimada para o estado do Pará (8.272.724 habitantes). Segundo Cordeiro (2017), a Bragantina destaca-se como a microrregião com a mais elevada densidade populacional, registrando 43,51 habitantes por quilômetro quadrado. Tal dado é plenamente compreensível ao considerarmos o histórico de povoamento dessa microrregião, sua estreita conexão com a capital paraense e a proximidade com o estado do Maranhão. Considerando os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) em três das cinco microrregiões (Cametá, Guamá e Tomé-Açu), a população predominante é a rural. Na microrregião Guamá, onde o município do Acará se localiza, 61,68% da população total vive no meio rural.

Neste sentido é notório uma clara diversificação na ocupação da zona rural no nordeste paraense, o que acaba gerando grande diversificação na produção, características que são claras em toda área de ocupação da Amazônia legal (). Grande parte desta população rural é de agricultores em estabelecimentos de pequeno a médio porte, com até 200ha. A produção é destinada principalmente a mercados locais regionais e nacionais, nesse segmento, a agricultura migratória, que foi caracterizada como agricultura de derruba e queima, com pouca estabilidade territorial e diversidade agrônômica, predomina atualmente em uma tendencial de diversificação crescente dos sistemas de produção (HURTIENNE, 2006).

Para compreender melhor as estruturas de organização social na Amazônia, e principalmente no nordeste paraense, alguns conceitos são fundamentais para compreender a realidade agrária da Amazônia. O conceito agricultura familiar será empregado, segundo as definições de Wanderley, em seus estudos sobre as origens do campesinato no Brasil, ela definia a agricultura familiar como:

Portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dotados pela centralidade da família, pela forma de produzir

e pelo modo de vida). É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (1997, p.10)

Estes aspectos são relevantes ao correlacionarmos as dinâmicas históricas de ocupação em cada espaço na Amazônia, onde as tomadas de desenvolvimento acabam por seguir trajetórias distintas. O direcionamento das políticas agrárias em vários níveis administrativos é limitado até hoje pelo fato de que a grande diversidade dos sistemas de uso de terra não é considerada de maneira sistemática (HURTIENNE, 2006). Dessa maneira, as áreas de ocupação mais antigas, como a Zona Bragantina, onde domina a vegetação secundária em sistema de pousio e restos pequenos de matas secundárias, se diferem de áreas como Capitão Poço, Irituia, ou Marabá e até mesmo no entorno da rodovia Transamazônica

Para Hutienne (2006) a agricultura familiar amazônica não se explica somente pelos fatores socioeconômicos e políticos, mas também pelos fatores agroecológicos:

Resultados de pesquisas mostram que a agricultura de pousio representa um sistema de uso da terra diferente do que pressupõe a estereotipada noção da agricultura itinerante. Isso acontece sobretudo quando se considera de maneira sistemática o papel fundamental da capoeira para a manutenção dos fluxos de nutrientes e das funções ecológicas básicas, como o ciclo hidrológico e a biodiversidade. (p,31, 2006)

Desse modo conseguimos perceber que as zonas de colonização mais antigas na terra firme paraense possuem sistemas diversificados de produção e que ultrapassam os limites inerentes a uma agricultura migratória ou itinerante: uma certa estabilização das agriculturas familiares a níveis socioeconômicos (HURTIENNE, 2006). Hoje, há a predominância de pastagens degradadas e vegetação em vários estágios sucessionais (CORDEIRO, 2017). Atualmente o território é composto por vias dinamizadoras e que dão papéis diferenciados para cada município, além disso a mobilização dos atores sociais e dos conflitos existentes possibilitaram a criação de mecanismos e políticas de conservação, como as unidades de

conservação criadas no início dos anos 2000 e o estabelecimento de assentamentos que surgiram através das demandas e conflitos pelo acesso à terra nos anos 80 (MONTEIRO, 2020).

De modo geral, nota-se um histórico de uso da terra na região nordeste paraense, apoiado pela derrubada de boa parte das florestas primárias para retirada de madeiras e, conseqüentemente, a formação de áreas de pastagens apoiados pelas grandes iniciativas de empresas agrícolas e fazendeiros. Nota-se também uma remodelação do território a partir da implantação de políticas públicas voltadas para agropecuária, havendo uma tendência a se aplicar atividades mais especializadas como mineração. A agricultura familiar então, busca por meios de resistência, mecanismos que fortaleçam suas cadeias produtivas (MONTEIRO, 2020). Segundo Monteiro (2020), outros mecanismos como o Programa Municípios Verdes¹ fazem que os municípios se integrem em uma dinâmica voltada para estruturas de proteção ambiental como o CAR. A presença do ITERPA, INCRA ocorre em ambos os territórios com maiores inconsistências e falta de apoio no território do nordeste paraense.

É possível identificar diferentes tendências, como implantação de monocultivos, principalmente do dendê e da soja, no nordeste paraense, ocorrendo uma reorganização fundiária a partir dessas atividades (MONTEIRO, 2020). Quando começamos a analisar as dinâmicas de ocupação do Vale do Acará ², também verificamos em estudos como o de Monteiro (2020), Rebello (2012), Santos (2021) e Andrade (2009), ao analisarem aspectos dos ciclos econômicos e os impactos sociais da monocultura do dendê na mesorregião nordeste paraense. Porém, na próxima seção tomou como foco a microrregião do Vale do Acará, apontando elementos particulares da região e caracterizando o espaço lugar frente às grandes iniciativas de empreendimento destas commodities.

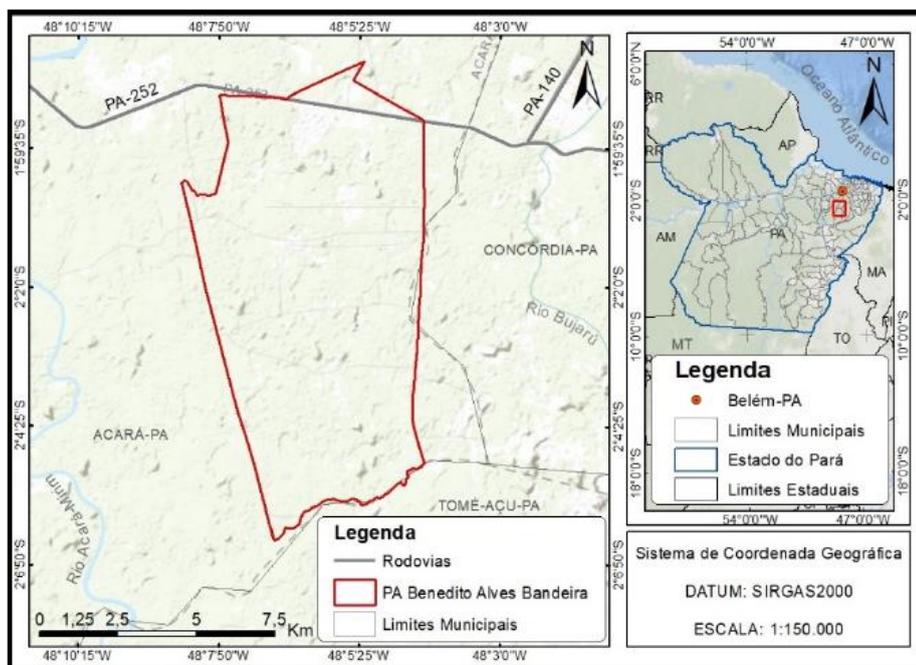
¹ Instituído em 2008, segundo informações da própria Vale (2011), o PMV foi concebido com o propósito de servir como uma ferramenta de apoio aos municípios identificados como os principais responsáveis pelo desmatamento na Amazônia, conforme listagem divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2008. Seu intuito era estabelecer um compromisso voltado para o desenvolvimento sustentável entre os municípios situados ao longo do corredor de exploração madeireira e desmatamento, conhecido como "arco do desmatamento".

² O recorte do Vale do Acará não está contemplado em uma única divisão regional do IBGE, na configuração do recorte do estudo corresponde a municípios pertencentes à microrregião de Tomé Açu (Tomé-Açu, Acará e Concórdia do Pará), também é constituída por municípios da microrregião de Castanhal (Bujaru) e da microrregião do Guamá (São Domingo do Capim).

2. Agricultura familiar no Vale do acará e as dinâmicas com a dendeicultura

O Vale do Acará, localiza-se no nordeste paraense, com delimitação geográfica caracterizada a oeste pela margem direita do rio Acará, e seu afluente Acará-mirim, e pela margem esquerda do rio Capim, conformando a bacia hidrográfica do rio Guamá. O Vale do Acará possui em sua abrangência os municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará além de partes do município de Tomé-Açu e São Domingos do Capim³. As águas do dito rio já foram navegadas por inúmeros sujeitos em diferentes contextos da história, carregando riquezas e sonhos, alguns nativos, europeus, asiáticos e muitos outros fizeram do Pará e do Vale do Acará terras de oportunidades.

Figura 1: Mapa de Localização do Assentamento Benedito Alvez Bandeira



Pelo andamento de sua formação histórica, derivam diferentes modelos de organização cultural e econômica de produção e reprodução social, segundo Monteiro (2017), as diferenças

³ O recorte do Vale do Acará não está contemplado em uma única divisão regional do IBGE, na configuração do recorte do estudo corresponde a municípios pertencentes à microrregião de Tomé Açu (Tomé-Açu, Acará e Concórdia do Pará), também é constituída por municípios da microrregião de Castanhal (Bujaru) e da microrregião do Guamá (São Domingo do Capim).

influências culturais e econômicas diversas, fizeram do Vale do Acará uma conformação de relações sociais peculiares e complexas. Peculiar pois estão no mesmo espaço geográfico com constante relações entre os atores, constituindo uma formação específica das demais regiões e complexa por terem uma diversidade de segmentos sociais que mantém suas características culturais originárias. Sua composição social é diversa, com descendentes de indígenas, quilombolas, japoneses, nordestinos em especial maranhenses, gaúchos, paranaenses etc. (MONTEIRO, 2017).

O mais recente momento de ocupação do vale do Acará ocorreu a partir do fim dos anos de 1980 e início de 1990, com forte fluxo de famílias do Sul e Sudeste do país para exploração madeireira. Os fatores que influenciaram esses fluxos estão entre a grande abrangência de recursos naturais e florestais na região e o acesso para obter-se a matéria prima e escoar a produção, além de que acessibilidade dos rios possibilita que o transporte de “toras” pudesse ser feito pelo uso de balsas e embarcações de médio porte, nos rios Acará, Acará Mirim e Capim, enquanto a comercialização da madeira serrada seguia via os eixos rodoviários sentido norte-sul.

Para Monteiro (2017): Estes modais de transporte (rodovias e rios) permitiram o fluxo e conexões dentro e fora do Estado, o que possibilitou uma ampliação de frentes de exploração madeireira conjugadas com a ocupação da pecuária extensiva. Em um processo de auto reforço, os agentes empresariais que atuavam na empresa madeireira também passam a atuar na pecuária que foi expandida paulatinamente pela ocupação de grandes fazendas, estabelecendo um perfil de pecuária empresarial extensiva que vem ampliando a sua participação na configuração produtiva da região.

O resultado desta dinâmica madeireira alterou a conformação do espaço-lugar no Vale do Acará, com destaque para a construção de um grande polo madeireiro, em Tome-Açu. Além da ocupação de áreas para a exploração de recursos naturais, a indústria madeireira constitui uma cadeia de transformação atrativa para agentes empresariais madeireiros do Centro Sul do país e para migração de mão de obra de outros municípios paraenses e de outros estados, em especial do Nordeste.

Tais mudanças são cruciais para se entender a reconfiguração do espaço-lugar e a apropriação de terras e recursos naturais que transformam a paisagem do meio natural, com grandes áreas de florestas sendo substituídas por pastagens extensivas e como resultado,

ampliando-se os conflitos ligados ao domínio da terra. Mesmo com todo o avanço da pecuária extensiva e exploração madeireira, ressalta-se a forte presença de uma economia camponesa, extrativista e de produção de culturas temporárias, em especial da mandioca e do Açaí.

Neste sentido, tomando como foco o Assentamento Benedito Alves Bandeira, situado neste espaço geográfico específico e complexo, abordarei formas alternativas de produção, uma agricultura sustentável e consorciada com a floresta que vai de encontro a um padrão produtivo que vem se estabelecendo na região de forte impacto ambiental. A expansão dessas áreas de plantio no Vale do Acará, apresenta-se como um fenômeno de múltiplas faces e repletos de diferentes eventos que mudam as paisagens; a concentração fundiária; os aspectos ecológicos e principalmente as configurações sociais, com um reordenamento nas conformações dos atores (MONTEIRO, 2017).

- **Avanço do dendê na região do vale do acará**

Uma série de políticas públicas tem promovido o avanço do dendê na malha fundiária do nordeste paraense e precisamos compreender que este fato ocorre consoante a medidas de efetivação e incentivo na produção de oleaginosas. Como o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) lançado em 2004, que prevê a produção de oleaginosas com a possibilidade de aliar o desenvolvimento da agricultura familiar e a conservação da floresta, ao mesmo tempo que foi criado o Selo Combustível Social que oferece vantagens financeiras e operacionais às empresas certificadas desde que atendam aos critérios legais concernentes, dentre os quais a aquisição de pelo menos 15% da produção proveniente da agricultura familiar. “O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf (MONTEIRO, 2017).

A partir de uma cronologia, no estado do Pará, em 1972, o Ministério do Interior aprova a transferência do plantio de dendê da SUDAM para a iniciativa privada e em 1973, a Secretaria do Estado do Pará de Agricultura (SAGRI) atua no incentivo ao plantio de óleo de palma junto aos pequenos produtores para viabilizar o Projeto Dendê da SUDAM. Em 1975, o Projeto Dendê da SUDAM passa para a holandesa HVA e torna-se DENPAL, em seguida para Dendê do Pará S.A (DENPASA), e já em 1976 é inaugurada a usina de processamento de óleo da

DENPASA⁴. A partir da DENPASA, pode-se destacar uma segunda fase de expansão de 1980 até meados dos anos 2000. Os plantios foram inicialmente alavancados por médios empreendimento familiares, em seguida pela incorporação de empresas e uso de incentivos creditícios, via políticas de renúncia fiscal, pelos Fundos Setoriais (FISSET) e do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM), este administrado pela SUDAM.

Em sua tese Monteiro relata:

No início da década de 1980, este modelo de incentivo fiscal foi marcado pelo surgimento de vários projetos com dendê na Amazônia, como foi o caso da Reflorestadora da Amazônia S.A (REASA), tendo como sua sucessora a empresa MARBORGES, que obteve apoio do FINAM e do FISSET para fazer reflorestamento com dendê em Moju. Ainda 1981, a Mendes Júnior Agrícola do Pará (Agromendes) com projeto aprovado pela SUDAM, através da renúncia fiscal da Construtora Mendes Junior, instala-se em Moju. Depois este empreendimento foi repassado para a AGROPALMA (MONTEIRO, 2017, p. 165)

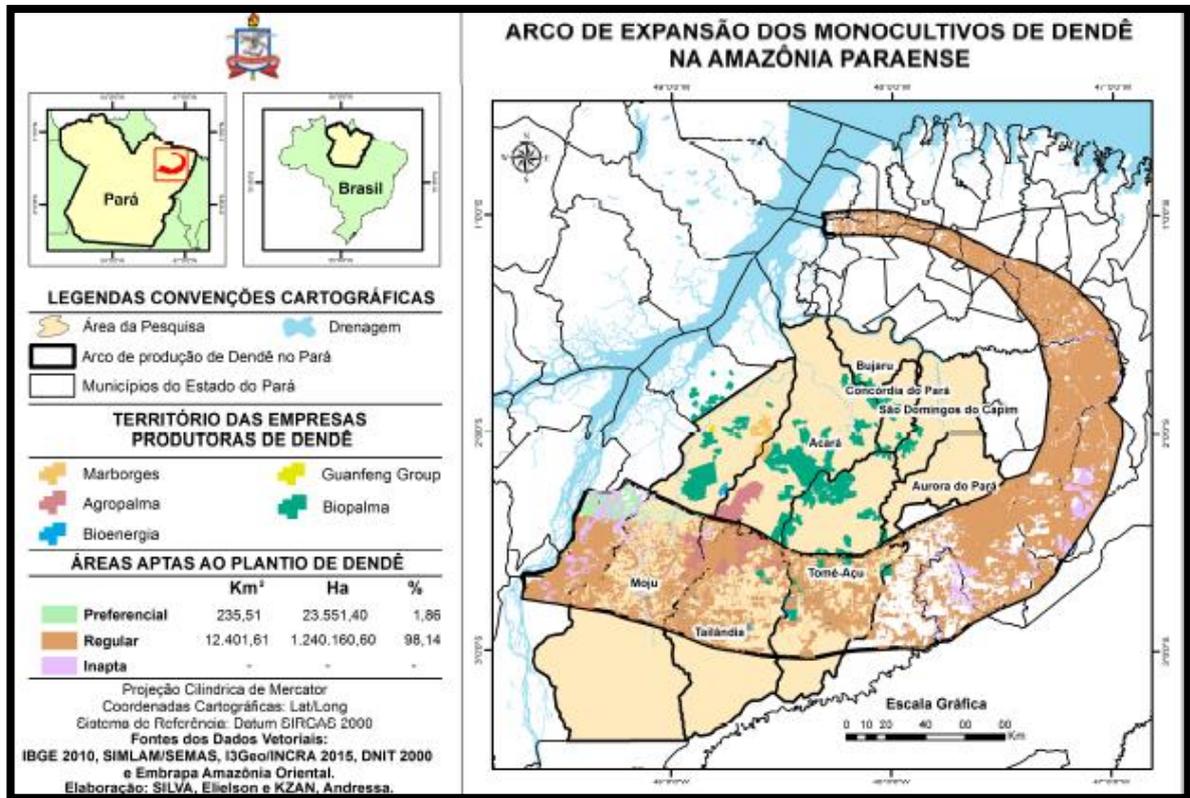
O grupo AGROPALMA foi então sendo construído em um processo de aquisição e fusão de empresas, capitaneado inicialmente pelo então Banco Real S/A, a partir da empresa CRAI, localizada no município de Tailândia (PA). Nos anos seguintes foram incorporadas outras empresas à antiga AGROPALMA; AGROPAR; AMAPALMA e a COACARÁ (MONTEIRO, 2017), como exemplificado na Figura 2, com o arco de expansão do monocultivo do dendê no nordeste paraense.

Essas políticas ocorrem com o objetivo de incrementar a ampliação e a produção do óleo, como parte do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO) que garante estrutura ao projeto da produção da oleaginosa, incluindo o zoneamento para demarcação de terras aptas ao cultivo. Cria-se também em 2010 o Zoneamento Agroecológico-Econômico do Dendê (ZAE Dendê) pela Embrapa, instrumento de orientação técnico-científico para regulação de atividades de forma sustentável, aponta a existência de 704.066 km² de áreas desmatadas, cerca de 14% da Amazônia Legal (RAMALHO FILHO, 2010). Esse documento se operacionaliza como um dos principais para o planejamento, gerenciamento e monitoramento

⁴ Sobre a história do desenvolvimento da cultura do dendezeiro na Amazônia ver Homma 2000

da expansão do dendê, estabelecendo critérios sociais, econômicos, agroecológicos e ambientais para identificar terras adequadas.

Figura 2: Arcos de expansão do dendê na Amazônia paraense



Fonte: EMBRAPA Amazônia Oriental, 29/09/2010; i3GEO/INCRA 2015, 20/05/2015;
 SIMLAM/SEMAM, 07/05/2015 e 30/06/2015

Essa conjugação de múltiplos eventos com participação de agentes com grande capital e disponibilidade de articulação entre recursos financeiros e políticos, com a ajuda de uma boa governança, favoreceram a implementação do dendê no estado do Pará, desenvolvendo uma trajetória de implementação caracterizada pela grande robustez tecnológica e articulação estruturante entre interesses similares em torno da ocupação e destinação de terras agricultáveis na Amazônia. A chegada da dendeicultura no estado do Pará foi viabilizada por diversas políticas em várias perspectivas no território, por meio da criação e manutenção de sistemas de transporte, energia e comunicação, ou ainda por linhas de crédito e incentivos fiscais (COSTA, 2020).

Porém, a cultura do dendê tem seus efeitos, principalmente em relação aos recursos naturais, influenciando significativamente os ecossistemas nas sub-regiões do Vale do Acará

(Figura 2). Costa (2020), Carvalho (2016) e Ribeiro (2016), identificam que as plantações de dendê influenciam em serviços ecossistêmicos mais negativamente do que a conversão para culturas anuais, além de influenciar a qualidade da água e do ar. Em Concórdia do Pará, a instalação das agroindústrias de dendê provocou novos rearranjos nos lugares de morada, forte apropriação das terras localizadas nos arredores e desmatamento de nascentes de igarapé. Já em Tomé-Açu, ocasionou aumento populacional e grande mobilidade de pessoas atraídas para o assalariamento.

Homma e Vieira (2012) dentre outros autores, indicam o impacto direto da produção de dendê na produção de alimentos. As relações estão sobre o volume de atividades no cultivo do dendê, a migração dos jovens para o trabalho assalariado, as restrições trabalhistas e a maior compra de alimentos industrializados (em decorrência do aumento de renda com a venda do dendê e a redução da produção para o abastecimento) e a substituição de áreas de mandioca por dendê, dentre outras interpretações. A mandioca é a cultura emblemática nessas análises, especialmente porque houve um aumento de mais de 100% do preço da farinha (dela derivada) no período 2012/2013 por causa da escassez do produto na região (COSTA, 2020).

A cultura do dendê, que corresponde a base do agronegócio na região, é exógena ao meio físico e socioespacial do Vale do Acará, e tem usurpado as “terras tradicionalmente ocupadas”. Para Costa (2020), essas terras que estão na mira das políticas públicas estatais de desenvolvimento, estimuladas pela invisibilidade dessas populações e de suas formas de apossamento da terra, favorecendo o mercado de terras nessa região, mediante fraudes, intimidação e violência.

Grandes projetos como esse geralmente se instalam sem buscar quaisquer interações com os camponeses que ali vivem há gerações no território, inseridos dentro ou não da área de implementação da cultura, muitas vezes sem conexão com outros atores influentes, isolados, sem força política, marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado (LITTLE, 2006). O Vale do Acará é formado por configurações sociais particulares e que dinamizam a região com características específicas que impactam nos ambientes institucionais. Neste universo está inserido o Assentamento Benedito Alves Bandeira, com uma história de lutas pela terra referida aos conflitos territoriais regionais, disputas com fazendeiros e domínio de latifundiários, marcado por mortes de camponeses e reivindicações pela permanência nas terras.

3. História do assentamento Benedito Alves Bandeira

A história do assentamento é fundamental para compreendermos como se forjaram as articulações que respaldam a construção e implementação de projetos, bem como o reconhecimento social dos investimentos em áreas de vegetação secundária nas residências dos agricultores e agricultoras do BAB, além de apontar para a base da organização comunitária na luta e organização dos agricultores e agricultoras residentes neste lugar. O Assentamento Benedito Alves Bandeira (BAB), contém uma história de luta e conquistas, muito relatada por Melo, (2010) em sua tese de mestrado, no IFPA- Castanhal, fonte de informações-chaves acerca da história da formação desta comunidade.

As narrativas sobre a história do assentamento iniciam-se com a chegada de um senhor conhecido como “Acrino Breda”, proveniente da cidade de Colatina, localizada no estado do Espírito Santo. Este homem é proveniente de uma família que possuía vastas propriedades de criação de gado e cultivo de café. Em sua companhia, chegaram vinte homens que afirmavam que ele era o proprietário daquela área e que uma de suas metas era instalar uma fazenda de produção de leite e queijo. As famílias estabelecidas nesta área naquela época tinham cada uma o “seu pedaço de chão” e com a chegada de Acrino, aos poucos as famílias foram sendo expropriadas de suas terras.

Posteriormente Acrino começou a comprar terras de algumas famílias, expandindo suas áreas e aumentando o pasto na região, ele prometia aos que ali moravam, que poderiam permanecer em suas terras. Porém no final dos anos de 1960 os pistoleiros iniciaram as expulsões das famílias que ali viviam, com vários relatos de violência registrados, essa época foi marcada pela expansão e desapropriação das terras.

Tomando conhecimento das violências e investidas de grilagem realizadas pelo Sr. Acrino, chegou ao local Benedito Alves Bandeira (Benzinho), presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores (STR) de Tomé-açu, que se engajou cada vez mais em defesa ao apoio dos agricultores envolvidos nos conflitos da fazenda em Colatina, no Acará. Por seu posicionamento frente às lutas e questões sindicais, ele era amplamente reconhecido em Tome-açu, diferentemente do presidente do STR do Acará, que por opção preferiu se manter discreto e evitar maior envolvimento no caso.

Em maio de 1984, após uma conversa com o amigo e delegado sindical de Tomé-açu (Antônio Juvêncio), Benzinho, relatou sobre o conflito ocorrido e as disputas de terra em Tomé-açu e Acará, e confidenciou ao amigo que acreditava que um deles morreria em breve. Narra-se que teria dito que um deles deveria se comprometer na luta pela terra junto com os demais agricultores e que a morte de um dos dois encorajaria os agricultores e moradores para lutar (MELO, 2010). Segundo relatos de agricultores em Melo (2010): *“Eles mataram o Benezinho em Tomé Açu no dia 4 de julho de 1984, depois foram no assentamento tentar matar mais três, mas chegando ao assentamento viram a polícia do Acará”*. Afirma o trabalhador do campo do morador do PA.

Presos na delegacia do município de Tomé Açu, os três pistoleiros acusados de matar o Sr. Benezinho foram mortos pela população de Tomé-Açu. Neste episódio, segundo o Sr. Matias, mais de cinco mil pessoas resolveram invadir a delegacia para “fazer justiça com as próprias mãos” (MELO, 2010).

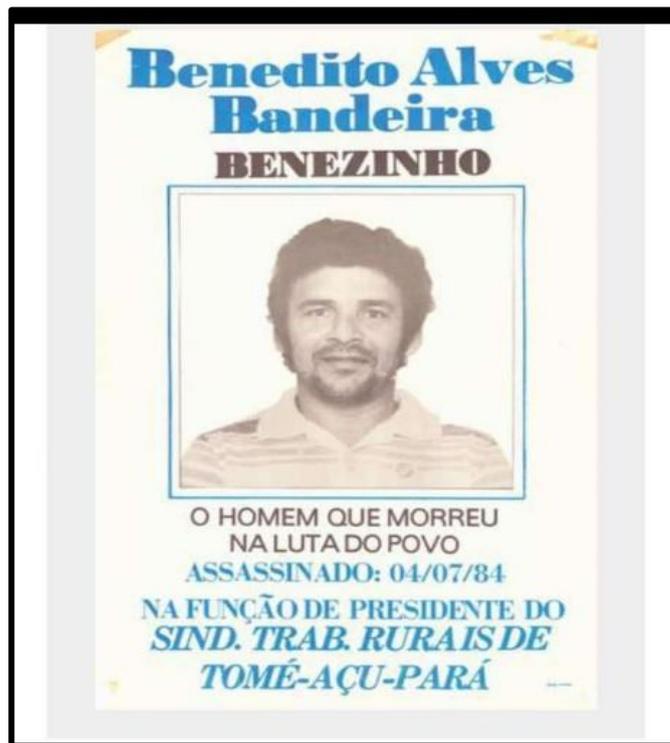
Porém, após a morte de Benzinho, surge o sargento Barata da Polícia Militar (PM), onde a mando do Sr. Acrino, passou a perseguir os agricultores. Deu-se início a uma nova etapa de perseguição e violência. Ameaçados por Sr. Acrino, os agricultores realizaram uma reunião que contou com a participação de duzentos homens, e no interior das matas foi organizada a morte do delegado Barata. Após este capítulo, em 1985 as famílias efetivamente começaram a ocupar suas roças (cultivos agrícolas).

Em agosto de 1984, Antônio Juvêncio (amigo de Benzinho) participou do congresso de fundação da Central Única de Trabalhadores (CUT) em São Paulo, onde denunciou a violência realizada com os trabalhadores ruais e o assassinato de Benzinho. Após ameaças ainda advindas de Acrino foi então criado pelo presidente do STR de tome-açu duas subdelegacias, uma na vila Colatina (dentro do BAB) e outra em Jupuúba (limites da área do BAB). Em 1985 a Eng^a Agrônoma Maria Santana, Superintendente do INCRA, foi até ao assentamento para realizar uma reunião que daria início ao processo de criação do projeto de Assentamento (PA).

Ao fim, o delegado de Jupuúba, Sr. Genésio, foi assassinado em 1986 a mando de Acrino, como uma última tentativa de desarticulação dos agricultores. Foi deste modo que no mesmo ano, o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, esteve no Pará, para levantamento de dados sobre as famílias de agricultores e agricultoras e a iniciação do processo de desapropriação da fazenda Colatina. Somente em 1988, o INCRA desapropriou efetivamente a

área de 11.000 ha da fazenda Colatina e iniciou a demarcação dos lotes para “assentar” aproximadamente duzentos e cinco famílias (MELO, 2010). Nesse contexto de lutas sociais que os assentados fundaram em dezembro de 1989 a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB) que é constituída por cento e sessenta associados.

Figura 3: Homenagem a Benedito Alvez Bandeira



Fonte: arquivos da APRAB

● PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A pesquisa de campo foi iniciada entre os dias 08 a 17 de setembro de 2023, totalizando dez dias de estadia no município do Acará e dois dias no município de Concordia, em que foram entrevistados um total de 13 pessoas, dentre eles 12 participaram ou participam da Associação de pequenos produtores do Assentamento Benedito Alvez Bandeira (APRABAB), e um incentivador e apoiador externo ao assentamento como representante do IFPA (Tabela 1).

Tabela 1: Relação dos Agricultores Entrevistados

APELIDO	ORIGEM
<i>Arthur</i>	Bujaru
<i>José Aurélio da Silva Pinto</i>	Bujaru
<i>Dona Toca</i>	Bujaru
<i>Mundico</i>	Bujaru
<i>Nito</i>	Tome-açu
<i>Remista</i>	São Francisco do Pará
<i>Louro</i>	Bujaru
<i>Luizinho</i>	Bujaru
<i>Neno</i>	Acará
<i>Teçado</i>	Tome-açu
<i>Tião</i>	São Francisco do Pará

A pesquisa foi abordada do ponto de vista processual em uma análise sobre as trajetórias de vida dos agricultores familiares membros da associação, para sua análise utilizei dos princípios de Bourdieu (2002), estabelecendo uma postura dinâmica e sistemática através do objeto de estudo, compreendendo as configurações dos espaços lugares, como fontes vivas e singulares e pressupondo análises que rompam com as estruturas estabelecidas. As análises das histórias de vida também foram inspiradas nos princípios de Bourdieu (1996), onde os relatos autobiográficos buscaram extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva com

uma consciência e constância nas relações inteligíveis, constituindo assim etapas de um desenvolvimento com uma análise do processo social crítico. A noção de trajetórias é conduzida por uma série de posições por um mesmo agente (ou grupo) em um espaço em que ele próprio está sujeito a transformações. Tentamos aqui compreender as biografias dos sujeitos, não como seres únicos que se relacionam sem deslocamentos no espaço social, porém com a compreensão dos acontecimentos sucessivos que fogem a lógica do sujeito, analisando as matrizes das relações e principalmente os acontecimentos biográficos que definem as colocações no espaço social (BOURDIEU, 1996).

Esta pesquisa parte do ponto de vista processual em análises sobre o projeto de vida dos agricultores e de como os impactos das intervenções e parcerias com agentes externos se distribuíram nas vidas dos agricultores familiares assentados, partido do ponto de análise sobre os projetos de desenvolvimento e seu impacto real sobre a produção agrícola e o desenvolvimento de estruturas de uma agricultura que seja de fato transformadora e alie as perspectivas sociotécnicas com o objetivo de projetos de capital ecológico.

Assim, a abordagem realizada se concretiza em uma abordagem de análises dos fatos relatados de forma qualitativa a partir de uma perspectiva processual e etnográfica preocupada em reconstruir pontos de vistas e o sentido atribuído pelos atores, com atenção as singularidades das conjunturas históricas e sociológicas das práticas analisadas. Estabelecendo assim uma postura dinâmica e sistemática através do objeto de estudo, analisando elementos pertinentes relacionados ao que se interessa, compreendendo as configurações dos espaços lugares, como fontes vivas e singulares e pressupondo análises que rompam com as configurações das estruturas estabelecidas, oferecendo uma reflexão social a partir do campo delineado (BOURDIEU, 2002).

Para compreender melhor teoricamente as diversas perspectivas de projetos de restauração florestal no Brasil e na Amazônia, recorrer a trabalhos que refletem sobre a realidade social e as perspectivas processuais da ciência da restauração (Rodrigues, 2017; Stengers, 1996; Hobbs e Higgs, 2009; Sambuichi, 2014; Dias-Filho, 2011; Brancalion, 2010) meu interesse recai sobre como os pontos de vistas sociais, presentes nas discussões de projetos de desenvolvimento e apoio à produção agrícolas ecológicas, são pensados e construídos nas diversas dinâmicas da conjuntura da ciência da restauração. Compreendo a construção desta ciência como uma evolução de perspectivas situadas sobre a realidades de seus pensadores.

Assim pretendo traçar paralelos com a realidade vivida no nordeste paraense e tecer análises sobre o objeto de estudo investigado.

A presente pesquisa então utiliza a perspectiva de se encontrar com a realidade empírica, trazendo com a ciência a parte de um recorte da realidade compreendida em uma abordagem processual sobre a construção da realidade. A construção do objeto ocorre por uma análise das relações sociais que são alvo de investigação da pesquisa, pretende-se elaborar então uma aproximação dos fatos sociais com a macroteoria e interpretações da realidade. Categorizando e identificando estes fatos e os relacionados com as explicações do quadro teórico capazes de elucidar as relações sociais tanto pela objetivação quanto pela subjetivação.

A investigação é então orientada pela busca da explicação do funcionamento de uma organização social, reconstruindo os sistemas de relações objetivas dos indivíduos que compõem o grupo (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010). Partindo de uma ruptura com pressupostos de que os fatos sociais se explicam por descrições da realidade e suas dinâmicas construídas em organizações a partir das motivações e ações individuais. Consideramos ir além do que os indivíduos dizem sobre si mesmos, explicando o funcionamento de uma organização a partir da reconstrução das suas reações objetivas, porém sem esquecer as suas compreensões das relações objetivas (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010). Desse modo, a construção do fato pressupõe a construção de um modelo teórico em torno de uma problemática que permita questionamentos sistemáticos sobre as relações investigadas, ou seja, irá além do objeto como aparência, mas sim como essência, como fatos, identificando as relações que o compõem.

CAPÍTULO II: ANTROPOCENO E A RECUPERAÇÃO FLORESTAL NA AMAZÔNIA

- **Restauração florestal no Nordeste Paraense**

Neste capítulo irei problematizar as questões que envolvem as diversas dinâmicas das “restaurações dos ecossistemas” ligadas principalmente ao projeto implementado no assentamento Benedito Alves Bandeira, o projeto PROSAF, que tem como objetivo a implantação de sistemas agroflorestais para recuperação de áreas degradadas no nordeste paraense. Primeiramente irei apresentar os aspectos relevantes do projeto, assim como seu objetivo em meio às preocupações do estado, apresentando como as perspectivas de importância da conservação e principalmente como o desenvolvimento de uma restauração que dialogue com os agricultores é situada em meio ao contexto amazônico do nordeste paraense, especialmente envolvidos por uma dinâmica territorial no assentamento BAB.

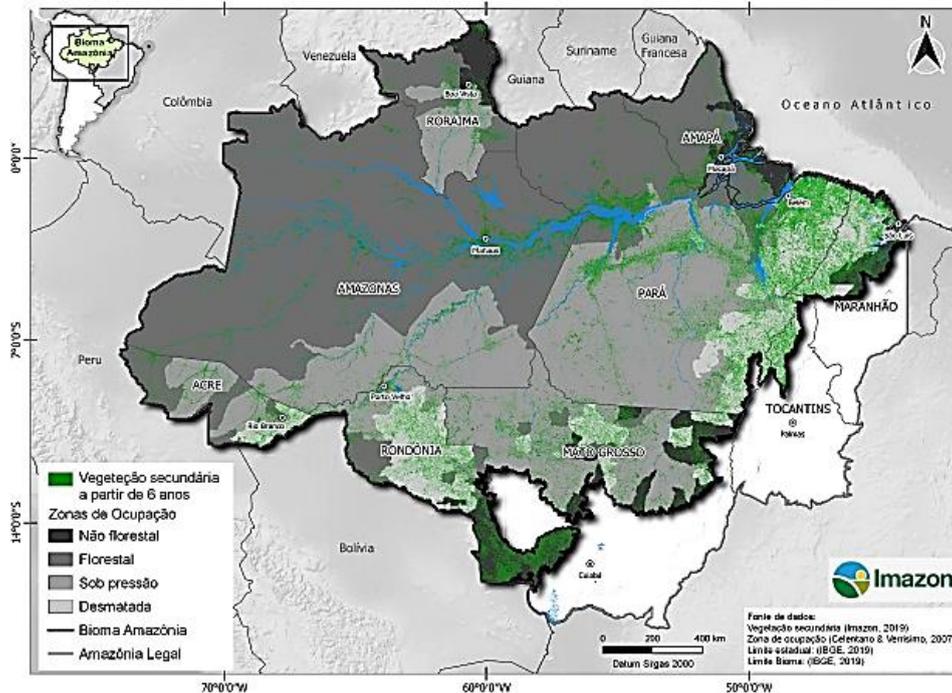
Nesse contexto, um projeto de revitalização e apoio à agricultura familiar no assentamento é colocado em face aberta em uma perspectiva de mudança nos modos de produção e diversificação. Tratarei de aspectos da restauração das florestas amazônicas em consonância com o desenvolvimento e a permanência das populações e comunidades presentes no entorno de florestas e áreas de conservação. Preocupo-me primeiramente em apresentar os aspectos da restauração florestal/ecológica propostos pelas organizações responsáveis pelo desenvolvimento e conservação, posteriormente problematizar as questões de restauração ecológica e seus componentes simbólicos de transformação na natureza, em conjunto com elementos e modos distintos de definição de natureza e agenciamento entre os não-humanos e em seguida contextualizar tal debate na Amazônia, mais especificamente o Nordeste Paraense, particularmente no que concerne aos grandes projetos ambientalistas. Meu foco neste capítulo é problematizar as questões que envolvem a restauração florestal na Amazônia e delimitar cenários de reflexões para uma restauração que relacione aspectos da agricultura familiar com as práticas de recuperação das florestas.

- **Transformações na Natureza e Nordeste paraense**

No cenário mundial atual, as metas de organizações dedicadas à preservação e revitalização dos ecossistemas estão alinhadas com as iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta entidade designa o período de 2021 a 2030 como a "Década da Restauração dos Ecossistemas". Uma oportunidade única de enfrentar as mudanças climáticas, conservar a biodiversidade e a água do planeta, além de elemento fundamental da agenda ambiental e climática. A restauração também compõe a agenda do desenvolvimento humano e contribui para os "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" (ODS) (ALIANÇA, 2020), portanto tem um papel estratégico nas projeções futuras do desenvolvimento. A restauração florestal pode ser realizada por diferentes métodos, dependendo do objetivo da recuperação, do histórico de uso da terra e da resiliência da área a ser restaurada (ALIANÇA, 2020). A escolha do método depende do estado de degradação, dos resultados desejados e do capital financeiro disponível, além do contexto sociocultural e do marco legal.

Conforme Aliança (2020), a regeneração natural assistida é um método em potência para a restauração de florestas na Amazônia, devido ao baixo custo de insumo e mão de obra. Porém para garantir que essa regeneração natural ocorra aliada ao processo de restauração é fundamental assegurar regras e mecanismos legais para a proteção, uso e manejo dessas florestas regenerantes que também são chamadas de florestas secundárias, capoeiras ou juquiras. Nunes (2020) estuda a dinâmica da vegetação secundária no bioma Amazônia no período de 1987 a 2017, e revela que a maioria (72%) da vegetação no bioma Amazônia foi removida entre 1 e 5 anos de idade. Essa vegetação secundária na Amazônia abrange mais de 7,2 milhões de hectares de vegetação, e estão distribuídas heterogeneamente entre quatro zonas de ocupação (Figura 4), ela é encontrada principalmente nas bordas do bioma amazônico com maior concentração ao leste do estado do Pará e oeste do Maranhão (PINTO, 2021), como indicado na figura abaixo.

Figura 4: Vegetação secundária com idade mínima de 6 anos nas zonas de ocupação do bioma Amazônia em 2019.



Fonte: Pinto et al. 2021

A Zona Desmatada e a Zona não desmatada representam as duas fronteiras de ocupação mais antigas da Amazônia, que somam 18% do bioma amazônico. Elas também abrigam 45% da vegetação secundária com idade mínima de 6 anos, o restante está disperso nas demais zonas. É nesta região (zona desmatada) que está localizado o município do Acará (local do assentamento Benedito Alves Bandeira), um local com particularidades intrínsecas ao leste do bioma Amazônico, uma região de intensa ocupação durante o século XIX e final do século XX, onde as parcas alternativas produtivas e intensa colonização induzida, trouxeram a predominância da paisagem da capoeira, consequência do desmatamento e do fogo provocado pelo homem (PINTO, 2020).

O município do Acará, marcado pelo domínio de áreas desmatadas, compõem o ranking dos 10 municípios da fronteira antiga de ocupação da Amazônia com maior área de vegetação secundária com idade a partir de 6 anos até 2019. Pinto (2020), selecionou os 10 municípios da zona desmatada com maior área absoluta de vegetação secundária, com idade mínima de 6 anos, destes oito estão situados no Pará e dois no Maranhão, como demonstrado na figura 2. Para o autor mencionado, a zona desmatada detém um terço da vegetação secundária, apesar de ocupar apenas 12% da área do bioma. Percebe-se com isso um intenso esforço de recuperação a partir de vegetação secundária, especialmente nesta zona de ocupação, nos municípios ao nordeste

paraense. A maior concentração relativa de vegetação secundária nessa fronteira antiga de desmatamento possivelmente é consequência da política de integração nacional da década de 1970, essa política estimulou a abertura de florestas na Amazônia, com o objetivo de ocupação de terras e não de uso produtivo. Dessa maneira, muitas áreas de baixo potencial agrícola foram desmatadas e, ao longo do tempo, subutilizadas ou abandonadas.

Outras regiões da zona desmatada também se destacam por serem locais com significativas iniciativas de restauração das paisagens florestais. As ações de recuperação concentram-se, principalmente, no Pará, abrangendo uma extensão de 55.971 hectares (representando 49% da área total de restauração), em seguida, temos o Mato Grosso, com 30.733 hectares destinados à restauração (correspondendo a 27% da área total de recuperação).

Nesse sentido, as perspectivas de restauração florestal abrangem contextos ligados às comunidades e populações que vivem próximas a fragmentos florestais e áreas de vegetação secundária, cobrindo boa parte do Nordeste Paraense como ponto focal de **projetos de restauração ecológica através de sistemas agroflorestais e outras atividades**. Estes projetos são construídos a partir das diferentes perspectivas científicas de engenheiros florestais, ecólogos e biólogos que comumente carregam trajetórias distintas deste campo científico da restauração.

Os planos de restauração florestal aliados à agricultura começaram a ser realizados em meados de 1999, com a criação do Plano de Adequação Ambiental e Agrícola da Propriedade Rural (PAA), buscava-se com o PAA garantir o planejamento Ambiental e Agrícola da propriedade Rural promovendo a transformação do uso da terra e garantindo princípios como autossuficiência, utilização de elevados níveis de espécies e ações devidamente diversas nas propriedades devido à grande heterogeneidade de situações (SAMBUICHI, 2014). As relações da silvicultura com técnicas de restauração integram campos científicos marcados por trajetórias de especialização, principalmente no Brasil, através da manipulação para o atendimento de diversas exigências de interesse científico, de Estado e interesses agropecuários.

- **Restauração ecológica e perspectivas sociais**

Daniel Delatin (2017), ao analisar as composições dos arranjos de proteção ambiental e ecológicos no Brasil, reflete que os mecanismos de regulação delimitam espaços de ação (território) e os atores que compõem e produzem esses limites são dados através de agenciamentos socioprodutivos. A proteção, enquanto mecanismo de regulação, cria a natureza enquanto estoque disponível para pesquisas e futuros usos (RODRIGUES, 2017). Estas análises nos ajudam a compreender uma série de ideias relacionadas às perspectivas situadas na ciência da restauração ecológica que principalmente envolvem os sujeitos do campo e projetos de desenvolvimento ligados a agências e órgãos governamentais, tais correlações são fundamentais pra compreendermos melhor as configurações de implementação destes projetos e seus aportes em meio ao desenvolvimento da agricultura familiar que se desenvolve na Amazonia.

Antes de exemplificar estas divergências epistemológicas no campo prático e científico situado entre a natureza e sociedade, é importante compreender em que campo da **restauração ecológica ou florestal** estamos caminhando, para tecer assim análises mais abrangentes sobre tal. Embora no grande campo da restauração ecológica, não exista um amplo conceito que defina o termo, segundo o sociólogo Matthias Goss (2002), a Sociedade de Restauração Ecológica (SER) define restauração ecológica como: “o processo que auxilia na recuperação e gerenciamento da integridade ecológica, a integridade ecológica por sua vez inclui uma gama de processos e estruturas ecológicas, incluindo as estruturas regionais e históricas nos contextos e práticas culturais sustentáveis”.

Uma das mais contemporâneas definições de restauração ecológica é do botânico e jornalista William Jordan, cunhado como um modo de organizar epistemologicamente, experiências nos serviços da Universidade de Madison em Wisconsin, nos Estados Unidos, no fim da década de 1970 (RODRIGUES, 2017). William teceu as diferenças entre ecologia, conservação e preservação, onde o processo de transformação de um local de experimentações ecológicas, se tornou centro de difusão de técnicas inovadoras, pois foram capazes de oferecer novas associações entre os agentes disponíveis na região. Estas experiências, para Rodrigues (2017), serviram para organizar (epistemologicamente) as noções que existiam sobre o ecossistema da região, assim como passavam a situá-las de modo diverso, não questionando-se se eram similares a sistemas originais, mas com a curiosidade de saber o que suas especificidades poderiam significar para a noção de funcionalidade de um ecossistema. Essas

fisionomias eram reais, porém situadas dentro de um aparato científico (de conservação/preservação) que as definiam como menores. Esta noção de certa forma reconhecia as experiências passadas e existentes, assim como as trajetórias de cada região e os significados históricos, entendendo os limites da ocupação humana, ao considerarem estas condições concretas e o desempenho de suas ações. Esses cientistas promoveram uma distinta relação à exclusão das atividades socioeconômicas e também das relações entre humanos e não humanos, criando um novo ponto de vista sobre a noção da natureza (RODRIGUES, 2017).

A restauração ecológica parece ser a tecnologia criada para produzir **sistemas de suporte** a diversos processos vitais e ser a prática que dá um espaço para que os não-humanos afloram; construindo, recuperando experiências exitosas e fracassadas (os fracassos serão muitos) e novos agenciamentos (RODRIGUES, 2017). De modo geral podemos afirmar que a restauração intervém onde haja uma baixa diversidade de agentes e agências – ou a diminuição da sua potência. Juntamente com a ajuda de especialistas: ecólogos, biólogos e etc., que ajudam a tecer aspectos funcionais da natureza, incorporando perspectivas dos não-humanos a suas práticas (STENGERS, 1996, *apud* RODRIGUES, 2017). Com a ajuda da teoria ecológica, fornecendo justificativas de por que, como e onde deve ser os fundamentos (como começar) para produzir. Funcionando como laboratórios que irão trazer novas informações e novos agenciamentos que servirão para compor as trajetórias por sua vez dos não-humanos (RODRIGUES, 2017).

Toda a compreensão da ciência, enquanto aparato e instrumento de associação, são vivenciadas em realidades presentes entre agentes e agências que se desassocia, entre lógicas de naturezas distintas e diversas, onde as noções de mundo e cultura se configuram em concepções diversas. Para Latour (2004), parte disso se associa às noções de monoculturalismo e multiculturalismo **onde há valores de concepções de mundo distintas**. As “ciências” deixam de falar das naturezas, para se fundar nas coisas da natureza, compreendidas em um processo onde a “partilha entre os seres é, enfim, de direito e não mais de fato” (LATOUR, 2004). Assim a clara dissociação entre as realidades dos seres construídos e os naturalmente construídos, delimitam fronteiras, onde as relações e concepções são distantes a apresentados por seres humanos e não-humanos, o homem a favor de suas realidades e ligados pelas noções de multiculturalismos, apresentam soluções para fundar e justificar os fenômenos da natureza, essas ligações se aproximam pelo fato das ciências se ligaram a concepções de tradução e explicação de fenômenos culturais (CASTRO, 2004). Estamos diante de concepções de ciências

onde o homem do Estado toma partido pelo Estado para manter um primado legislativo e constituinte da ciência regida. O estado não para de produzir e reproduzir círculos ideais delimitando características próprias, sem compreender as ciências nômades existentes (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Latour chama atenção em meio à crise ecológica, que se não é a ciência que cabe a organização e última palavra da Natureza, a quem cabe? Precisamente defere aos coletivos, a organização composta pelos poderes da natureza e das associações entre humanos e não-humanos e pelas ciências não mais politizadas pelas epistemologias modernas (BORGES, 2004). Com isso, a organização e engajamento entre as associações competem a estas relações. **Podemos dizer que o mote da restauração é que se façam relações, independentemente de quais sejam, a diferença se dá a partir da abertura a outros agenciamentos ou seu enrijecimento, especialização e redução a um componente técnico de suporte.** A restauração pode ser capturada pelo sistema, onde fornecerá o aporte de apenas fornecedora de serviços e matéria prima, ou multiplicidade de experimentações.

Neste sentido, as políticas de restauração compreendem lógicas distintas de organicidade e restitui relações muitas vezes de um modo transversal. Segundo Rodrigues (2017), entender o processo de restauração como um processo que engloba uma análise e construção de questões de formações (ou tentativas) de um novo paradigma científico e como ele se reorganiza nas redes sociotécnicas da restauração ecológica é fundamental para entender as origens e debates teóricos a respeito das compreensões e modificações dos fundamentos da natureza e de como isso se implica na construção do social. O chamado **construtivismo ecológico**, um movimento pós-natural, esboçado pelos restauradores após a perda dos sistemas de referência e da era de incertezas trazida pelas mudanças climáticas, explica parte disso (RODRIGUES, 2017).

O autor argumenta que os debates ao em torno das perspectivas de restauração ecológica buscam sempre a dialética com o compromisso com os sistemas de referenciais históricos, onde se estabelecem **relações com o passado e a preservação das qualidades históricas entre ecossistemas e pessoas, a história é fundamentada por práticas que podem ser como um estado instável de composições heterogêneas** (RODRIGUES, 2017) e uma noção de natureza essencializada, ou em certas vezes idealizada e imutável. Isso ganha força em torno das discussões entre restauração e conservação. Não cabe aqui adentrar nesta chave analítica

paradigmática, porém cabe ressaltar que os desafios para esta discussão, perpassam por dialéticas que nos interessam. Como cita o autor, a nova **dialética da restauração desdobra-se por debates que acompanham as macros e micro políticas, com a produção de novas relações sociais ampliadas e principalmente com novas noções de ecossistemas.**

A noção de ecossistemas híbridos e de novos ecossistemas, cunhada por Hobbs e Higgs (2009) nos ajuda a compreender esse debate. Sistemas híbridos são definidos onde se mantém as características dos sistemas históricos e mantém níveis fora da variabilidade ativa. Os novos ecossistemas são definidos por novas funções de espécies que foram completamente transformadas em relação ao sistema histórico, tal sistema pode ser composto por espécies que não eram nativas da localização ou que podem exibir propriedades funcionais diferentes. É interessante notar que tal perspectivas de “novos ecossistemas” são baseadas em noções de problematização do natural e da relação dos humanos com esta natural, porém reforçam a coevolução com a dimensão cultural requerendo ajustes sobre crenças a que se constitui, os críticos a essa vertente apontam que a perda a qualquer estado de referência, representa a perda de um estado de conservação. Colaboro e simpatizo com a vertente apresentada por Rodrigues, ao explorar que estes paradigmas implicam por sua vez na delimitação da restauração como um elemento agregado a um conjunto de fatores e variáveis, a reformulação das práticas de novos ecossistemas nos faz entrever outras possibilidades à ecologia política (RODRIGUES, 2017).

Logo é interessante perceber que as variações de conceituação e principalmente as perspectivas relacionadas à ecologia e sociologia da restauração, nos agregam debates sobre como a perspectiva científica enxerga as controvérsias sobre as práticas ecológicas de restauração. Trazer as noções de novos ecossistemas e principalmente de sistemas híbridos de conservação, juntamente com as noções de novas práticas de ecologia e preservação dos **sistemas históricos**, nos ajuda a compreender os leques que podemos colocar as práticas de restauração ocorridas no nordeste paraense, onde há uma existência de uma agricultura familiar de base ecológica e sistematizada por elemento da natureza e do humano com o não humano, recheado principalmente de sistemas de referências históricos que abarcam múltiplas culturas e formas de se fazer agricultura.

- **Restauração na Amazônia e Nordeste Paraense**

Na Amazônia os estudos sobre restauração florestal ainda são escassos, apesar de toda importância política do tema na região com seus 4,8 milhões de hectares previstos para restauração até 2030 (MAPA 2017). O Pará, lidera as taxas de desmatamento e degradação da Amazônia (INPE, 2017) e possui uma grande demanda para promover programas de restauração florestal (DIEDERICHSEN, 2017). Como exemplo, projetos promovidos pelo IDEFLOR-bio, que vem auxiliar o desenvolvimento de sistemas agroflorestais em áreas degradadas. No entanto, nosso foco aqui não é colocar em revista os estudos sobre restauração florestal na Amazônia ou pesquisas em curso a respeito do tema, porém apresentar os meios pelo que a restauração vem ocorrendo, assim como seus gargalos nas experiências desenvolvidas nos territórios degradados e com potencial para a recuperação ecológica.

De acordo com Aliança (2020), dependendo do grau de alteração ou degradação, o potencial de regeneração das florestas na Amazônia é bastante variável. Na área onde o processo de sucessão já está em curso, por exemplo, as intervenções incluem métodos de facilitação, com estratégias que aumentam o valor das áreas em regeneração em termos de serviços e produtos, neste sentido, as técnicas que garantem o retorno econômico direto junto com o restabelecimento de serviços ecossistêmicos evitam a degradação e novos desmatamentos além de melhorar a qualidade de vida das populações da região.

O cultivo de Sistemas Agroflorestais (SAFs) se mostra um meio promissor para agregar na restauração de áreas, por possuir maior retorno econômico pela diversidade de espécies frutíferas e madeireiras, o sistema já está presente em ações distintas de recuperação florestal no Nordeste do Pará praticado por Agricultores Familiares (CARVALHO, 2017). Carvalho, (2017) constata diferentes tipos de recuperação florestal baseadas em sistemas agroflorestais: **Quintais agroflorestais, Regeneração Natural, Sistema Agroflorestal Convencional e SAF altamente diversificado**. O SAF pode ser utilizado para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas (AMADOR, 2003) e pode funcionar no processo de transição da restauração florestal e, simultaneamente, proporcionar meios de subsistência e envolver os produtores no processo de restauração (VIEIRA, 2009).

Os SAF'S são uma alternativa viável para isso, pois aliam a produção agrícola com a melhoria ambiental. De acordo com Dahlquist (2007), os saf's representam o uso da terra com grande potencial produtivo e boa viabilidade socioeconômica e ambiental para agricultura

familiar. Esses sistemas representam a melhor estratégia para integrar produção, conservação e restauração. Podem ser usados para restauração de reservas legais (RL) e áreas de preservação permanente (APP) e existem diversos modelos e arranjos, adaptando os diferentes atores, escalas e interesses. Arranjos produtivos consistentes devem considerar a escolha de espécies com critérios socioambientais e econômicos, a conexão com os demais elos das cadeias produtivas (mesmo que na escala local), estruturas agroindustriais para o processamento e canais de comercialização. (ALIANÇA, 2020).

A utilização destes sistemas, representa a acumulação de conhecimentos e princípios baseados em ecologias territoriais e modos de agriculturas alternativos e antagônicos aos monocultivos dependentes de insumos externos. As estratégias tomadas em apontamentos ecológicos e conceitos de diversificação e balanço de reciclagem de nutrientes, assim como fluxos de energia nos agroecossistemas, carregam as ideias de “agriculturas alternativas” verificadas em princípios agroecológicos de entendimento ecológico e social de coevolução, estrutura e função em lugares particulares dos agroecossistemas (ALTIERI, 2009). Os produtores tradicionais demonstram estratégias e conhecimentos dirigidos de unidades ecogeográficas, cada uma delas com um potencial produtivo a partir do qual o produtor escolhe e traça suas estratégias, dessa maneira os produtores tradicionais, estabelecem sistemas produtivos ecologicamente adequados, explicando a permanência e vigência de muitos sistemas agrícolas, pecuários e pastoris (TOLEDO, 2011). Esses fenômenos são demonstrados por diversos grupos culturais e alcançam altos níveis de complexidade e diversificação em ambientes naturais.

Estudos sobre as florestas tropicais nas últimas décadas vem demonstrando que muitas vezes as florestas secundárias manejadas possuem características indistinguíveis das florestas primárias. A ecologia histórica mostra que as paisagens sofrem modificações temporais e espaciais relacionadas as atividades humanas, a relação dialética entre humano e natureza se manifesta nas paisagens, de modo que ambientes naturais, uma vez modificados, jamais iram evoluir como antes. (CUNHA, 2021). As práticas de transportar, substituir e privilegiar algumas espécies florestais, influenciou a biodiversidade no litoral sul e sudeste brasileiro; algumas florestas litorâneas, consideradas primárias até o final do século XX, são mosaicos resultantes de manejos de populações indígenas em suas dinâmicas de ocupações territoriais. Os conhecimentos agroecológicos, associados a técnicas de manejo e gestão territorial consolidado ao longo do tempo, imita e reproduz processos naturais de sucessão florestal através da

construção de sistemas agroflorestais análogos as florestas originais, sendo possível reconhecer objetivamente um sistema de coevolução por meio de interações estabelecidas entre populações indígenas e o espaço onde vivem (NOELLI, 2019). As paisagens domesticadas por povos indígenas mimetizam a estrutura de ecossistemas complexos, com elevada diversidade, eficiência energética e resiliência, características desejadas em sistemas agroecológicos (ALTIERI; TOLEDO, 2011). Assim, as atividades agrícolas e extrativistas pautadas na diversidade de modos de vida (RIVAL, 2007) resultam em um mosaico de paisagens com diferentes graus de domesticação, que vão desde áreas intensamente transformadas, como áreas cultivadas e assentamentos com solos antrópicos (NEVES *et al.*, 2003). Isso demonstra a influência de populações tradicionais e povos indígenas na construção de sistemas agroecológicos baseados em longas perpetuações de conhecimento e cultura através do tempo.

- **Os sistemas produtivos amazônicos**

A agricultura familiar na Amazônia é complexa, diante das transformações ocorridas na década de 70 e os incentivos para ocupação de seu território, fizeram com que passasse a representar continuamente uma fonte de conflitos ambientais regionais. A região como um todo tem sido palco para uma série de conflitos por terra e recursos naturais em meio a migrações intensas e políticas desenvolvimentistas e conservacionistas de avanços de fronteiras agropecuárias pressionando as áreas florestais conservadas (BECKER, 2005). Os avanços das fronteiras afetam diretamente os povos tradicionais, indígenas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares que historicamente habitam as regiões. Estes sujeitos, mesmo ameaçados, encontram maneiras distintas de reagir em busca da reprodução social da sua identidade (ROBERT, 2012). As trajetórias desenvolvidas por esses sujeitos, representa processo de lutas e ocupações frente a novos modos de modernização da agricultura, que vem se expandindo em grandes monoculturas produtivas.

Carneiro (2018) em pesquisa sobre processos ambientais de recuperação florestal na Amazônia Oriental identifica análises sobre as trajetórias desenvolvidas pelos sujeitos que habitam o campo amazônico e que servem de inspiração para resolução de problemas ambientais, sociais e produtivos. Essa recuperação representa a reconstituição de áreas degradadas e destruídas tanto pelos processos antrópicos, quanto pelos processos naturais e serve como uma “**resolução de problemas**” a médio prazo no campo amazônico. O autor traça um panorama sobre o cenário desenvolvido por agricultores familiares no Nordeste Paraense

(NEP) que realizam a recuperação florestal através de sistemas agroflorestais diversificados, analisando as percepções e dinâmicas envolvidas. Ele mostra que o processo de utilização de sistemas agroflorestais no nordeste paraense (**Irituia, Tomé-açu, Capitão-poço e Bragança**) é relativamente recente, iniciando por volta de 2003, e além dos SAFs outras práticas vêm sendo realizadas por estes agricultores, como **recondução da regeneração natural** e o **desenvolvimento de quintais agroflorestais**. A prática de corte e queima da capoeira vem passando por mudanças consideráveis no decorrer do tempo, e gradativamente vem sendo deixado de lado, como o corte raso da vegetação antes delas atingirem estágios avançados de recuperação florestal (vegetação secundária). Isso demonstra a existência de diferentes visões e práticas da agricultura familiar na Amazônia (HURTIENE, 1999), e também uma leve mudança nas perspectivas de conservação e regeneração das florestas naturais presentes nas propriedades.

No nordeste Paraense, constata-se principalmente que existem dois tipos de sistemas agroflorestais que auxiliam nas práticas de restauração florestal, são eles os **SAFS do tipo Diversificado e SAF Pouco Diversificado** (CARNEIRO, 2018). Estes sistemas possuem dinâmicas distintas em que o SAF Pouco Diversificado depende mais de insumos externos (químicos e agrotóxicos) para sua manutenção e acaba sendo um sistema mais simplificado no sentido de possuir poucas espécies, já o SAF Diversificado, se aproxima da regeneração natural e da floresta, neste sentido não necessita de insumos externos e possui grande diversidade de espécies. Um fato relevante remete ao fato que a maioria dos atores que fazem SAFs são paraenses, isto se acentua quando se trata dos SAFs diversificados, o que aponta uma relação de **maior diversificação** associada com origem dos agricultores, possivelmente relacionada ao aporte de conhecimentos tradicionais herdados pelos agricultores amazônicos sobre os ecossistemas e diversidade de espécies. Os SAF's pouco diversificados também garantem boa rentabilidade em pequenas parcelas de terra, embora não asseguram vantagens ambientais em relação aos diversificados.

Com isso, as conclusões que o autor chega com relação às origens das trajetórias dos SAFs no nordeste paraense, se encontram no que ele chama de **“rastros verdes”**, que consiste em um vestígio agroflorestal deixado, principalmente, pela a pimenta-do-reino, visto que pimentas mais velhas padecem e permanecem em culturas com ciclos de vida maiores, assim a pimentas vão ocupando novas parcelas nos lotes, seguidas pelos SAFs. Estas sucessões são comumente aplicadas em safes poucos diversificados encontrados em Tome-açu. O manejo consiste no plantio em monocultivo da pimenta-do-reino até aproximadamente um ano e meio,

quando são implantadas mudas de cacau e/ou cupuaçu em suas entrelinhas, em seguida, quando o pimental completa aproximadamente dois anos, acrescenta-se o açaí ao arranjo do sistema. Entretanto, na região e em outros municípios alguns agricultores vêm adaptando a prática ao adotar novas técnicas e espécies no sistema, e assim formar SAFs diversificados. (CARNEIRO, 2018). A pimenta-do-reino cumpre então um papel fundamental na origem dos sistemas agroflorestais no nordeste paraense, sendo responsável por agregar renda inicial no sistema por possuir bastante saída de mercado, mesmo com oscilações de mercado, possui grande aceitação comercial e vem se incorporando na cultura dos agricultores familiares.

Podemos notar uma constante adaptação e busca por conhecimento pelos agricultores, por novos mercados e inovações em comercialização. Segundo Carneiro (2018) as trajetórias que envolvem práticas de recuperação florestal praticadas por agricultores familiares **permitiram averiguar mudanças nos sistemas de produção familiares e nas paisagens dos estabelecimentos**, com uma reestruturação de valores, práticas e estratégias dos agricultores da região. Estas trajetórias têm apontado novos caminhos para sustentabilidade e é notório que apesar de certos padrões de trajetórias em alguns municípios, de modo geral as ocupações de terras e o uso intensivo da terra, tem seguido certos padrões, assim como o chamado “**rastro verde**” deixado principalmente pela pimenta-do-reino, que tem influenciado a criação e adaptação de sistemas agroflorestais diversificados em velocidades distintas (CARNEIRO, 2018).

Dessa forma a utilização de sistemas agroflorestais representa um avanço no enfrentamento de problemas ambientais, com a utilização de práticas ecológicas diversificadas que contribuem para a preservação e regeneração do meio ambiente nativo. É notório que de forma abrangente existem muitos casos de sucesso que demonstram que a utilização dos SAFs pode gerar trabalho, renda além de recuperar passivos ambientais. Aliança (2020) traz alguns exemplos na Amazônia Legal, de casos que demonstram a utilização dos SAFs em média e grande escala: O Projeto Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado - RECA (Rondônia): 300 famílias beneficiadas em 2.500 hectares de SAFs, os quais abastecem uma agroindústria cooperativa que processa anualmente mais de 500 toneladas de polpa (cupuaçu e açaí)/ Projeto Cacau Floresta (Pará): 250 famílias beneficiadas em 500 hectares de SAFs produtivos com cacau – um produto de alto valor agregado./ A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu – CAMTA (Pará): 172 cooperados e 1.800 produtores familiares abastecem a agroindústria de polpas de frutas através

de SAFs. Café Apuí (Amazonas): 59 famílias produzem café orgânico em 33 hectares de SAFs, onde foram plantadas mais de 32 mil árvores.

Na Amazônia algumas propostas de restauração florestal para áreas degradadas possuem uma gama de atores e experiências que levam a recomposição e recuperação ecológica de sistemas, sendo conduzido por diferentes atores sociais que podem fornecer experiências valiosas. Segundo Vieira (2009), experiências como as contadas no livro: **“Silvicultura na Amazônia brasileira: avaliação de experiências e recomendações para implementação e melhoria dos sistemas”** desmembraram mais de 67 experiências visitadas nos estados do Pará, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso. Dentre as lições de contas, um dos obstáculos é a difícil aquisição de mudas (espécies nativas); pouco conhecimento sobre o manejo de espécies; baixa qualidade e frequência de assistência técnica; falta de crédito para manutenção das experiências e presença de pragas e doenças.

Outro livro importante neste sentido se chama: **“Recuperação de áreas alteradas na Amazônia brasileira: experiências locais, lições aprendidas e implicações para políticas públicas”** (ALMEIDA et al., 2006) seu foco são as experiências e iniciativas de recuperação de áreas alteradas praticadas por agricultores familiares distribuídos em todos os estados da Amazônia brasileira. Dentre as lições retiradas estão a motivação e organização social; necessidade de capacitação das famílias; assistência técnica; expectativas falsas sobre projetos; mão de obra familiar; beneficiamento e comercialização da produção e o comprometimento em todas as fases de implementação do projeto. **Estes exemplos demonstram que as iniciativas de projetos de recuperação na amazonia, muitas vezes não atingem seus objetivos devidos a problemas metodológicos encontrados, ou até mesmo falta de diagnósticos adequados para com os agricultores e comunidades representativas.** É importante salientarmos estas diferenças notórias, pois realçam a necessidade de investigação e conhecimento das práticas tradicionais de populações e com isso adentrar linhas de construção de manejos adequados a cada realidade, compreendendo melhor os tecidos socioecológicos encontrados nos territórios para assim aliar as práticas de restauração com as realidades. Vieira (2009) e Almeida (2006) demonstram que os conhecimentos de práticas agrícolas tradicionais permanecem nas origens da agricultura familiar da Amazônia: **a cultura, tradição e forma de fazer agricultura, permanecem intrínsecas.** Aliar as práticas de conservação aos conhecimentos tradicionais, obriga aos organizadores de políticas públicas a incluir a biodiversidade feita por essas populações em seus cálculos para construção de manejos integrados de restauração.

- **Algumas reflexões sobre o projeto PROSAF no assentamento BAB**

O projeto PROSAF implementado pelo IDEFLOR conjuntura atividades de restauração de áreas degradadas no assentamento BAB, inerentes a um processo a longo prazo de assistência técnica qualificado nas áreas a serem restauradas. Os agricultores do assentamento recorrentemente passam por um processo de transição ecológica na mudança de seus sistemas produtivos, como já citado anteriormente. A aproximação com o IFPA e instituições, decorre da articulação forte e presente na vida dos associados antes mesmo da chegada do projeto do IDEFLOR-bio. Visualizamos que o processo de transição para o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos influencia as bases para formação e estruturação do projeto no assentamento, trazendo assim uma forte estrutura de suporte e interação.

O projeto em si, objetiva a implementação de sistemas agroflorestais através de cursos e parcerias com os agricultores familiares, além de incentivos à infraestrutura. Em seu nome devidamente representado como: “**projeto de restauração florestal através de sistemas agroflorestais**, a parceria começou por volta de 2013 com a implementação de um viveiro coletivo de mudas para o assentamento, que foi utilizado para dar suporte na aquisição de insumos externos, além de produção de mudas coletivas na comunidade. Incorporado através da lei estadual nº 8.096/2015 e Decreto Estadual s/nº de 18 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 33.111, de 19 de abril de 2016: o PROSAF (*Projeto de Restauração Florestal através de Sistemas Agroflorestais*) tem como objetivo o estabelecimento de um conjunto de ações atuantes sobre a recuperação de áreas entropicamente alteradas na pequena propriedade familiar rural, através da implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs Comerciais, convergindo para a geração de conhecimentos que subsidiem o desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais com diferentes níveis de necessidade de recuperação ambiental, bem como, visa a contribuir na geração de conhecimento sobre espécies nativas apropriadas, de arranjos agrossilviculturas de importância econômica local e social.

Segundo Souza (2018), o projeto chega no assentamento como fonte de resultados de parcerias com o IFPA e o IDEFLOR-bio, e veio para dar suporte na criação e aperfeiçoamento de sistemas agroflorestais demonstrativos nas propriedades dos agricultores, sendo incorporado através de assistência técnica rural e apoio com insumos. Inicialmente, o contexto de implementação do projeto, tem sua fonte de recursos advindo da concessão de florestas públicas estaduais no estado do Pará, incorporado através de recursos financeiros pelo IDEFLOR, as

concessões florestais são licenças formalizadas para a realização do manejo de produtos e de serviços florestais, concedida à pessoa jurídica (previamente selecionada por licitação pública), sendo necessário o pagamento pelos produtos e pelos serviços florestais que serão acessados pelo concessionário, além do atendimento de outras obrigações e responsabilidades. O projeto também é influenciado pela onda de mudança nas áreas rurais incentivadas pelo Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), criado e incorporado como política pública piloto, a partir de 2003 (MATTOS, 2010). É com isso que a associação APRABAB, recebe de portas abertas a visualização de uma perspectiva de mudança tanto do ponto de vista técnico quanto teórico nas tomadas de decisão produtivas dos agricultores.

No entanto, o processo de transição produtiva precede muitos movimentos no assentamento, sendo construídos anteriormente através de parcerias com o IFPA e agricultores da associação. Um grande parceiro foi o Núcleo de estudos em Agroecologia (NEA), que através de diversas atividades, fomentou a implementação de unidades pedagógicas de experimentação em agroecologia (UPEAs) que serviram como base para troca e construção de conhecimento entre os agricultores, estudantes e técnicos, além de fomentar o desenvolvimento de atividades de conservação e restauração dos sistemas nas propriedades. Institucionalizado oficialmente em 2010, através de uma carta-convite do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o núcleo surge como um espaço de articulação político-pedagógico, com o intuito de promover a animação de processos sociais e a concretização do ensino-pesquisa-extensão com base na Agroecologia, com a participação de profissionais de diversas áreas, educadores, estudantes de nível médio e da graduação e especialmente, com o envolvimento dos agricultores familiares camponeses (SOUZA, 2016).

Assim, o processo de transição e estabelecimento conjunto de um conhecimento compartilhado e coletivo, ganhou ainda mais força para a construção de atividades e propostas de transições de sistemas agrícolas, principalmente através de metodologias conjuntas de construção coletiva de unidades pedagógicas de experimentação em agroecologia (UPEAS). As UPEAS trata-se de um espaço físico de ensino, pesquisa e extensão e representam um elemento metodológico fundante da proposta do NEA. Neles, os sujeitos educativos envolvem-se no seu planejamento, na sua construção, no diálogo de saberes, na reflexão dos resultados alcançados, assim como nas possibilidades de disseminação dos mesmos para outros agroecossistemas. Segundo Souza, (2016), as unidades são concebidas com a proposta de

promoção e inovação tecnológicas sem hierarquizar os conhecimentos, com a participação de educadores, educandos e agricultores, desenvolvendo atividades coletivas e construindo conhecimento a partir de problemáticas identificadas. A importância de se garantir um enquadramento metodológico horizontal de geração, produção e disseminação do conhecimento foi fundamental para se fortalecer a ideia de que todos tem um conhecimento válido que pode ser socializado, dialogado e refletido e que o trabalho deve ser inserido como princípio educativo no processo de formação (SOUZA, 2016).

É importante salientar que a agricultura presente no assentamento se encontra no processo de transição para sistemas ecológicos mais diversificados e complexos. Anteriormente a caracterização da produção era baseada em práticas tradicionais recorrentes na região, com princípios por uma agricultura de pousio com técnicas tradicionais de corte e queima para fertilização do solo e uma forte dinâmica da força de trabalho familiar nas decisões de produção e consumo. Muito comum pelo cultivo da mandioca e açaí, os agroecossistemas se concentram em sustentabilidade e da subsistência do núcleo familiar com variáveis técnicas adaptadas de cultivos perenes que misturas de espécies comuns na região, como a pimenta-do-reino, açaí, mandioca e espécies florestais. Esse tipo de agricultura já é consolidado como fortemente presente no nordeste paraense e se caracteriza pela rotação de terras e constante produção entre animais e extrativismo dos recursos naturais. A chegada de agentes institucionais nas unidades produtivas (NEA/IFPA/IDEFLOR), intensificou as tomadas de decisões técnico-ecológicas nas unidades familiares e aumentou as mobilizações para fatores de produção provenientes das bases de recursos autocontroladas presentes nas unidades.

O IFPA e o NEA desenvolvem um processo de estruturação e aperfeiçoamento de uma agricultura ecológica e de base sustentável entre os agricultores, esse processo é fruto de experiências de experimentadores e extensionistas rurais que promovem a construção agroecológica de sistemas produtivos, assim como uma extensão rural de base comunitária dialogada com os agricultores familiares no nordeste paraense. A inserção destes agentes externos na construção e atuação na defesa de um modelo específico de agricultura alternativa (biológica, permacultura, orgânica, regenerativa e biodinâmica) não se limitam em discutir a agroecologia a partir de uma só disciplina (Ecologia, Biologia, Sociologia, etc.) mas construir aportes teóricos a partir de diferentes áreas do conhecimento e **diversas experiências e práticas dos agricultores**. O que fortalece a construção a partir do processo comunitário envolvendo as

atuações do núcleo em intervenções onde o agroecossistema é visualizado como forma central de análise, de forma sistêmica e conjunta.

A proposta de restauração dos agroecossistemas é colocada de maneira a colaborar com o processo construtivo de conhecimento e relações entre agricultor e agricultor e vem por a restauração em pauta no assentamento, com uma linguagem de reestruturação dos sistemas e mudança nas perspectivas produtivas, englobando mais diversificação e alternativas com a construção de sistemas agroflorestais. Neste sentido, a restauração florestal chega no horizonte de eventos de mudança e formas diversificadas de se trabalhar a agricultura de maneira mais ecológica e observando melhor os fluxos sistêmicos em cada propriedade, englobando as espécies nativas e também a disponibilidade de recursos naturais. A recomposição de áreas degradadas e o apoio para construção de SAFS, assim como todo o projeto PROSAF, é posta como resultado das experiências anteriormente construídas e também das metodologias adotadas que estruturam a chegada a passos firmes de forma estruturada do projeto no assentamento. A ampla adesão representa a adoção de perspectivas sistêmicas não somente pelos agricultores, mas também pelos responsáveis técnicos a realizar os processos de construções coletivas com os agricultores.

A proposta de restauração muitas vezes ligadas a propostas políticas de intervenção em áreas protegidas, tem origem vertente ligada a movimentos sociais e a comunidades tradicionais (DIEGUES, 2004 apud, RODRIGUES, 2017), a restauração que Rodrigues (2017) chama de multifuncional, se enquadra nas perspectivas contínuas de experiências acumuladas e sobre discussões recentes sobre o desenvolvimento sustentável como projeto político incorporado em movimentos sociais. Para o autor a construção destes que podemos chamar de “modelos agroecológicos” viabilizam novos agenciamentos socioprodutivos, muitas vezes sem se quer adotar a noção de restauração ecológica. A reflexão proposta aqui, sobre o campo de estudo do projeto implementado no assentamento BAB, nos configura paralelos sobre a condução de novos agenciamentos ecológicos formados a partir de intervenções políticas e propostas agroecológicas de construção indissociáveis de modelos regionais adaptáveis, com a construção de sistemas agroflorestais como base para a recomposição ecológica. Estes agenciamentos ecológicos criam e despertam novas relações de estratégias entre os agentes e os agricultores, servindo como base para a produção de manejos diferenciados e que demandam mais assistência dos agentes participantes.

Os processos construtivos de novos agentes que aprendem novas estratégias de manejos ecológicos, contribuem significativamente para a promoção desta restauração ecológica multifuncional baseada nas relações natureza e sociedade, onde as relações socioprodutivas contribuem e fortalecem os processos de coevolução e coprodução. Devidamente os processos produtivos são estabelecidos com sucesso e representam grandes avanços no campo da restauração no Brasil, principalmente voltadas a exemplos de construção socioecológicas contínuas que posteriormente se expandem para novos ciclos de relações e de agentes sociais que constroem o campo ecológico e agroecológico. A reprodução adaptativa de sistemas agroflorestais na amazônia, representa continuamente a resistência ao avanço de modelos conservadores de produção agrícola na região do nordeste paraense e também marca pontos de referência para demonstração de exemplos de agenciamentos contínuos sobre manejo de fatores ecológicos e criações de estratégias entre agricultores que se auxiliam e compõem juntos a construção de novos territórios produtivos conservação da natureza. O auxílio e o manejo de assistência devem compor juntos este tipo de restauração ecológica, onde os mecanismos de conexão são intrinsecamente responsáveis pelos modos de coprodução.

- **Os sistemas ecológicos e a restauração Florestal**

As diversas reestruturações ao em torno de políticas ecológicas, se beneficiam dos conhecimentos e práticas tradicionais para recomposição florestal a partir da agricultura e produção. Representam um sentido que é ligado a ampliação e preservação do capital ecológico e constatare reprodução autônoma através da criação de redes e arranjos institucionais, essas facetas representam as características da histórica da agricultura familiar camponesa, onde as influências estão enraizadas diretamente as escolhas e caminhos traçados pelos agricultores, ligados aos ciclos produtivos anteriores e a uma reprodução autônoma e historicamente garantida (PLOEG, 2009).

Vieira (2009) e Almeida (2006) ressaltam que as práticas tradicionais são distantes e que muitas vezes não coincidem com projetos de restauração ou conservação florestal aplicados na Amazônia, além de apresentar processos longos de apartação e criação de agenciamentos. O exemplo de práticas do BAB demonstra que a adaptabilidade da agricultura familiar está intrinsecamente ligada aos componentes históricos e principalmente movida pela busca da reprodução de modelos técnicos difundidos em uma forma. Rodrigues (2017) traz elementos que nos ajudam a compreender que a restauração ecológica ligada à captura de técnicas e

reprodução de perspectivas de transformação em prática de produtos de “serviços ambientais”, está estritamente ligada ao fornecimento de matérias primas de serviços e materiais. A experimentação e reprodução de sistemas agroflorestais, representa a multiplicidade de abertura de agenciamentos e especializações, ligadas ao mesmo tempo a componentes históricos de suporte que mantem as necessidades de reprodução para a promoção de conservação, conectados a processos ecológicos e sociais locais.

Essa chave de análise está conectada a uma perspectiva da restauração ecológica, como dito no fim do capítulo II, onde a reflexão sobre as práxis nos ajudam a pensar o lugar da ciência, da natureza e, principalmente, da cultura, na formação de paradigmas. A articulação para a reforma ou adaptação dos “ecossistemas naturais” pensados em modelos ecológicos, ligados a práticas culturais que garantam o aumento da biodiversidade e da conservação, enfatizam as relações culturais e, principalmente, valorizam as agriculturas nativas em cada localidade específica, visualizar este leque como o mais adequado para relacionar com as questões de adaptabilidade da agricultura na Amazônia, permitindo pensar em práticas de restauração ecológica nestas localidades, visto a experiência relatada no assentamento BAB e outras relatadas neste trabalho.

As trajetórias institucionais específicas em cada localidade no assentamento BAB representam agrupamentos em um conjunto de eventos, materializados em representações de escolha por práticas agroecológicas para traçar os caminhos produtivos. Os SAF's representam uma opção de construção promissora para a abordagem de restauração de áreas degradadas, modificadas, de reserva legal e de preservação permanente (MOTTA, 2000). As condições de agrupamento dos atores me esclarecem reflexões sobre como a busca por um sistema agroalimentar que seja socialmente justo e ecologicamente sustentável emerge no âmbito de localidades específicas, principalmente na Amazônia.

Este campo interdisciplinar de reflexão colabora para a chave analítica de capacidades de atores e agenciamentos (GIDDENS, 1989), onde o caráter multilinear e os contingentes das trajetórias de mudanças envolvem mecanismos de coordenação e formas de governança que atravessam diferentes domínios e escalas de intervenção (PALM, 2021). A capacidade de resiliência e, principalmente, o desenvolvimento de competências, conhecimentos e cooperação, representa uma forte dinâmica para compreender as realidades locais,

principalmente com um cenário de alternativas tecnológicas de expansão ligadas a produções endógenas (dendê) e alternativas focadas em conservação e diversidade de espécies.

De acordo com formulações de Giddens (1989), que estudou o debate das capacidades dos atores de “agência” dos agricultores, apesar das pressões institucionais, os atores encontram espaços e criam manobras como estratégias relativamente autônomas de produção e trabalho. Um dos principais méritos desta contribuição está na atenção conferida à heterogeneidade social, a qual deriva da capacidade dos atores sociais de resistir às pressões estruturais exercidas pelo Mercado e pelo Estado (Long; Ploeg, 1994). A opção de produção e escolha por sistemas alternativos de produção também representa uma característica particular da agricultura camponesa, onde as noções de práticas e formas produtivas são intrínsecas de culturas e representações locais, movidas por diversos agentes. Hofstee (1946) nos ajuda a compreender com o conceito de “estilos de agricultura” onde as dimensões de cultura e localidade representam normas, conhecimentos, experiências etc., portados por um grupo de agricultores, em uma região específica, que descreve o modo com que a práxis agrícola é levada adiante. Para Ploeg (1993), à medida que se tornava evidente a heterogeneidade no seio de uma mesma comunidade, “estilos de agricultura tornaram-se principalmente um fenômeno “intrarregional”.

- **Reflexões sobre políticas ambientais na Amazônia**

Compreender alguns reflexos sobre as políticas agroambientais na Amazônia também é elementar nesta discussão, pois gradativamente as políticas ambientais brasileiras vêm passando por promover instrumentos legais de controle das práticas de recuperação florestal (ALMEIDA, 2016). O avanço do desmatamento na Amazônia trouxe consigo várias limitações e restrições quanto ao uso da terra que gradativamente vem se degradando, com isso a valorização da recuperação florestal aparece e tem sido imposto como um modo viável de valorização das terras que já foram abertas e também como uma alternativa de produção da agricultura familiar.

A ordem de políticas e implementação de projetos ambientais na Amazônia possui reflexo no neoextrativismo, um estilo de desenvolvimento que gera vantagens comparativas visíveis no crescimento econômico ao mesmo tempo em que gera contrastes com as questões ambientais e político-culturais (TELES, 2021). Para Acosta (2016), esta modalidade de acumulação “tem sido um mecanismo de saque e apropriação colonial e neocolonial” e “assumiu diversas roupagens ao longo do tempo” ela “começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos”, quando a economia mundial começou a ser estruturada com a conquista e colonização de América, África e Ásia. Isso reflete nas moldagens e formulações de projetos de implementação e de reflorestamento, muitas vezes pensados de “cima” para “baixo” de forma vertical.

Com todo esse contexto geopolítico internacional, Teles (2021) discute o paradigma da modernização ecológica norteia as políticas ambientais do país e gera um paradoxo entre o próprio objetivo dessas políticas e as tomadas de decisão. Uma vez que a gestão ambiental e a governança participativa implementadas no período da redemocratização do país mostraram-se insuficientes para mitigar as tensões causadas por grandes empreendimentos minerários e populações atingidas. As políticas governamentais têm respondido a esses conflitos por meio da flexibilização da legislação ambiental, com redução dos espaços de participação e a criminalização de grupos de resistência (ZHOURI *et. al*, 2016).

Ao se considerar a implementação de inovações tecnológicas com o objetivo de intervir nos ambientes de modo singular e específico, principalmente nos espaços agrários rodeados de atores sociais. Tais tecnologias podem ser caracterizadas pela sua amplitude de implicação e

pela finalidade de sua construção, resultado de um processo de construção social do conhecimento (HURTIENNE, 2006). A adoção de novas tecnologias sociais na agricultura familiar é incentivada por práticas governamentais e não governamentais para atingir certos objetivos do desenvolvimento, o que tende a mudar são as formulações dos objetivos dessas ações, que podem variar da maximização da produtividade agrícola ou conservação dos recursos naturais (BÖRNER, 2006). Hurtienne (2006) discute que tais melhorias não definem a super eficiência ou eficácia destas tecnologias e que são necessárias, assim comparações dos efeitos das tecnologias nos sistemas de produção, para com suas interações com o ambiente e para a obtenção de resultados técnicos são necessárias se obter as considerações das diversidades das práticas ou técnicas empregadas pelos próprios agricultores. Nessa perspectiva, a implementação de projetos e inovações na agricultura familiar, geralmente pode ser bem sucedida considerando-se a chegada de novas tecnologias produtivas e ferramentas inovadoras.

Trabalhos como os de Hecktheuer (2021) e Abreu (2016) demonstram perspectivas de implementação de projetos tecnológicos e sustentáveis tendo em vista as iniciativas governamentais e não governamentais na Amazônia, as variáveis de adaptação, fatores de adaptabilidade em longo prazo e a estabilização de gestões integradas com capacidades institucionais e políticas locais para a agricultura familiar. Hecktheuer (2021) observou em comunidades do empreendimento do Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (Reca) que os valores particulares e subjetivos de igualdade, confiança e solidariedade na comunidade, contribuíram para o fortalecimento da iniciativa sustentável formando um modelo comunitário pautado na gestão de espaços públicos de aberto diálogo e pautados nos bens coletivos. Abreu (2016) demonstra com agricultores familiares do sul da Amazônia em Porto Velho e Rondônia, que trabalham em sistemas agroflorestais consolidados; necessitam da aplicação de políticas de gestão integradas aos locais para fortalecer e aprimorar suas práticas de base sustentável. Já Börner (2003) mostra que alternativas tecnológicas de mecanização em áreas de produção da agricultura familiar na Zona Bragantina Paraense contribuem positivamente para aumento de renda das famílias, porém muitas vezes com indicadores ecológicos negativos. Quando há acesso a mecanização convencional, o cultivo de culturas anuais aumenta em 74%, pois a mecanização simplesmente aumenta a capacidade do estabelecimento de preparar uma área em uma época de alta demanda de mão de obra (BÖRNER, 2003).

Como indicados nas pesquisas de Abreu (2016), Börner (2003), Hecktheuer (2021) e Hutirenne (2006), os projetos realizados na Amazônia demonstram graus de incerteza geralmente criados a partir de fatores socioeconômicos e ambientais, gerados muitas vezes por falta de planejamento e falta de assistência técnica nas propriedades, seguidos por falta de adaptabilidade e recursos nas estruturas entre os agentes sociais. Carneiro (2018) indica alternativas e ações fundamentadas em estruturas agrícolas já estabelecidas, como meio de promover a colaboração e enfrentar os desafios frequentes relacionados à comercialização e ao desenvolvimento de projetos. O autor destaca o fortalecimento de cooperativas e associações de agricultores familiares como uma dessas soluções, destacando sua contribuição consistente para princípios como os da agrofloresta e da agroecologia, que têm o potencial de gerar mudanças internas entre os membros cooperativados e assim fortalecer as estruturas de restauração. Apoiar as estruturas do associativismo e cooperativismo, fortalece as inter-relações e contribui para flexibilizações nas comunidades e o avanço nas atividades.

Os povos tradicionais sejam eles indígenas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares são os sujeitos que têm sofrido as consequências mais severas dos atuais problemas ambientais, pelo fato de possuírem relações intrínsecas com a natureza e dependerem dela para sua sobrevivência, não só física, mas identitária (CARNEIRO, 2018). Carneiro (2018) reflete que devido à pressão internacional e grandes questões discutidas internacionalmente, o estado brasileiro tem desenvolvido uma série de políticas ambientais. Uma das medidas importantes tomadas pelo governo brasileiro, diz respeito à regularização ambiental das propriedades rurais. A regularização ambiental no território brasileiro visa recuperação florestal de áreas degradadas em área de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL), e sob o ponto de vista político, tem se apresentado como um importante medidas de mitigação das mudanças climáticas, possibilitando ainda a criação de novas cadeias produtivas e a uma fonte atraente para captação de recursos e inserção de mecanismos financeiros (CARNEIRO, 2018). As reflexões do autor vão de encontro com o complexo sistema de interações entre os sujeitos e as políticas de recuperação florestal, pois como os sujeitos estão suscetíveis aos problemas ambientais e tem como prioridade a manutenção de sua reprodução social, há uma reação contrária da tendência regional de supressão de florestas, ao mesmo tempo também existe uma grande sucessão de falhas na aplicabilidade destas políticas, ocasionando o adiamento de prazos e impedindo um avanço substantivo.

Neste sentido, um dos princípios mais importantes para o desenvolvimento das políticas de recuperação florestal é o de integração entre diferentes dimensões e aspectos, que estão associados à questão ambiental, social e produtiva, como é o caso de mercados, de fatores organizacionais, como PAA e PNA. Os programas de aquisição de alimentos reforçam os vínculos com políticas agrícolas e sociais permitindo a garantia de segurança alimentar, os programas também contribuem para a diversidade produtiva dos lotes na agricultura familiar, estas políticas quando aplicada a ambientes favoráveis, munidas de conhecimentos tradicionais, concretizam-se de recuperação florestal principalmente com as pratica de sistemas agroflorestais (CARNEIRO, 2018). É de suma importância manter os olhares atentos para essas políticas, pois elas fortalecem os territórios e criam bases significativas de integração e experiências entre agricultores familiares, fortalecendo as relações entre os mesmos e contribuindo para o fortalecimento entre os atores sociais do campo.

Estas reflexões trazem pistas analíticas sobre as mudanças esperadas em projetos que é seu impacto sobre atores e suas práticas na Amazônia. Relaciono que a adaptabilidade de implementação de novas tecnologias, especialmente envolvendo grandes projetos institucionais, não considera fatores socioeconômicos e, principalmente, as inter-relações entre os agentes sociais do campo. Não se trata então de atores tradicionais no sentido de avessos ou incapazes de mudanças, se trata de atores com atitude e com hábitos próprios, não se ajustando a qualquer mudança por parecerem óbvias a outros agentes (COSTA, 2005). É necessário um planejamento eficaz no manejo da restauração e estruturação de projetos ambientais, que acaba lidando com uma variedade de agentes heterogêneos e no desencadeamento de diversas dinâmicas para a composição de estratégias (projetos). Como afirma Rodrigues (2017), a opção da restauração por trilhar caminhos de multifuncionalidade consoantes com as políticas de conservação ambiental e das discussões recentes sobre o desenvolvimento sustentável como projeto político, acaba por trilhar novos caminhos ecológicos abertos e socioprodutivos (RODRIGUES, 2017). Pensar os mecanismos de conexão me parece essencial para articular os diferentes modos com que os agentes sociais do campo lidam com os objetos da natureza e constroem esses agenciamentos, assim como seus modos tradicionais de vivências. Articular as diferentes representações do campo, é articular as multiplicidades dos territórios e pensar as noções de classificações da natureza que fazem parte do universo socialmente compartilhado, historicamente construído e diferenciado (MURDOCH E PRATT, 1993).

Para Costa (2005), significa lidar com um capital humano na forma de saber ancestral, rico e complexo, contra o poder da razão e da prática da modernidade capitalista, que necessita de resultados imediatos. A solução para o autor reside em dar potência às qualidades da produção rural camponesa, do seu conteúdo histórico e social e do *habitus* de seu protagonista. Com uma aproximação constitutiva e com acúmulos de conhecimento formal, o ambiente institucional então deverá “aprender” a valorizar os sistemas produtivos baseados na diversidade e, principalmente, transformar esta diversidade em base de eficiência econômica (em força produtiva) e de transformar a eficiência econômica em base para justiça social, fortalecendo os espaços já criados e os sistemas de referência, assim como as composições das relações e os mecanismos de produção de práticas já existentes.

Esta breve noção de atores adaptáveis em meios às conexões dos mundos, que são materializadas em projetos de restauração e criação de elos e agenciamentos inexistentes, traz a ótica as percepções de relações de projetos adaptadas e como estes projetos estão ligadas a redes de relações intrínsecas aos atores. As noções de atores adaptáveis em meio aos elos e conexões do mundo são estudadas por Boltanski e Chiapello (2009), para os autores os projetos possuem uma natureza transitória, e que se ajusta ao mundo em rede, multiplicando as conexões e provocando proliferação dos elos entre os participantes. Os que se sentem à vontade nessas redes de conexões, estão dispostos a mudanças para novos investimentos mostrando flexibilidade e adaptabilidade, porém sem perder o vínculo e laços já realizados em projetos anteriores, essas conexões permanecem adormecidas e sempre disponíveis (BOLTANSKI, 2009). Essa noção adaptável dos projetos nos ajuda a refletir como os atores envolvidos em projetos engajam-se em atividades consistentes e rompem com o isolamento, criando elos e conexões, compreendendo também os rompimentos descontínuos que acabam sendo gerados justamente pelas noções de adaptabilidade e desenvolvimentos não lineares nas organizações de projetos, ou seja, a adaptabilidade ou aceitação de um projeto, seja ele de restauração ou não, pode levar às comunidades caminhos diversificados de opções, criando laços e redes que anteriormente não eram estabelecidos, ou seja criando novos agenciamentos sociais e/ou socioprodutivos.

Finalizo com as reflexões de que as políticas agroambientais de modo geral na Amazônia são desenvolvidas para que ocorra de maneira adequadas e com abordagens que integrem políticas setoriais para promover a sustentabilidade da produção agrícola, como alguns programas nacionais de produção de óleo diesel e outras explorações neoextrativistas. Tais

políticas abarcam novos arranjos, inserindo questões educacionais e articulando conceitos e conhecimentos já estabelecidos nos territórios. Estes cenários trazem transformações socioambientais positivas e negativas no âmbito dos territórios inseridos nos contextos de expansão do óleo de palma do dendê no nordeste paraense (SANTOS, 2021). Trazendo novas configurações e pressões de arranjos institucionais em diferentes frentes de produção agrícola.

É necessário, segundo Rodrigues, incorporar nestas práticas a restauração seguidas por alguns cientistas e ativar a potencialidade dos sistemas ecológicos e sociais presentes nos territórios. A restauração e a agroecologia junto com os “modelos” agroecológicos muitas vezes são indistinguíveis, pois as noções de restauração ecológica e a prática de composição de novos agentes ecológicos será conduzida a desenvolver processos de envolvimento e produção de funções, criando novas conexões e novas relações. Estudos como o de Carneiro (2018) trazem contribuições valiosas a respeito das políticas agroambientais na Amazônia e de como as contribuições da agricultura já existem podem permanecer e ser crucial para a composição e processo de recuperação das florestas. A agricultura familiar paraense já utiliza a práxis de modelos ecológicos ancestrais de preservação e retroalimentação da natureza, na forma de quintais agroflorestais e sistemas agrosilvopastoris, formando, juntamente com as organizações de movimentos e populações tradicionais, uma resistência a ausência de amparo do Estado no apoio técnico social, reafirmando o compromisso com a autonomia destes sujeitos. Estas perspectivas contribuem para o entendimento de que as políticas ambientais na Amazônia devem ser consideradas de maneira para além das dualidades presentes no campo e na cidade, para além das relações presentes entre culturas entre humanos e não humanos, sempre considerando as relações presentes nos territórios e principalmente as várias forma de coprodução e produção de práticas existentes entre as populações, ou seja, integrar de fato as relações sociais e socioculturais

CAPÍTULO III: O ASSENTAMENTO BENEDITO ALVEZ BANDEIRA A LUZ DAS PERSPECTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Neste capítulo irei abordar a origem dos agricultores do assentamento Benedito Alves Bandeira, refletindo sobre a trajetória desde sua chegada, formação, contato e experiências com instituições de ensino e pesquisa que produziram parcerias com o assentamento. Para tal, discutirei em uma seção o relato de alguns agricultores que são importantes para as chaves de entendimento das tomadas de decisões individuais no assentamento identificando os aspectos como decisões e caminhos tomados em suas trajetórias familiares e produtivas.

Porém, antes de adentrar e percorrer as histórias do assentamento, precisamos nos localizar no espaço geográfico e principalmente na organização territorial local entre os assentados que compõe a comunidade, entendendo o espaço como um fato principalmente comprometedor da realidade e da cultura local, onde são moldadas as vivências de cada agricultor ou agricultora. O projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira (PABAB), é composto por 206 lotes com áreas médias de 25 a cada lote, onde vivem aproximadamente 313 famílias. A paisagem é composta por vegetação de capoeira e principalmente florestas virgens, a locomoção se dá através de estradas de terra (ramais) que são as ruas que dividem as áreas e locais. Essa divisão e setorização é chamada internamente de *travessas* ou *ramais* que são categorizadas de acordo com sua localização e identificadas para se obter uma localização interna, são elas: *Travessão, Primeira Travessa, Segunda Travessa, Terceira Travessa, Quarta Travessa, Ramal do Trovão, Ramal dos cearenses, Ramal do Jupuíba e Ramal da graciosa.*

A organização das famílias se dá de acordo com o processo de ocupação das mesmas no assentamento, sendo as famílias da associação APRABAB localizadas em diferentes *travessas*, porém principalmente mais concentradas na segunda e terceira *travessa*. As relações de parentesco e proximidades são muito visíveis em cada travessa, onde os familiares mais próximos como filhos e tios, possuem lotes próximos na mesma travessa. O processo de ocupação dos lotes e aberturas de algumas estradas se deu juntamente com o processo de chegada da energia elétrica no assentamento. Onde a luta por energia marcou significativamente a ocupação nestas *travessas*. Em estradas e ramais mais recentes como o *Ramal do trovão*, a energia elétrica é buscada através da pressão com as companhias elétricas e prefeitura. Alguns moradores tomam a iniciativa, juntamente com o nome da associação, para reivindicar o processo de criação e conexão de linhas de energia elétrica. Em meados de 2003 a 2010 a luta

pela energia se deu de forma contínua e marcou o processo de avanço e estabelecimento das famílias da associação presentes neste estudo, sendo a energia elétrica responsável pelo avanço tanto em alguns modos de produção, quanto pelo estabelecimento das famílias de fato nas propriedades de direito.

Em conversas com o agricultor **Aurélio**, que reside em uma área recém estabelecida por sua família (esposa e filho), o agricultor relata que passou dificuldades para se estabelecer na propriedade. Primeiramente porque a energia elétrica não chegava até sua propriedade. Em meados de 2005, residia na *segunda travessa* com o irmão e possuía um lote na *travessa do trovão*, porém aquela área não possuía energia e conexões com eletricidade, o que dificultava o estabelecimento na propriedade. Ao decorrer do processo ele e a esposa reivindicaram juntamente a associação, o estabelecimento de energia para as áreas que faltavam no assentamento, sendo somente em 2010 com seu pleno estabelecimento no ramal. O processo de reivindicação da energia elétrica marcou recorrentemente a vida dos agricultores na região, influenciando tanto no desenvolvimento produtivo, quanto na qualidade de vida de muitos agricultores.

1. O local dos encontros da associação (aprabab)

Os caminhos que nos levam para adentrar o assentamento são percorridos por histórias e fatos repletos de configurações distintas em cada propriedade. Em cada local que visitei possuía algum tipo de história e vivência diferente, principalmente relacionadas ao uso de sistemas agroflorestais, seja ele em fase de construção ou em fase final de desenvolvimento. Muitas das casas que visitei possuíam sistemas repletos principalmente de espécies como Açai, cupuaçu, cacau e pimenta-do-reino, os sistemas encontrados são relativamente novos e estabelecidos em um curto período de tempo relativo a 5 a 4 anos. Algumas dessas histórias irei relatar a seguir no caso de dois agricultores familiares.

A propriedade em que fiquei hospedado em meus dias de campo era de posse de **Seu Arthur e Dona Regina**, que são agricultores mais antigos no assentamento e passaram por várias etapas de vivência na região, principalmente nas etapas de inserção das famílias de Bujaru no assentamento. Hoje o viveiro de mudas implementado pelo IDEFLOR-BIO, fica

localizado em seu terreno, muito em função da localidade de sua casa (local estratégico e de fácil localização), mas também por serem uma família que sempre se dispôs a hospedar e receber as pessoas em sua casa, com muito gosto e carinho.

Em sua história com a associação APRABAB, seu Arthur conta que em meados de 1990 fez parte de uma chapa única logo após sua chegada no assentamento, concorrendo como presidente da associação e se consolidando em um mandato. Nesta trajetória ele foi parte crucial como um líder articulador dos agricultores e também do *grupo mutirão*, essa participação acabou resultando na contribuição e aquisição de projetos e investimentos para a associação, envolvendo os princípios das boas práticas coletivas acima de tudo. Entre estes projetos muitos se concretizaram com o seu sucesso, porém outros nem tanto, um deles consistiu em um investimento na construção de uma máquina que beneficiava arroz, desde a colheita, até embalagem final, onde devido a problemas internos e externos principalmente relacionados a burocracia, somente parte da máquina foi efetivada na sede da associação.

Em seus primeiros anos no assentamento, Arthur afirma que trabalhava apenas com algumas culturas comerciais **como mandioca, coco, arroz e pimenta-do-reino**. Sua principal **renda vinha da pimenta-do-reino e da mandioca**, a chamada “*roça*”, termo utilizado por diversos agricultores na região do nordeste paraense. A trajetória de sua família é marcada pelos inícios dos anos 2000, com a aproximação da EAC (escola agrotécnica de castanhal) que trouxe diversas parcerias e abriu as portas para relações externas com instituições e também mudou algumas práticas de produção entre diversos agricultores, muito devido a chegada principalmente da expansão e diversificação de plantio. Seu Arthur afirma que obteve outra visão sobre espécies que convivia, um olhar mais “diversificado”, principalmente sobre espécies frutíferas especialmente. A chegada da EAC posteriormente o IFPA, ampliou alguns horizontes de olhares sobre suas visões de mundo, expandindo principalmente os rumos para além do plantio da mandioca e da pimenta do reino, mas sim também olhando para a ampliação dos meios de comercialização, através da agricultura diversificada e sistêmica.

Ao adentrarmos a sua propriedade, podemos observar os emaranhados de cultivos que foram estabelecidos ao longo do tempo como: uma área de açazal com espécies mais antigas obtidas nos anos de 2003, e também uma área integralmente de sistemas agroflorestais integrados de especiais como açaí, cacau e cupuaçu mais essências florestais como **mogno e paricá**. A experiência de trabalhar com açaí começou também através das relações de parceria

com EAC, com a aquisição de mudas na secretaria de agricultura de Concórdia do Pará, cidade localizada a 31 Km de Acará. Devido a facilidade das relações, a parceria foi possível e assim foi consolidada uma área de 2ha de *Açaí Pará*, espécie mais cultivada na época. Ele relata que tinha dificuldade com técnicos e que os técnicos agrícolas do município de Acará eram bem escassos na época, raramente realizavam visitas devidamente nas propriedades dos agricultores, logo buscou-se relações com outros órgãos de outros municípios como Concórdia.

Em meio a isso, alguns projetos de implementação de pecuária/gado também foram experimentados por ele. Porém, seu Arthur afirma que não tem condições de criar gado naquela região devido à falta de aptidão dos agricultores para com a criação animal, e também diz que não é economicamente viável. Em meados dos anos de 2005, a associação implementou um projeto de gado para o coletivo dos agricultores, com um incentivo de financiamento que iria ser implementado por diversas famílias. Entretanto, as criações duraram somente alguns anos, devido segundo Arthur, a falta e aptidão dos agricultores para com a criação de animais de peso e também a alta necessidade de investimento em insumos e estrutura. Notei que é muito comum se ouvir que muitos agricultores trabalham com gado, porém com o tempo pararam devido a recorrente dificuldades encontradas nos cominhos

Em meados de 2013, seu **Arthur e Dona Regina**, assim como outros agricultores, iniciam os cultivos de sistemas mais diversificados em suas áreas, com a chegada do viveiro de mudas do IDEFLOR-bio, ampliou-se as possibilidades de cultivo de espécies de interesse. Esse processo se deu de forma lenta e gradativa, com a aproximação e aprendizado de forma a experimentar o cultivo de algumas espécies e também agregar conhecimento juntamente com as parcerias com o IFPA e IDEFLOR. Em 2016, com o início de uma das etapas principais do projeto, foi realizada a oferta de cursos de formação em implementação de SAF'S e também a ampliação de técnicas de cultivo, assim como a ida e vinda de insumos no viveiro de mudas. Em sua propriedade, Arthur afirma que recebeu 30 sócios no curso de implementação de SAF'S ofertado pelo IDEFLOR em parceria com IFPA em 2017. De modo geral ele conta que recebe frequentemente a visita de muitos agricultores em sua propriedade e o local serve como **ponto de referência** para os agricultores associados que cultivam mudas e recebem apoio das instituições do projeto

Figura 8: Agricultores participantes do curso de construção de arranjos em sistemas agroflorestais, realizado em 2017



Fonte: (SOUZA, 2018)

Em sua área também é notório falar que existe o cultivo de espécies de abelhas sem ferrão (melíponas), projeto que foi marcado como iniciativa dos jovens filhos dos agricultores da associação, na local o compartilhamento de caixas de abelhas serve para servir como exemplo para as demais pessoas, assim como também englobar a incorporação de renda extra na unidade familiar, com iniciativa principalmente de seus filhos, o ramo foi crescendo e se expandiu para outros agricultores que tinham interesse em trabalhar com abelhas. Hoje com o avanço de interesse na comunidade, se organizam com o SEBRAE para a construção de uma associação de apiários do BAB, com o objetivo de acarretar mais renda e organização para comercialização de seus produtos.

É possível perceber a aproximação da família com o coletivo da associação e do assentamento, servindo como ponto de partida para relações externas e internas, assim como área referência em concretização de sistemas diversificados e também da experimentação de novas escolhas produtivas. Arthur se demonstra muito aberto e hoje tem como principal objetivo ajudar e apoiar os filhos em seus caminhos ao longo da vida, ele conta que já passou por diversas dificuldades e muitas lutas quando chegou naquelas terras, principalmente nas reivindicações de energia elétrica e na busca por assistência técnica e produtiva naquelas áreas.

Figura 7: Curso de Arranjo em sistemas agroflorestais, realizado em 2017



Fonte: (SOUZA,2018)

2. Os olhares sobre os sistemas agroflorestais

Ao percorrer as propriedades me deparo com sistemas complexos e repletos de diversidades e modos de produção diversificados em cada sistema e unidade familiar. Nos primeiros dias de campo, percorri a propriedade de **Teçado**, que possui sistemas agroflorestais diversificados e em pleno desenvolvimento. Teçado mora em uma área relativamente **afastada do viveiro de mudas** (localizado na segunda travessa).

Sua família é oriunda de tomé-açu, seu pai (agricultor), chegou no assentamento em meados dos anos 2000 e **o atual terreno era posse de um fazendeiro que doou terras para os seus empregados nos tempos passados**, em sua história ele relata que em meados de 2008, seu pai (que era assentado) possuía uma propriedade em que plantava mandioca e pimenta do reino. Lá ele morava e a propriedade ficava localizada em uma area de terra que ele chama de terra “fértil” na *terceira travessa*, na época ele afirma que não tinha muito incentivo de órgãos públicos e que somente conseguiu alguns projetos de financiamento, como uma **política e**

fermento do PRONAF em 2010/2011, que fornecia incentivos para produção e compras de ferramentas e apoio à agricultura familiar, neste período, teçado relata que **começou a trabalhar em uma empresa de dendê como coletador de cachos de dendê** e então foi arrecadando fundos para investir na agricultura futuramente, desde de aquela época ele pensava em possuir um área (lote) e ter sua própria produção e renda. Seu pai já era associado da associação APRABAB, porém não chegou a participar do projeto PROSAF com efetividade, devido às condições de saúde e idade.

A partir disso, começou a investir na cultura da pimenta-do-reino para comprar ferramentas e insumos no futuro, **o investimento deu certo, e em 2014 comprou um lote (atual área)** e começou a prosperar nas relações de parceria com o viveiro de mudas da associação APRABAB, coletando insumos e produtos que o ajudaram a crescer na composição da sua produção. Com isso, teçado ficava responsável por participar ativamente das atividades enquanto membro da associação e ajudava suas famílias no que podia. Ao longo do início do projeto, começou trabalhando com mudas iniciais de **açá e mandioca** e posteriormente iniciou o plantio de outras espécies como **cacau e cupuaçu**, que foram adquiridas em parceria com o viveiro de mudas localizado na propriedade de Arthur.

Ele conta que, a partir de 2018, começou de fato a plantar açá com espécies florestais e frutíferas, totalizando hoje em torno de **2 a 3 hectares** do que ele chama de “terra macia” ou “sítio”. Os sistemas agroflorestais estão distribuídos em diferentes arranjos de desenvolvimento, **desde de açá com pimenta-do-reino** em estágios iniciais, **até açá com cupuaçu e cacau e essências florestais** como **mogno africano e paricá**. Ele possui também uma área com **consórcio de mandioca com arroz**, que fica localizada mais ao fundo da área, essa area serve tanto para consumo da farinha de mandioca e venda e reutilização do arroz, quanto para venda e garantia de renda em épocas onde o açá e cupuaçu não estão em fase de colheita. A venda do açá ocorre para atravessadores na região, com contatos fixos de lojas e fábricas de açá, já o cupuaçu e cacau é vendido para empresas de polpas de frutas da região, ele também possui um pequeno viveiro de mudas na propriedade, com fins de fazer a própria reprodução de mudas de açá e cupuaçu e seguir nos rumos da autonomia de produção. Nos dias de hoje ele relata que muito tem a agradecer ao viveiro de mudas e ao IFPA, que trouxeram novas experiências e ensinamentos para ele. Segundo ele um ponto de virado em seus pensamentos, foram as vivências oferecidas no município de Tomé-açu, lá aprendeu e adquiriu conhecimento mais técnicos de germinação, adubação e colheita, para ele foi ponto de virada

em sua vida, pois pode aprimorar as perspectivas da agricultura, com a visualização plena de um trilhado que é possível, através da construção de sistemas agroflorestais de maneira correta, colocando a terra e o solo como prioridade na manutenção e manejo da área.

Porém, em meados de 2010, antes de iniciar seus projetos, afirma que recebeu inúmeras ofertas de empresas de Dendê para realização de parcerias em sua área, a empresa BFF (Brasil Bio Fuels) oferecia projetos para os agricultores do assentamento com a realização de reuniões em grupo em casa de agricultores. Ao longo tempo teçado afirma que não teve interesse em trabalhar com o dendê. Pois segundo ele: *“Trabalhar com o dendê não valia a pena por que você tinha que investir muito em sua área, ia mudar muito a área, eu tinha um igarapé no fundo e teria que aterrar parte dele pra passar os caminhões”*. (teçado, agricultor). Ele conta que sua preocupação com o igarapé (riacho) na propriedade e também o alto investimento em mão de obra e maquinário, levaram-lhe para caminhos de não trabalhar com a cultura do dendê. Sua preocupação era voltada principalmente para a degradação de sua área, que possui um igarapé, e que não queria que isso fosse destruído com o tempo, seu projeto de investimento na cultura do açaí mais o cupuaçu seriam prejudicados com o tempo e assim não valeria a pena.

Neste sentido, é visível o claro desenvolvimento em sua área a partir da inserção e busca por relações de parceria com o viveiro de mudas a partir da participação da em cursos e trocas de informações com técnicos e professores do IFPA/IDEFLOR-bio. Segundo ele: *“para começar do zero é difícil, demora uns 3 anos, tem dificuldades, por causa das nossas condições, a planta precisa de cuidado, precisa de adubo”* (tesado, agricultor). Os conhecimentos adquiridos de germinação, adubação e colheita, com vivências oferecidas na cidade de Tomé-açu, lá segundo ele, foi um ponto de virada em sua vida, principalmente nas perspectivas da agricultura, pois viu que é possível trabalhar com sistemas agroflorestais de maneira correta e que a terra sempre vai lhe dar algum retorno quando se planta de maneira a preservar a natureza.

Pude ver que teçado, investiu muito em conhecimento e em práticas de construção de SAF’S em sua área, modelos muito baseados em sistemas plenos de tomá-açu, com manejo de poda e consorcio de espécies que se complementam entre si e trazem com o tempo resultados satisfatórios. Sua independência é levada à risca e é tida como um dos seus objetivos principais, hoje com a construção de um viveiro próprio para o cultivo de mudas na propriedade, ele tenta atingir esse objetivo a cada dia, para se tornar menos dependente do viveiro coletivo. Em suas histórias podemos notar que a perseverança e otimismo sempre de seguir em frente com a

construção e preservação são seu principal norte ao trabalhar com Saf's, é interessante notar que essas mudanças ocorreram a partir de pontos-chaves de mudança e interação com diferentes atores ao longo de sua trajetória, com a busca de alternativas e diversificação na propriedade, ele construiu hoje uma área que serve de exemplo na região, como um modelo de sucesso em meio às fazendas e principalmente a monocultura do dendê.

3. A dendeicultura em meio ao assentamento BAB

Nesta seção trago a experiência mais que incomum do caso do agricultor **Tião**, que dentre os agricultores entrevistados, se apresentou como o único que possui um projeto de dendeicultura em sua propriedade e ao mesmo tempo em que trabalha com sistemas agroflorestais de açaí com pimenta do reino e espécies florestais. Tião é um agricultor que possui 65 anos e é aposentado, é casado e possui dois filhos. Em sua história de chegada no assentamento, ele relata que antes de chegar nestas terras, morava na cidade de São Francisco do Pará, cidade localizada a mais de 170km do município de Acará e lá ele trabalhava e morava em uma fazenda de onde ele chamava na época dos “*barões*”, que eram os fazendeiros e pecuaristas que comandavam grandes empreendimentos. Conheceu sua esposa lá e assim viveu por cerca de cinco anos, com o tempo recebeu uma indicação de um amigo (que hoje mora no assentamento) para comprar terras pelos rumos do Acará, devido ao preço atrativo e oportunidades de seguir com a vida na agricultura. Foi então que se mudou e adquiriu uma terra de um assentado em meados dos anos 2000, na época não chegou a participar da fundação e dos projetos iniciais da associação APRABAB, porém sempre participava das reuniões e assembleias realizadas esporadicamente.

Ao se estabelecer na área, sua relação com a agricultura também se moldava diante da cultura **da mandioca, pimenta-do-reino e açaí**, ele conta antes de ingressar com os negócios do dendê, plantava muita mandioca e pimenta e até chegou a ter um projeto de pimenta do reino oferecido pela associação, com o financiamento do Basa (Banco da Amazônia) funcionando como um subsídio para a compra de mudas de pimenta e insumos (adubação e correção). A forma de plantio era em larga escala como monocultura, após um tempo, porém um infortúnio aconteceu e uma doença atingiu os pimentais, a *Fusarium*, isso o desanimou e o fez não trabalhar mais com a cultura, foi então que em 2015 surgiu uma oferta da BFF (Brasil bio Fules),

empresa que planta dendê, para firmar parceria com ele, a parceria se firmou para o plantio de alguns lotes de dendê em sua propriedade. O financiamento funciona da seguinte maneira: é dado um crédito de pagamento/benefício para o agricultor, com o tempo a empresa arca com os custos de adubação e colheita, assim são descontados da dívida final com o prazo de pagamento estabelecidos em contrato e eventuais imprevistos. A empresa cuida da parte operacional de colheita e venda e adubação, a manutenção fica por conta do agricultor. Tião afirma considerar o investimento bom e que vai conseguir pagar até o prazo final da dívida com a empresa, enquanto isso o seu dendê é considerado novo e que com o tempo vai obter mais lucros da sua colheita com a alta dos preços da tonelada da semente da região.

Figura 13: Plantio de dendê localizado nos limites do assentamento Benedito Alves
Bandeira



Fonte: Autor

Apesar de trabalhar com dendê, ele também cultiva outras culturas em sua propriedade, em sua área possui um açaizal mais antigo com consórcio com pimenta do reino em pleno desenvolvimento. Quando questionei como ele começou a plantar desta maneira de consórcio, ele afirma que muitos no assentamento plantavam assim e foi aprendendo com os mais velhos quando chegou, muito antes da chegada do projeto PROSAF. A prática de criar-se arranjos de pimentais com açaí era recorrentemente realizada no assentamento, muito mesmo antes da incorporação de sistemas agroflorestais. Na área dos fundos de sua casa ele conta que tem o que

ele chama de “*sítio*”, o que não na verdade são sistemas agroflorestais compostos de açaí, cupuaçu e pupunha, com mudas oriundas do viveiro coletivo do assentamento.

Em suas falas ele muito trás que as experiências que ele vivenciou em tomé-açu com o curso de sistemas agroflorestais realizado em parceria com o IFPA e as experiências dos agricultores japoneses, muito lhe foram de ajuda em sua terra e também para muitos outros agricultores do assentamento, conhecimentos **como poda, manejo, adubação, espaçamento e também combinação de espécies de interesse**, são muito valiosas para o plantio e o ajudaram na sua fase atual. Em específico ele destaca que a cultura do cacau não lhe foi muito prospectiva e não obteve tanto sucesso ao plantar juntamente com açaí, ele diz que a razão é pela terra, que em sua área não “possui terra boa”, em comparação com a terra de outros agricultores que cultivam cacau.

A tentativa com o cacau, porém não o inibiu de construir sistemas agroflorestais e mesmo possuindo outras atividades como o dendê, ele visualiza essas práticas como importantes e essenciais para a alimentação e também renda familiar. Pude notar que Nito também muito trabalhou e permaneceu em sua terra e o projeto dendê está lhe satisfazendo no momento, mesmo sendo um caso específico, visualizo que as alternativas a composição da renda familiar são múltiplas no universo que é apresentado para os agricultores, e os caminhos também, podendo assim muitos escolherem com o que trabalhar e plantar, de acordo com preferências momentâneas e experiências de vida.

4. Adentrando as histórias e os retratos do passado no assentamento

Ao longo de meu processo de estadia no assentamento, me deparei também com o retrato de diversas histórias sobre o passado, principalmente sobre as razões pelas quais muitos agricultores fazem o que fazem nos dias atuais, permanecendo com modos diversificados de agricultura e também preservando a busca por novas opções de renda, mas sobretudo sobre a **história de chegada** e estabelecimento na área e também as lutas recorrentes para implementação de medidas de assistência técnica devida através da associação. Quando me encontrava com moradores mais antigos e de idade mais avançada, percebia que suas histórias eram voltadas para as épocas mais remotas e tempos mais difíceis, uma expressão que foi muito utilizada foi a de “era mais difícil”. É com isso que pretendo aqui relatar duas histórias, que retratam os tempos passados e principalmente os caminhos traçados por agricultores que tinham objetivos em comum: viver e permanecer na terra com a construção de suas famílias.

Neste primeiro caso, Nito é como o chamam hoje em dia, ele possui uma propriedade relativamente grande quando comparadas às outras do assentamento, com mais de 27ha de extensão que fica localizada nas extremidades da estrada da segunda travessa, que é caminho para casa de Seu Arthur. Com seus 68 anos de idade, possui 3 filhos e mora a mais de 30 anos na sua terra, um dos filhos hoje em dia é estudante universitário e realizou o ensino médio integrado com o técnico em agropecuária no IFPA, recorrentemente também recebe visitas em sua casa, como estudantes que veem em turmas para realização de vivências rurais.

Em sua trajetória, conta que morava no município de Bujaru e que veio pro assentamento por influência do Tio. Quando chegou, morava em outra propriedade, localizada na *terceira travessa*, próximo a seu Arthur e lá plantava pimenta do reino, mandioca e coco, assim como outras pequenas culturas. Segundo Nito: *“Eu morava somente com minha esposa e meus filhos, eles casaram e eu fiquei só por aqui, agora aqui quem dorme só é eu e minha esposa, mas temos muitos netos”* (nito, agricultor). Trabalhou muito na outra área, e que com o tempo e a idade, foi ficando cansado e sentiu que tinha que se mudar para uma área mais tranquila e sem muitas responsabilidades, foi então que cerca de 13 anos atrás se mudou para a sua atual propriedade e a partir de uma troca com um amigo assentado se mudou com sua esposa e filhos já grandes. Aposentado a cerca de 10 anos, ele conta que hoje não tem mais forças para trabalhar e que deixou o cuidado de suas terras para os seus filhos e filhas, apesar de ainda

administrar a área: *“Dei parte do terreno para minha filha e pro meu genro cuidar, pois eram jovens, eles que mexem se sustentam disso, a parte é deles. Mas aqui é o seguinte, eu dei pra eles, mas quem manda ainda é eu, tem capoeira, area de mata.”* (Nito, Agricultor).

Seu processo de chegada no assentamento foi intenso e marcado por muitas vivências, passando por um longo trabalho com a agricultura e sobrevivência a partir do consumo da mandioca/acaí e venda pimenta do reino. Antigamente trabalhava relativamente pouco e que o serviço da mandioca era o suficiente para a família, pois a alimentava bem. Pude notar que a intrínseca **relação com a mandioca é comum com os agricultores da região e que ao decorrer do tempo com a desvalorização da cultura no mercado e também consequentemente pelos agricultores, muitos mudaram de perspectiva em relação a seu cultivo em larga escala**, e assim viram-se obrigados a mudar as perspectivas de produção e buscar recorrentes formas alternativas de produção, no caso de Nito, a mandioca sempre foi crucial em sua vida pois era dela que alimentava sua família.

Ele afirma: *“O pedaço da mesa do colono é a farinha”*. (Agricultor nito).

A sua relação com a cultura do açaí era pouco explorada na antiga área, sendo somente visualizada a partir do consumo e possuindo pouca relação de comercialização, porém a partir de 2010 observa-se uma mudança de perspectiva em relação a forma de visualizar a cultura, iniciando o plantio de açazais plenos com mudas oriundas também a partir das relações de parceria com o IFPA. Na época o açaí plantado era da variedade açaí *Pará*. Essas áreas hoje em dia são administradas pelos filhos e filhas. Percebe-se que com a chegada da aposentadoria, as relações com a agricultura mudaram-se para outro eixo da família, sendo mais protagonizados pelos filhos e filhas, onde a responsabilidade de administração e manejo ficavam os mesmos.

Em relação às perspectivas de apoio técnico e institucional, ele relata que alguns projetos chegaram a ser administrados, como o financiamento da cultura da **pimenta-do-reino** ofertado pelo **Banco da Amazônia** e também um **projeto de gado ofertado pela associação**. Nesta linha o apoio técnico era escasso, em meados da década de 1990, ele relata que recebia visita de uma das técnicas em agropecuária que mais apoiou a associação, oriunda do município de Concórdia, **Sra. M** ajudou muitos agricultores e auxiliou na formação legal da associação perante as formas burocráticas e legais, o que posteriormente ajudou os membros a adquirirem projetos de financiamento e apoio.

A associação, segundo ele, serviu de muita ajuda para todos, porém com o tempo a alta quantidade de demandas a serem administradas, fizeram-se acumular e gerar conflitos entre os próprios membros. Entre esses conflitos, claramente se designa parte deles pelo fato do grupo oriundo de Bujaru, serem considerados como “estrangeiros” por parte de alguns moradores da região. A disputa ideológica era notícia com membros sindicalizados que tinham outras perspectivas sobre a coordenação da associação e também mantinham vistas grossas a respeito de ameaças para com membros que disputavam politicamente a diretoria da APRABAB. Em resumo, Nito conta que foram anos que de fato trouxeram ótimas conquistas para todos, porém **não houve renovação dos membros mais antigos para com os mais novos**, a necessidade de “se pegar na mão” segundo ele, não foi feita, de forma que com o tempo a estabilidade financeira e as mudanças de perspectiva dos antigos membros, resultaram neste processo de desarticulação.

A longa conversa com Nito, me transmitiu perspectivas de uma pessoa experiente e sábia, na posição de relatar muito as condições do “colono” que trabalhavam duramente com a cultura da mandioca e da pimenta do reino, e que hoje com o tempo, representam uma forma de experiência que é passada para os filhos e filha na forma de legado em terras e apoio familiar nos cultivos a serem administrados. Percebe-se que com a chegada da aposentadoria, as relações com a agricultura mudaram-se para outro eixo da família, sendo mais protagonizados pelos filhos e filhas, onde a responsabilidade de administração e manejo ficavam os mesmos. Hoje, com sua esposa, ele descansa sabendo sobre o futuro que muito ele se orgulha de falar, sobre o trabalho e sobre a fome que passou também, em épocas difíceis de muitos desafios enfrentamentos, o que retrata não somente sua realidade, mas a de muitos outros na região e no assentamento.

Os caminhos percorridos: uma história de luta e organização dos agricultores

A última vivência que pretendo trazer nestes relatos, é sobre um agricultor que hoje não reside no assentamento, porém muito tem a contar sobre as épocas vividas de associação e também o período de vinda dos agricultores do município do Acará para Bujaru, ou seja, sobre o passado das histórias de luta dos agricultores, hoje ele reside em Concórdia, com o nome mais popularmente conhecido como Louro. Nascido na cidade de Bujaru e morou lá grande parte de sua vida, posteriormente mudou-se para o Acará, morando no BAB.

Em suas histórias, relata que no passado, aproximadamente na década de 1970, antes da criação do assentamento, residindo em Bujaru, cidade que se localiza na mesorregião metropolitana de Belém, começou fazendo parte dos grupos católicos de educação popular, onde havia formação política promovida pela Igreja Católica da região. Reconhecia-se como engajado politicamente em sua cidade e o seu grupo possuía bastante influência com os sindicatos e com a igreja na época, trabalhavam na vertente da educação popular com os trabalhadores ruais, inseridos na igreja católica.

Foi então que através destas organizações e contatos com sindicatos das cidades vizinhas, conheceu o assentamento e as histórias de luta de *Benzinho*, sobre as posses de terras e tomada dos fazendeiros na cidade de Acará. Através destes contatos, foi se aproximando do assentamento e atendendo aos apelos de colegas e amigos para conhecer melhor as terras do município do Acará. Após um período de rompimento da Igreja Católica no município de Bujaru com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na década de 1990, ele migra para o município do Acará e se aproxima do Assentamento Benedito Alves Bandeira, assim como muitos outros agricultores fizeram na época.

Segundo ele:

“Nessa época já conhecia as histórias de Benito, conhecia um cunhado no assentamento (na época comunidade), nessa época, eu ia e voltava do assentamento e assim as pessoas foram conhecendo as histórias e mais pessoas interessadas em vender terras lá. (Sr. Louro, agricultor)”

Nesse período, muitos agricultores já possuíam algumas terras ou, interesse em migrar para o assentamento, através da compra de propriedades ou até mesmo a trabalho. Como o BAB já possuía uma organização de trabalhadores que na época, que consistia na associação recém criada (APRABAB), muitos agricultores migraram para as terras do assentamento, através da compra e também de reivindicação de áreas, entre eles incluso louro. Porém essa mudança não ocorreu de forma desordenada, mas sim de forma coletiva com os grupos de trabalhadores rurais que se organizavam politicamente através da organização das igrejas em Bujaru, esse grupo era intitulado de grupo **Mutirão** (MELO, 2010).

Com isso, inicia-se um movimento de mudança dos agricultores para as terras de Acará, essa migração, como já explanado, não era somente espacial, mas sim também ocorre um

movimento de influenciar e participar das organizações coletivas do assentamento, o que implica posteriormente na disputa política pela associação APRABAB (Figura 5).

É então que em 1995, o grupo mutirão formou uma chapa para disputar a presidência da **Associação de produtores rurais do assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB)**, por possuir muitas divergências políticas com algumas lideranças do assentamento, consistindo na maioria dessas divergências sobre alianças políticas de agentes do estado para com membros internos da associação, foi-se realizado um grande processo de mobilização do grupo, que “*bateu de porta em porta*” na casa de diversos agricultores, prometendo mais organização e principalmente investimento no assentamento, através da presidência e da governança coletiva do assentamento, com criação de projetos e assistência técnica. Após um mês de disputa, ele vence a eleição como chapa, com diferença de apenas um voto para a chapa de oposição, marcando uma das eleições mais disputadas na história do assentamento, segundo Louro.

Nos primeiros anos de mandado, ele afirma que a associação buscou financiamento para apoio da agricultura em muitos órgãos do estado, porém foi somente através de articulação com a Federação de Trabalhadores da Agricultura (FETRAG) que ganharam o apoio e financiamento através do programa PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária). Com esta articulação conseguiram a aprovação de um projeto com obtenção de **200 vacas leiteiras, máquinas agrícolas e um caminhão para apoio das atividades da associação**. Porém, nestes caminhos, uma trajetória de divergências políticas com alguns membros e também com moradores do assentamento, foi a marca para se estabelecer conflitos de interesse entre os grupos, com até mesmo ameaças de morte para alguns membros.

Foi então que Louro deixou a associação e buscou continuar somente nas atividades internas e nos trabalhos de organização coletivas que muito avançaram entre os agricultores. Nesta conjuntura de isolamento tanto externo quanto com a prefeitura e o estado, o grupo buscou alternativas de movimentação e aproximação com agentes além das fronteiras. A aproximação com as universidades e principalmente com a Escola Agrotécnica de Castanhal (antigo IFPA), surgiu pelas altas demanda de necessidade de fortalecimento e incorporação dos filhos e filhas de agricultores em cursos técnicos e especializados em agricultura, para apoiarem o desenvolvimento do assentamento e oferecerem assistência profissionalizada na área, que na época tanto faltava.

Figura 5: Cede da APRABAB, hoje sendo utilizada como depósito e local de reunião



Fonte: Autor

Após algum tempo, o Instituto Agroecológico da Amazônia (IAAM) e o INCRA, firmaram uma parceria para a prestação de assistência no assentamento, esse período foi marcado pelo início de relações tanto com a EAC, quanto pelas buscas de demandas que ainda estavam pendentes no assentamento, como **luz e demarcação de algumas estradas**. É nessa época também, que as mudanças de perspectiva em relação a produção chegaram a ser mais presentes entres os associados. Louro afirma que muitos agricultores necessitavam de assistência técnica rural para melhor comercialização e venda de seus produtos, e até mesmo regulamentação de suas atividades perante a aquisição de projetos e investimento em suas áreas, certamente a parceria a escola de castanhal, foi e ainda é muito proveitosa para expansão de oportunidades de aprendizados e trocas de experiências, que muito era escasso na época.

- **REFLEXÕES SOBRE AS DINÂMICAS DAS TRAJETÓRIAS DOS AGRICULTORES**

Os relatos compartilhados transcritos acima, mostram as visões associadas às perspectivas de agricultores familiares que participaram ativamente do projeto político da associação de produtores, e que trouxeram mudanças de perspectivas técnicas-ecológicas vivências por cada um deles. Mostrando a resistência e resiliência frente ao avanço da dendeicultura na região, com as mais demasiadas histórias e processos de luta e ocupação na terra.

Quando nós direcionamos a refletir os *espaços de encontros*, assim como as mudanças de pensamento para construção de *sistemas agroflorestais*, e a *resistência ao avanço da monocultura do dendê*, que representaram pontos de mudanças nas vidas das famílias que participaram da associação, visualizamos frentes de relações particulares que se apresentam em cada condições de vida e trabalho ao decorrer de suas histórias. Cada agricultor ou agricultora com sua família e relação com vizinhos ou parentes, refletem processos decisórios de permanência e mobilização para reprodução do seu núcleo familiar, respeitando elementos materiais do meio biofísico marcado pelas florestas nativas, ou respeitando os tempos de regeneração natural dos ecossistemas nativos presentes nas suas propriedades.

O processo de transição para práticas que asseguram maior controle técnico-ecológico nas propriedades, apresentou-se como um desafio nos estabelecimentos familiares e uma virada de perspectiva produtiva na vida dos agricultores. Principalmente no que diz respeito à prática de uma agricultura alternativa resiliente e rica em técnica em suas fundamentações teóricas em sua origem. Os tipos de modelos produtivos apresentados e dialogadas nos processos de implementação do projeto PROSAF, agregaram, mobilizaram e influenciaram os núcleos familiares em seus processos sociais decisivos para construção de agroecossistemas em suas propriedades. A resiliência dos agentes em relação aos fatores agroecológicos e socioeconômicos, características fundamentadas nos paradigmas extrativistas da agricultura familiar paraense que considera os fluxos de funcionamento dos ecossistemas naturais e baixo impacto na biodiversidade (COSTA, 2009, p. 81), contribui o desenvolvimento de novas trajetórias produtivas baseadas pelas perspectivas de uma produção que vá além da *produção de subsistência* e que compõem ao mesmo tempo novas dinâmicas internas nos núcleos familiares.

Dentro desse contexto é inebriante observar que as opções tecnológicas apresentadas dentro das perspectivas das empresas negociadoras da monocultura do dendê, colocam em outra ótica os modos produtivos socioeconômicos e técnicos-ecológicos dos agroecossistemas a serem construídos, modos estes que conflitam com os modos tradicionais de produção já consolidados no assentamento. Com isso, as articulações apresentadas dentre a opção do pacote tecnológico do dendê, são postas em debate pelos assentados, que se veem frente a dualidades e desafios frente a divergências em disponibilidades de mão de obra e gerência de recursos em suas propriedades. A influências e modos de estabelecimento socioeconômicos e sociotécnicos contribuem para as escolhas dentre as opções de aceite ou não da produção dentro das propriedades. Certamente as escolhas dentre os associados representam uma resistência frente a trajetórias de tecnificação e implantação da cultura do dendê, muito devido ao caráter sócio espacial ao entorno do assentamento e as configurações do espaço que implicam os modos de vidas e as características adotadas pelos grupos sociais da associação APRABAB, quanto como para agricultores que não participam da associação.

Relatar as configurações das diversas trajetórias dos agricultores muito contribui para a construção das diversas trajetórias representadas no campo do Assentamento Benedito Alves Bandeira. As relações técnicos-ecológicas estabelecidas perante parcerias externas com instituições como IFPA e IDEFLOR, fizeram parte dos processos produtivos e da história de cada assentado membro da associação de pequenos produtores. Porém isso não configura de uma construção social retilínea e planejada, certamente as mobilizações individuais de cada agricultor e agricultora, enfocam os processos decisórios individuais que são descontinuados dos processos de associativismo e cooperação presentes nas relações da APRABAB, cada unidade familiar representa um universo de responsabilidades racionais de reprodução familiar únicos em cada estabelecimento, carregados por dinâmicas e opções frentes aos limites de seus sistemas de relações sociais e produtivos. Compreender estes processos únicos são a chave para compreensão das escolhas que são socialmente determinadas em cada grupo social.

- **AS ATIVIDADES E PRATICAS PRODUTIVAS REALIZADAS**

As atividades realizadas dentre os associados giram em torno da cultura e modos de produção tradicionais praticadas até hoje entre os agricultores familiares da região. Grande parte dos entrevistados, destacam que se articulam e mobilizam para a mudança ao assentamento, buscando melhorias nas condições de vida e produção (Figura 1). Durante esse período (1990 a 2005) os cultivos apresentados perpassam por plantio de roça de mandioca, açaí e pimenta-do-reino, assim como culturas anuais como milho e arroz, juntamente com o gado.

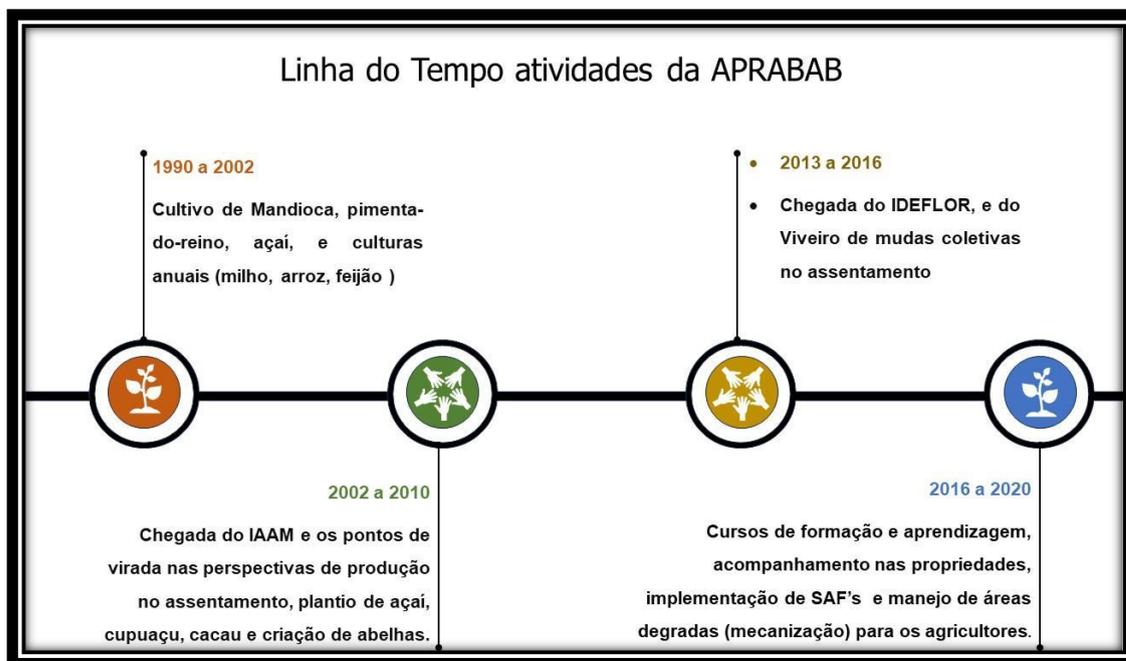
A mandioca proporciona uma variedade diversificada de produtos, desde a produção da farinha, aproveitamento das folhas e o processamento do líquido de drenagem da massa (tucupi). A cultura da mandioca também prevalece e representa um alimento básico dos agricultores da região, além de ser uma cultura de baixa exigência e de fácil armazenamento. Segundo **Prof. A**, muitos agricultores possuíam também quintais agroflorestais em suas propriedades, sendo caracterizados por grandes associações de espécies agrícolas, medicinais e ornamentais mais a diversificação de animais. Os quintais agroflorestais são muito comuns nas pequenas propriedades rurais da Amazônia e as frutíferas possuem papel fundamental na sua composição, destacando-se como um dos principais componentes. Estas frutíferas constituem-se em uma opção econômica e viável para as condições da Região Amazônica e têm se tornado um componente, cada dia mais comum, dos sistemas de produção dos pequenos agricultores (GARCIA, 2015).

O gado ganha expressividade a partir da aquisição de projetos de financiamento para os associados no assentamento em meados de 1996 a 2000 a partir de articulações para com a secretaria de agricultura do município de Acará. O que aumenta o manejo agropecuário nas propriedades como uma tentativa alternativa de renda e consolidação. Havia muita esperança de sucesso na implementação destes projetos, pois eram de fácil retorno econômico em comparação aos cultivos de culturas perenes e anuais, um investimento com retorno mais rápido e um negócio menos arriscado e mais “fácil” representado pela criação animal.

Em relação a proporcionalidade da produção, a maioria dos agricultores da APRABAB **possuíam grandes quantidades de cultivos de mandioca e pimenta-do-reino no início dos anos 2000**, sendo o Açaí em menor proporção, em razão da pouca comercialização. Naquela época o interesse para cultivo do açaí no assentamento era baixo, pois a cultura exigia certa

especialização para comercialização em larga escala, logo muitos não cultivavam para comércio, mas sim para consumo familiar.

Figura 6 – Linha do tempo das atividades e articulação entre os associados do assentamento Benedito Alves Bandeira



Fonte: autor

De acordo com Tavares (2022), a produção extrativa de açaí, nos anos de 2000 a 2005 apresentou-se em queda, porém em alta de 2010 e adiante. Segundo Nogueira (2013), houve um aumento na oferta de açaí no estado do Pará a partir de 2010, esse aumento na produção se dá por um incremento na adoção de inovações tecnológicas no processo produtivo e significativo aumento do cultivo em terra firme (utilizando irrigação e outras vantagens). Na mesma época os cultivos de dendê começaram a ser mais rentáveis para as empresas e cada vez mais atraentes, com empresas oferecendo projetos e parcerias com os agricultores na região. **Sr. Arthur** afirma: “*Não pegou projeto de dendê, porque tinha muita mata e iria derrubar muita área da mata. E naquela época o dendê não era tão lucrativo*”. Isso fez com que a lógica de produção da agricultura no início dos anos 2000 no assentamento, priorizava cultivos anuais, roça (mandioca), pimenta-do-reino e gado, essa agricultura era incentivada e sustentada através de articulações da associação para com projetos de criação animal e projetos de financiamento de Açaí, como também de pimenta-do-reino.

- **Chegada do Instituto Agroecológico da Amazônia (IAAM) e os pontos de virada nas perspectivas de produção.**

Com a chegada do IAAM, e o início das parcerias para com a escola agrotécnica de castanhal (EAC), os agricultores iniciam o processo de aproximação de formas de agricultura mais diversificadas em suas propriedades. Esse interesse começou primeiramente com a vinda de um projeto de financiamento para plantio de açaí em grande escala para somente um agricultor a partir do Banco da Amazônia S.A. (Banco da Amazônia), para o apoio no plantio de açaí, porém na época poucos participaram por falta de conhecimentos prévios e receios de comercialização. É com isso que por volta de 2006 a 2005, uma série de mudanças ocorre entre as estruturas da agricultura entre os associados, mudanças derivadas da parceria da EAC, a chegada e acompanhamento de técnicos e agrônomos com Sr. Acacio (engenheiro agrônomo) e o apoio institucional do IFPA com insumos. A partir deste momento os agricultores iniciam o plantio de cupuaçu e cacau, juntamente com mais diversidade de açaí e pimenta-do-reino e essências florestais⁵ como Andiroba e castanha-do-pará. Isso direcionou mudanças de perspectivas produtivas na vida dos agricultores despertando interesse em novos projetos, principalmente voltados para mais opções técnicas-ecológicas de diversificação da produção.

JÁ a partir de 2013, uma nova etapa se configurou com a chegada do IDEFLOR-bio, que através de relações com o IFPA⁶, firmou parceria com a associação para o fornecimento de mudas de açaí-chumbinho (uma variedade mais produtiva de açaí e com especificidades de produção)⁷. Este apoio transformou o cenário produtivo entre os agricultores por popularizar ainda mais o cultivo de açaí. Já em meados de 2010, chega também à aquisição da variedade do cupuaçu carimbo, uma variedade de cupuaçu recém desenvolvida, de maior produção e facilidade de escoamento e comercialização, que implementa maior diversidade produtiva nas propriedades. Além disso, a construção do viveiro de mudas coletivo no assentamento, forneceu

⁶ O acesso ao IDEFLOR-bio no assentamento se deu através de iniciativas do Engenheiro Agrônomo Professor Acácio Moreira, o qual buscava articulações com instituições de fomento e incentivo para os agricultores, e fornecia assistência em estruturas burocráticas e parcerias com instituições

⁷ Açaí chumbinho: Ocorrente em algumas populações do Norte da Ilha de Marajó, PA e em populações do Estado do Amapá. Difere-se dos demais por apresentar frutos pequenos quando maduros (menos de 1g), podendo ser roxo ou branco (OLIVEIRA, 2007).

base de suporte para produção adequada de mudas e manejo de sementes e adubos. Dentro destas parcerias, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), juntamente com o IFPA também ofereceram cursos de meliponicultura para o assentamento, com foco na biologia e manejo de abelhas sem ferrão. É com isso que mais uma série de mudanças nos modos de produção começam a ser realizadas entre os membros do grupo *Mutirão* e associados da APRABAB, mudanças que ocorrem não somente do ponto de vista técnico relativos a modos de plantio, mas teóricas com o incremento de novas perspectivas de vida sobre a natureza e sobre um outro modo de produzir e comercializar. Tais interesses pela produção de açaí e as demais alternativas, demonstram uma adequação a demandas locais de comercialização, mas principalmente a adaptação de modos tradicionais de produção a novas trajetórias em seus estabelecimentos.

Seguindo esta linha a partir de 2016 com a chegada do projeto PROSAF, um impulso no suporte técnico e logístico é realizado entre os agricultores associados, ampliando as ofertas de relações de parcerias entre agricultores e técnicos/professores. O grupo da associação APRABAB, como anteriormente citado, promoveu a organização coletiva por intermédio de metodologias de educação popular e implementação de unidades pedagógicas (SOUZA, 2018) que impulsionaram as relações mutuas de construção social e também fortaleceu a preservação dos bens comuns coletivos, estabelecendo ainda mais o princípio da reciprocidade base para o grupo (MELO, 2010), o que impulsionou as bases para construção e implementação de projetos locais. As bases fortalecidas da associação, em torno de um grupo engajado com o coletivo, produziram condições e principalmente estabeleceram relações de confiança para a chegada do PROSAF no assentamento. A adesão aos sistemas agrofloretais não veio somente por conta do interesse dos agricultores na realização e beneficiamento de seus produtos e diversificação da produção, porém mostrou-se como meio viável a práticas que já eram construídas entre os agricultores familiares que vieram de Bujaru, muitos agricultores possuíam grandes quintais agrofloretais em suas propriedades e relatam também que já praticavam e tinham interesses no consórcio de espécies como pimenta-do-reino e açaí, com a chegada do IAM e do IFPA/IDEFLOR-bio, o interesse pelo assunto se tornou mais evidente ainda.

- **A participação institucional e as relações sociais**

Quando colocamos em ótica a participação social institucional do IFPA e IDEFLOR nas relações entre os agricultores, visualizamos que grandes partes dos associados da APRABAB, passaram pelas experiências de construções coletivas do viveiro de mudas implementados em 2017 (SOUZA, 2018). Essa construção se deu de forma progressiva e com o auxílio em todas as etapas de implementação do projeto, assim como assistência técnica qualificada. Porém o que destaque é como as relações de confiança entre técnicos e agricultores contribuíram para o estabelecimento de vínculos impulsionadores para construção do projeto, principalmente no que diz respeito às experiências coletivas e práticas voltadas para o grupo de associados

Como relatado até aqui, a forte presença das instituições de apoio reafirmou vínculos e principalmente contribuiu para o desenvolvimento dos assentados, em meio a dinâmica socioespacial do vale do Acará. O grupo construído e articulado por agricultores que tem suas origens provenientes do município de Bujaru (grupo mutirão), estabeleceu bases fortes de relações políticas e sociais com os moradores e principalmente com instituições parceiras, essas relações foram materializadas no fortalecimento da associação como corpo **político e articulador**, que representa os meios necessários para organização social dos agricultores e vincula as articulações externas para atingir objetivos comuns. Segundo os agricultores, a participação na associação é demasiadamente importante para a representatividade e a continuidade das formas de trabalho e manutenção das lutas que ocorreram e ocorrem no assentamento. Porém, em todo esse percurso, disputas políticas internas e externas ocorreram, o que acabou por afastar muitos agricultores do interesse e participação. A maioria ainda visualiza a associação como um recurso fundamental de organização e para a busca de melhores oportunidades para o assentamento.

Embora a associação represente a forma institucionalizada da organização social e coletiva, evidenciou-se o sentimento de pertencimento nos relatos dos agricultores, pertencer significa “fazer parte” e até mesmo construir o processo de tomada de decisão do grupo. Como relata Melo (2010), o grupo mutirão foi responsável pelos trabalhos coletivos de base e reuniões a parte com os agricultores familiares assentados, discutindo demandas sociais, políticas para as entradas e saídas das mais diversas situações de forma coletiva, segundo o interesse dos agricultores. Hoje o grupo não se articula como antigamente, porém a organização social deixou memórias e representações históricas de atores que são fundamentais nas atuais dinâmicas das relações sociais no assentamento. Simbolizando um passado que é respeitado na memória das

famílias e opera de geração a geração. A suposta falta de articulação atual está associada à descontinuidade de oportunidades de desenvolver novos projetos coletivos e, principalmente, na dificuldade de atração de agricultores para assumir responsabilidades associadas a cargos da associação, embora alguns agricultores ainda ocupem cargos importantes na gestão. Tal situação é percebida coletivamente como um processo de enfraquecimento da mobilização e articulação atual da associação.

Certamente as memórias notáveis das diversas trajetórias passadas construídas pelo grupo, são combustíveis para criação de parcerias e futuras relações com entidades e instituições, além de contribuir na resistência diante do avanço tecnológico e territorial do dendê e da agropecuária predatória, demonstram ainda mais o processo de preservação das memórias bioculturais presentes na comunidade. As trajetórias associativas de lutas e resistência, instituem identidades, moldam laços e fortalecem conexões entre os agricultores e instituições, consolidando os modos de produção tradicionais referentes no assentamento.

Os modelos de adaptação foram apoiados com a participação de instituições que contribuíram significativamente para a construção coletiva baseada na recuperação de áreas degradadas e intenso reflorestamento nas propriedades. O projeto PROSAF, instalado pelo IDEFLOR-bio, é intensamente valorizado, onde os agricultores recorrentemente valorizam o processo de estabelecimento da assistência técnica e troca de experiências. É interessante visualizar que as estruturas físicas como o viveiro coletivo de mudas, estabelece uma fonte de vínculo com os agricultores, onde as representações de produção de mudas, cursos técnicos e experiências coletivas estão alocados em um só lugar.

O que trilhamos aqui é uma reflexão acerca desse processo de contínua valorização histórica destas coletividades, mas principalmente da forma como se construiu ao longo do tempo com a intensa jornada e processos. Destacamos a forma com que os agricultores permaneceram e construíram suas bases familiares no assentamento, atentos à busca de relações para expansão das mais diversas formas de produção técnico-ecológica e agroecológicas em seus sistemas produtivos. Esse processo não se deu de forma espontânea ao longo da linha do tempo dos processos produtivos, porém sim fruto de um esforço coletivo para a busca de suporte técnico/institucional para o fortalecimento e potencialização de uma agricultura ecológica baseadas nos princípios da restauração e conservação dos ecossistemas.

- **A dendeicultura em meio às dinâmicas sociais**

As configurações que implicam a dinâmica da expansão do dendê no assentamento, são diretamente influenciadas pelas decisões estratégicas dos núcleos familiares no que diz respeito principalmente a seus **ecossistemas naturais**, a **divisão do trabalho** e **composição da renda** familiar. Esses fatores influenciam as decisões de iniciar ou recusar as propostas de contrato com empresas produtoras de dendê e implicam diretamente nas trajetórias e nos planejamentos internos dos núcleos familiares. Muitos agricultores recusam as ofertas, optando pela escolha de não cultivar o dendê como forma principal de alternativa e renda na propriedade. Porém entre os associados, somente um agricultor possui um projeto de dendê ativo até hoje, marcado pela produção mútua e escolha tanto de agroecossistemas, quanto da monocultura do dendê. Algumas análises implicam nas lógicas das ofertas de contrato oferecidas pelas empresas de dendê, que compreendem diversas escalas de análise, tanto da parte das relações de confiança em práticas distintas, quanto pela lógica dos contratos oferecidos pelas multinacionais. Precisamos compreender a lógica dos projetos no assentamento, assim como a entrada de grupos empresariais que iniciaram suas mobilizações em meados dos anos de 2010 a 2011, implementando projetos de produção de óleo de palma com o engajamento da agricultura familiar na região e se beneficiando da conjuntura política para firmar contratos com agricultores.

Entre os grupos de empresas destacam-se a Vale (Biopalma), Petrobrás Biocombustíveis (Belém Bioenergia Brasil) e ADM do Brasil. Essas empresas, segundo Monteiro (2017), guardam semelhança na hora de agir com a agricultura familiar. O engajamento ocorre quando se formaliza um termo de financiamento Eco Dendê, como agente financeiro, tendo prazos de carência de cinco anos e quatorze anos para liquidar o contrato, para cada agricultor é disponibilizado até R\$ 80.000,000 para implementação da cultura, incluindo preparo da área, tratamentos culturais, insumos e custos variáveis. Tais valores de orçamento variam conforme a propriedade e o projeto que está sendo implantado, assim como os tratamentos culturais.

Para formalização, os agricultores assinam um contrato que difere conforme a empresa. Segundo Monteiro (2017), termos de contrato mais transparentes parecem ser mais atraentes ao agricultor: em um tipo de contrato é firmado o termo de “*contrato de apoio à implantação de cultura de palma e exclusividade de fornecimento de cff de palma da agricultura familiar*”,

com vigência de 25 anos, ou durante toda vida do plantio, nele o preço é estabelecido de acordo com 10% do valor da cotação internacional do óleo de palma bruto de Roterdã (CIF-Roterdã), deste valor são abatidos valores de INSS do produtor/vendedor, taxas e impostos e valores de investimentos em insumos. Em um contrato mais disperso e formalizado diretamente com a empresa integradora, formaliza-se um “*contrato de parceria e assistência técnica especializado no cultivo do dendê*”, nesse tipo, o preço é determinado pela cotação do mercado interno na época de venda do produto; outro ponto diferenciado desse tipo de contrato é quanto ao prazo de validade do contrato que nesse, coincide com o término do financiamento com o banco, podendo ser renovado mediante consenso das partes.

Estes contratos ditam as vantagens e obrigações de cada membro, empresa e agricultor, que devem ser rigorosamente cumpridos. Entretanto, segundo Santos (2018), algumas empresas têm relatado dificuldades do agricultor de se adaptar as lógicas de trabalhos formalizadas e a nova forma de gerenciamento da cultura, por outro lado alguns agricultores relatam que empresas demoram ou não entregam os insumos de produção e se ausentam da prestação de assistência técnica. Andrade (2010) relata que os contratos formalizados entre empresas e agricultores são frágeis e preveem sua extinção quando quebra de uma das cláusulas, porém não fica evidente a quebra de contrato por parte do fornecimento de adubos ou insumos externos por parte das empresas, ou seja, os agricultores podem assim denunciar, caso descumprimento. Esse novo modelo de produção, para Santos (2018), trouxe embates entre empresas de dendê e agricultor familiar, no decorrer da implantação da cultura, assim o cumprimento das normas de trabalho, invasão de terras, e cláusulas estabelecidas nos contratos de integração, são os desafios enfrentados tanto pelas empresas de dendê quanto pelos agricultores.

A dinâmica de ocupação das empresas de dendê no assentamento BAB, me parecem ocupar um terreno prático das transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo. Em decorrência do ciclo de expansão da cultura no Vale do Acaraú, as empresas encontram um espaço que é caracterizado por diversas ordens de carência, grande densidade populacional na área rural e pela existência de grandes áreas com potencial de conversão em plantios, com isso os impactos dos avanços do óleo de palma, marca alterações nos aspectos socioeconômicos e culturais na região (MONTEIRO, 2017). Em paralelo a isso, os agricultores do assentamento formalizam parcerias e relações institucionais com o IFPA e IDEFLOR-bio, trazendo novas em relação as formas de agriculturas praticas na região, moldando uma lógica de diversificação e produção, contrária ao fenômeno de expansão tecnológica do dendê.

Esse movimento desacelerou o desenvolvimento da trajetória tecnológica do dendê entre os assentados. A lógica factível da expansão da dendeicultura, marcou presença por uma dualidade de escolhas e processos constitutivos de relações marcadas por eventos que eram expandidos conforme a dinâmica evolutiva da trajetória do dendê no vale do Acará. As instituições assim como as relações com os agentes formais e informais presentes durante a trajetória dos associados do BAB (relações, parcerias, projetos), marcaram a vida dos agricultores e continua presentes em seus cotidianos de forma a marcar processos de tomadas de decisão. Isso demonstra os paralelos da expansão da monocultura com a expansão e desenvolvimento do assentamento. Marcando um processo de resistência à entrada da lógica da dendeicultura frente a um modelo de produção que desfavorece os espaços naturais e não colabora para formas resilientes de relações de mão de obra e renda.

As configurações do espaço-lugar do vale do Acará, marcam as opções de dualidades do desenvolvimento das trajetórias de muitos agricultores no assentamento e ao mesmo tempo definem as relações construídas no assentamento. As dinâmicas das relações sociais construídas com o coletivo da associação moldaram as preferências sociotécnicas dos agentes estabelecidos, fortalecendo as estruturas e o desenvolvimento das trajetórias presentes, moldando as preferências e as concorrências entre as opções de escolhas produtivas e recusando a monocultura do dendê em suas bases de opções.

A trajetória do dendê afeta todo espaço ao em torno do assentamento, alterando a paisagem e as dinâmicas locais de limites entre as propriedades. Segundo Monteiro (2017) a dinâmica de crescimento tecnológico do dendê afetou as trajetórias da pecuária de corte e também da agricultura familiar no vale do Acará, seja pela perda reprodutiva ou pela retirada da mão de obra familiar na microrregião. Por possuir uma dinâmica de ocupação conturbada e de grande ocupação e extração dos recursos naturais (como explicado no capítulo um), o vale do acará sofre consequências com a chegada do dendê por se caracterizar com uma população em sua maioria rural (MONTERIO, 2017).

O favorecimento das construções tecnológicas do dendê se expande e se torna opção para os agricultores do assentamento, estabelecendo relações entre atores distintos e desiguais no campo das relações sociais de poder. Segundo, Santos (2018), analisando as dinâmicas assimétricas dos atores sociais presentes nos conflitos socioambientais do dendê no nordeste paraense, relaciona que os atores com maior quantidade de poder possuem controle sobre o

acesso e uso dos recursos naturais, como no caso das empresas de palma que possuem mais instituições de apoio e interações políticas do que a agricultura familiar, logo tendo mais controle sobre os recursos.

A dominação ocorre por meio da criação de políticas públicas do estado que fortalecem a expansão da monocultura, fortalecendo a assimetria de poder entre os atores responsáveis. As empresas não mudam a posição de dominadora, pois estão cada vez mais articuladas com o estado para a expansão da monocultura (SANTOS, 2018), criando assim estruturas de influência e poder que dificilmente são rompidas, podemos verificar que no assentamento BAB, os choques de interesse demonstram que as diversas visões de mundo são postas em questão em relação ao desenvolvimento de estratégias direcionadas aos tipos de agroecossistemas a serem priorizados, em face principalmente da capacidade de recursos mobilizados para seu empenho, e também sobre a capacidade de recursos humanos e naturais a serem disponibilizados. É com isso que as diversas dinâmicas de governança para a expansão tecnológica do dendê se cruzam com a expansão e trajetória dos associados da APRABAB, marcando fases de expansão distintas movidas pelas relações sociais inseridas em diferentes arranjos institucionais (MONTEIRO, 2017) e também por diferentes dinâmicas de visões de mundo.

- **OS SISTEMAS AGROFLORESTAIS E AS DINÂMICAS PRODUTIVAS E SOCIAIS NO ASSENTAMENTO**

Durante muito tempo, os agricultores do assentamento construíram e moldaram suas vidas através do estabelecimento de sistemas produtivos adaptáveis a região do nordeste paraense. A região é marcada por diversas práticas de manejo, dentre elas há mais comuns como a mandioca, pimenta-do-reino e o açaí, essas culturas estabeleceram as bases produtivas para a maioria dos associados que trazem as práticas socioecológicas embutidas nas memórias culturais tradicionais das famílias do nordeste paraense. Mais especificamente no assentamento, os sistemas de cultivo variam desde sistemas mais complexos, com agroecossistemas diversos e oriundos de manejos ecológicos com espécies florestais, até níveis mais simples com culturas anuais representadas pelo cultivo da mandioca, juntamente com a pimenta-do-reino e açaí.

A pimenta-do-reino é um ponto chave nesta discussão, possui uma grande expressão espacial no nordeste paraense e foi base para construção de sistema agroflorestais mais

complexos e diversificados. Por possuir bastante aptidão entre os agricultores, a cultura moldou os modos de produção relativos à comercialização e influenciou tomadas de decisões em níveis de escala regionais e nacionais. Para introduzir este assunto, é preciso compreender primeiro a grandiosidade da expansão da pimenta-do-reino no Pará e na Amazônia assim como sua importância para a agricultura familiar regional.

- **O ciclo da pimenta-do-reino no Pará**

A pimenta-do-reino foi introduzida no estado do Pará através da migração japonesa na Amazônia que se iniciou em 1929, instalando-se em Tomé-açu, decorrendo de circunstâncias específicas do mercado pós-guerra. A comercialização da pimenta, no início, era bastante difícil e se restringia à venda em pequena quantidade para comerciantes locais. No final da guerra, em 1945, a pimenta-do-reino passou a despontar como cultura realmente promissora e em 1950 chegou como primeiro lugar de vendas em todo Brasil (HOMMA, 1996). Segundo Homma, (1996) a II Guerra Mundial acabou sendo responsável por diversos transtornos aos imigrantes japoneses na Amazônia, mas foi também a razão desse sucesso, devido a destruição das plantações de pimenta-do-reino e da prioridade para a produção de alimentos básicos. Apesar de a cultura ser exclusivamente japonesa, foi rapidamente democratizada pelos produtores brasileiros que absorveram as técnicas de manejo, cultivo e beneficiamento, tornando em 1982 o Brasil o primeiro colocado em exportação mundial.

É importante situar neste grande ciclo da pimenta-do-reino, as últimas fases de expansão da cultura na Amazônia, como apresentado nas análises de Alfredo Homma (2016), engenheiro-agrônomo e pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental de Belém-PA, que apontou que no período de 1988 a 1991 a cultura apresentou significativa expansão entre os agricultores familiares e pequenos produtores, dependendo de mão de obra familiar e pouca utilização de insumos modernos, a pesar de crise da doença *Fusarium*, nas diversas áreas espaciais do estado do Pará, a cultura bateu recorde mundial de vendas em 1991.

Em 1999 uma crise no setor é provocada pelos preços internacionais de mercado e a cultura é negligenciada pelos grandes produtores, abrindo espaço para pequenos produtores. Neste período uma grande preocupação ambiental surge e é incorporada nas reflexões sobre a expansão da cultura em áreas florestais, assim como na utilização de estacas de árvores em extinção. Com isso, a partir dos anos 2000, com investimentos nas áreas de pimentas no estado do Pará a partir dos recursos do Fundo constitucional do Norte (FNO), ocorre a alta nos preços

da pimenta-do-reino, porém já refletindo em quedas nos preços nos anos seguintes de 2002 e 2003 (HOMMA, 2016). Assim os pequenos produtores passam a incorporar cultivos de frutas perenes como cacau, cupuaçu e açaí para aproveitamento das estacas de pimenta, antes e após a morte delas. Porém, mesmo neste cenário a produção de pimenta se destaca em meio a outras culturas como açaí e cupuaçu.

A partir de 2005/2006 a expansão da pimenta pelos pequenos produtores cresce e plantios com menos de 2 ha representam 72% dos estabelecimentos, 38% da área plantada e contribuem com 52% da produção estadual. Os pequenos produtores conseguem suportar a queda de preço da pimenta por algum tempo, pelo tamanho da área plantada, uso de mão de obra familiar e reduzido uso de insumos modernos (HOMMA, 2016). Nas terras paraenses, encontramos extensas plantações de pimenta-do-reino em praticamente todos os cantos, com destaque para os municípios do nordeste do estado, como Tomé-Açu, Igarapé-Açu, Baião e Capitão Poço, que despontam como importantes polos produtores dessa especiaria (IBGE, 2015). No vale do Acará, a cultura cresce em investimento até meados de 2015, em um cenário que independente do predomínio da trajetória do dendê no volume de recursos investidos, há também um crescimento de trajetórias tecnológicas vinculadas às lavouras perenes, como é o caso da pimenta do reino, e principalmente, a cultura do açaí em terra firme que, se somados os seus valores financiados, ultrapassaram o valor contratado pelo dendê no Vale do Acará (MONTEIRO. 2017)

A conjuntura de expansão do ciclo da cultura contribuiu gradativamente para a incorporação de sistemas agroflorestais na região nordeste paraense, principalmente em Tomé-açu, sendo como cidade referência em cultivos de pimenta. Quando se examina o comportamento dos agricultores de Tomé-açu, se observa que a relação das pimentas com os SAF'S é antiga e emergiu desde o desenvolvimento da colônia nipo-brasileira no município. As diversas formas de aproveitar as áreas antes do plantio de pimenta-do-reino com maracujá, melão, mamão, etc., durante o crescimento com cacau, andiroba e seringueira, ou depois da morte das pimenteiras com o plantio de maracujá, dendê, limão, coco e etc, impactam nos aprendizados dessas combinações e em diversas perspectivas de mercados, o que deu origem à formação de diversos sistemas agroflorestais (SAFs) ativos e inativos (HOMMA, 2016).

- **Os sistemas agroflorestais e o Assentamento BAB**

Os sistemas agroflorestais representaram uma transformação que chegou no assentamento mais tecnicamente através da implementação do viveiro de mudas e a oferta de cursos de formação em construção e manejos em Safs em 2016. A construção da lógica dos safes entre os agricultores se deu de forma a conciliar as espécies cultivadas habitualmente pelos agricultores com formas de arranjos agroflorestais mais técnicos e complexos, estruturados para combinação de espécies de interesse e moldados para representar as aptidões dos agricultores correspondentes. Nessa lógica a implementação de incorporação de culturas como banana, mandioca, feijão ou milho espécies frutíferas como cupuaçu, cacau, goiaba, pimenta-do-reino e açaí, se mostrou com mais aptidão a incorporação por estes agricultores.

Nesses contextos, o processo de construção de estratégias voltadas para os agroecossistemas, principalmente no que diz respeito às realidades ecológicas encontradas nas entre os estilos de agricultura, impulsionou o interesse dos agricultores por práticas de manejo de sistemas mais agroecológicos, o que acarretou na busca por alternativas viáveis com a realidade da agricultura no município de Acará, isso oportunizou possibilidades complexas a serem consideradas por todos os agricultores que compunham as redes de relações com associação.

Notadamente, a incorporação destas experiências, tiveram início em meados de 2019 e 2020, através de um **intercâmbio realizado na cidade de Tomé-açu**, na propriedade de Michinori Konagano (um produtor e defensor dos sistemas agroflorestais na região nordeste do Pará). Durante uma semana, os agricultores participantes permaneceram na propriedade, engajando-se em atividades de aprendizado (cursos e dias de campo) e compartilhamento de experiências relacionadas aos sistemas agroflorestais. Esta iniciativa, realizada em colaboração com o IFPA, revelou-se de extrema importância na disseminação e estímulo à produção de sistemas agroflorestais entre os membros associados da APRABAB.

É importante observar que o interesse nas práticas dos Safs se deu em um processo contínuo de transformações produtivas e sociais locais de expansão das opções produtivas relacionadas a demandas locais e regionais de comercialização. Principalmente no âmbito dos agentes envolvidos e relacionadas a associação APRABAB, que em suas redes de conexões e interesses buscaram opções de estratégias voltadas para as aptidões agrícolas dos assentados.

Figura 9: Sistema agroflorestal, composto por arranjos de pimenta-do-reino e Açaí



Fonte: Autor

Todas as práticas e processos de transição, principalmente ligados aos sistemas agroflorestais, se deram a partir da construção coletiva e colaborativa. As mudanças ocorreram não de forma abstrata, porém sim de forma concreta comprometida em valorizar a reciprocidade e coletividade das atividades já estabelecidas entre os contratos sociais locais. Construídas a partir de múltiplas visões de estratégias locais de produção e de uma forma de transição para uma lógica agroecológica produtiva local que representa os associados.

Neste caso, Vieira (2009) e Almeida (2006) ressaltam que as práticas tradicionais são distantes e que muitas vezes não coincidem com projetos de restauração ou conservação florestal aplicados na Amazônia, além de apresentar processos longos de apartação e criação de agenciamentos. O exemplo de práticas do BAB demonstra que a adaptabilidade da agricultura familiar está intrinsecamente ligada aos componentes históricos e principalmente movida pela busca da reprodução de modelos técnicos difundidos em uma forma. Rodrigues (2017) traz elementos que nos ajudam a compreender que a restauração ecológica ligada à captura de técnicas e reprodução de perspectivas de transformação em prática de produtos de “serviços ambientais”, ou seja, a reprodução de um modelo, sem problematizar as diferenças e as

especificidades, não considera os agenciamentos socioprodutivos que são encontrados nas especificidades do campo e da natureza. A experimentação e reprodução de sistemas agroflorestais, representa a multiplicidade de abertura de relações e especializações, ligadas ao mesmo tempo a componentes históricos de suporte que mantêm as necessidades de reprodução para a promoção de conservação, conectados a processos sociais locais.

A articulação para a reforma ou adaptação dos “ecossistemas naturais” pensados em modelos ecológicos, enfatizam as relações culturais e, principalmente, valorizam as agriculturas nativas em cada localidade específica, e se mostra como mais adequado para se pensar as questões de adaptabilidade da agricultura na Amazônia, permitindo pensar em práticas de restauração ecológica nestas localidades. O desenvolvimento de trajetórias institucionais ligadas às trajetórias dos agentes nas localidades do assentamento BAB, representam eventos que são materializados em construções socioecológicas estratégias de agroecossistemas.

As condições de agrupamento dos atores me esclarecem reflexões sobre de como a capacidade dos atores de “agência” encontram espaços e criam manobras como estratégias relativamente autônomas de produção e trabalho (GIDDENS, 1989). A opção de produção e escolha por sistemas alternativos, representa uma característica particular da agricultura camponesa, onde as noções de práticas e formas produtivas são intrínsecas de culturas e representações locais, movidas por diversos agentes. Hofstee (1946) nos ajuda a compreender com o conceito de “estilos de agricultura” onde as dimensões de cultura e localidade representam normas, conhecimentos, experiências etc., portados por um grupo de agricultores, em uma região específica, que descreve o modo com que a práxis agrícola é levada adiante pelas comunidades. O caráter multilinear e os contingentes das trajetórias de mudanças envolvem mecanismos de coordenação e formas de governança que atravessam diferentes domínios e escalas de intervenção (PALM, 2021).

Certamente este estudo de caso representa como os mecanismos de articulações a respeito de modelos de restauração na amazônia são encontrados em diversas perspectivas de possibilidades no campo prático da agricultura ecológica e agroecológica. Além de considerar os processos endógenos, a restauração se alia aos processos e objetivos locais de produção e comercialização através de sistemas agroflorestais e experiências ecológicas conjuntas. Dessa maneira valorizando as especificidades da agricultura amazônica e principalmente representando uma diversidade de trajetórias de desenvolvimento, que resiste aos avanços das

fronteiras de expansão agropecuária e ao mesmo tempo marcam pontos de referência de construções sociais locais de coprodução e conservação dos bens comuns da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar esta jornada ao entorno das diversas trajetórias encontradas entre agricultores e agricultoras no assentamento BAB, finalizo esta pesquisa com os caminhos traçados e percorridos por indivíduos que construíram histórias específicas ao entorno de objetivos paralelos e relevantes dentro de seus núcleos familiares. Destaco primeiramente a inebriante força coletiva encontrada na organização social ao em torno da associação de pequenos produtores do assentamento Benedito Alves Bandeira, em sua maioria oriunda do município de Bujaru, onde as forças da organização da entidade, traçaram caminhos de reivindicação e resistência, frente à expansão desenfreada das fronteiras agropecuárias e da monocultura do dendê, em um contexto de resistência sem apoio do estado. Visualizamos um trajeto de resistência frente à ocupação e reivindicação das terras, onde os agricultores encontraram nos órgãos coletivos, uma maneira de lutar coletivamente e cobrar do estado os meios necessários para o desenvolvimento e permanências das famílias em suas terras.

Mais adiante, a organização ao entorno das atividades coletivas representa histórias individuais únicas ligadas por um único elo, porém também cheia de significados embutidos de cada indivíduo social. Ao traçarmos as linhas do tempo nesta grande teia social, indenizamos que em 1995 o grupo coletivo de articulação Mutirão, através da disputa de chapa na associação, dá início a diversas políticas e trabalhos gerados a partir da perspectiva do grupo e do coletivo. É com isso que a partir de 2002, após disputas internas e reivindicações políticas o grupo buscar parcerias com o IAAM (instituto agroecológico da amazônia) e a EAC (escola agrotécnica de castanhal) a fim de encurtar os caminhos do ensino profissionalizante para os filhos dos agricultores do assentamento. Essas instituições foram de suma importância para articulações futuras entre os associados e responsáveis por aproximações, articulações e mudanças de perspectivas.

As diversas trajetórias encontradas entre os agricultores entrevistados representam as possibilidades na busca por estratégias produtivas frente a autonomia de seus núcleos familiares. Ao relacionarmos as *construções de sistemas agroflorestais* e a *resistência ao*

avanço da monocultura do dendê encontramos frentes de relações particulares associadas aos elementos biofísicos e as relações com a natureza presentes nos estabelecimentos agrícolas. O processo de transição para práticas ecológicas, apresentou-se como um ponto de virada nas trajetórias dos agricultores e agricultoras. A comunidade é parte crucial neste processo pois serve como base de recursos disponíveis (relações externas) e também como fonte de correspondência social/técnica estabelecida na mobilização e influência dos núcleos familiares correspondentes ao processo do trabalho. Uma das principais bases destes recursos se encontra nas parcerias com o projeto PROSAF e com o IFPA, masterizadas na construção do viveiro de mudas coletivo e nas visitas e cursos de formação realizados no início da implementação do projeto.

As perspectivas colocadas em cheque pelas dualidades dos processos de implementação da cultura do dendê, apresentam resistência frente ao avanço tecnológico da cultura no vale do acará e principalmente estão associadas as práticas culturais e coletivas encontradas nos espaços das vidas cotidianas do assentamento. Essa resistência é marcada principalmente pelas configurações presentes no espaço-lugar, onde as relações e dinâmicas sociais definem as linhas produtivas dos agricultores e agricultoras. Estas relações marcaram os processos das trajetórias de muitos assentados, onde as mudanças na paisagem e também nas configurações do espaço em meio a monocultura do dendê, refletiram na preservação dos modos tradicionais de produção estabelecidos a gerações entre as famílias.

Outro ponto a ser levantado diz respeito aos mecanismos encontrados nas práticas de sistemas agroflorestais (SAFS), onde a onda de mudanças relativas teve início em meados dos anos 2000 com a chegada do IAMM, e o incremento de perspectivas de mudanças produtivas. A perspectiva da lógica da construção dos safes se deu da forma de conciliar espécies usualmente praticadas em manejos integrados com espécies de interesse produtivo. Dentre essas espécies destacamos a pimenta-do-reino e o açaí, duas espécies que representaram as bases construtivas de muitas trajetórias de vários interlocutores deste trabalho e foram de suma importância para os processos de trabalho e renda dentre os associados, representando saídas de comercialização e circuitos menos complexos. Enxergamos que os processos de construções de estratégias produtivas ecológicas ligadas a agroecossistema, possibilitou o engajamento mais impulsionado de fluxos mais contínuos com a natureza e compromissados com a gestão dos recursos naturais, gerando mais infraestruturas na gestão de recursos e aumentando a produtividade ao longo do tempo.

Certamente o modelo de restauração apresentado pelo IDEFLOR-bio, se conjurou nas mais variadas formas de construir modelos ecológicos pautados nos ecossistemas naturais e principalmente se adequando às localidades produtivas. A construção socioecológica relatada pelos interlocutores deste trabalho, representa frentes de agrupamentos comprometidos com a valorização coletiva e também respeitando as estratégias locais de reprodução social e produtiva. Este estudo aponta mecanismos de reflexões sobre como as incorporações de modelos de restauração ecológica são colocados na agricultura amazônica, estudos mais complexos são necessários pra se apontar processos de legitimidades sociais incorporados nas especificidades de implementação desses projetos e de como justificativas socialmente disponíveis podem servir para incorporar os projetos de demandas.

Por fim, destaco que as complexidades encontradas nas diversas histórias do assentamento BAB, representam anos de demandas e lutas pela reforma agrária popular e permanência na terra, desafiadas pelos interesses de grandes produtores e também por diversos agente políticos e não políticos presentes no corpo do estado nos processos de luta. As reflexões a respeito do papel coletivo apresentado na associação e nas trajetórias produtivas, representam contribuições construídas por cada agricultor ou agricultora compromissados e ligados por origens étnicas de construção social. Desse modo, a memória bicultural influencia e perpetua os modos tradicionais de vida entre os moradores contribuindo e abrindo espaço para questionamentos da crise do mundo contemporâneos e abrindo portas para diálogos de saberes e investigações participativas que contribuem para a valorização dos povos e comunidades tradicionais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. - 3. ed. - São Paulo: Edusp.p 296. (2007).

ANDRADE, Lucia Gama de. **Programa nacional de produção e uso de biodiesel: possibilidade e limites do desenvolvimento econômico e da inclusão social para a agricultura familiar na Amazônia: o assentamento calmaria II – Moju (PA)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

ABREU, Lucimar Santiago, Lauro Charlet PEREIRA, Stéphane BELLON, Maria Cléofas Faggion Alencar, and Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente. "**Transição agroecológica em sistemas agroflorestais no sudoeste da Amazônia brasileira.**" (2016).

ALMEIDA, D. S. D. **Recuperação ambiental da mata atlântica**. Editus. (2016)

ALVES Pereira, C., & Guimarães Vieira, I. C. **A importância das florestas secundárias e os impactos de sua substituição por plantios mecanizados de grãos na Amazônia**. *Interciência*, 26(8), 337-341. (2001).

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: **Autonomia Literária**, Elefante, 2016.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica: usos e abusos da história oral. *São Paulo: FGV*. (1996).
- BORGES, A., & Rossi, L. G. F. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia, de Bruno Latour. (2004).
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia. Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.
- BOLTANSKI, L., & Chiapello, É. *O novo espírito do capitalismo*. WMF Martins Fontes. (2009).
- BÖRNER, J. Mudanças tecnológicas e políticas agroambientais no âmbito do estabelecimento da agricultura familiar. *Novos Cadernos NAEA*, 6(2). (2003).
- CUNHA, M. C. D. O., MAGALHÃES, S. B. O., & ADAMS, C. O. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. (2021)
- CASTRO, E. V. Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation. *Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of lowland South America*, 2(1), 3-22. (2004).
- CARNEIRO, R. D. V. Experiências de recuperação florestal praticadas por agricultores familiares do Nordeste do Pará. (2018).
- _____, R.do V.; NAVEGANTES-ALVES, L. F.; CARVALHO; R, C. Preocupações Ambientais e Recuperação Florestal por Agricultores Familiares na Amazônia Oriental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE - ANPPAS, 8. Natal-RN, Brasil, Anais... Natal-RN, Brasil: ANPPAS, 2017.p. 1-18. 2017

CORDEIRO, I. M. C. C., VASCONCELOS, L. G. T. R., Schwartz, G., & OLIVEIRA, F. D. A. Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. (2017).

COSTA, Raquel de Jesus et al. “Um conhecido estranho”: transformações no lugar de morada e nas relações de sociabilidade sob influência da dendeicultura na vila Forquilha, Tomé-Açu/Pará. 2020.

_____, F. A. Trajetórias Tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86. (2009).

_____, F. D. A. (2005). Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. *Estudos Avançados*, 19, 131-156.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 2012.

DAHLQUIST, R. M.; WHELAN, M. P.; WINOWIECKI, L.; POLIDORO, B.; CANDELA, S.; HARVEY, C. A.; WULFHORST, J. D.; MCDANIEL; BOSQUE-PÉREZ, P. A. Incorporating livelihoods in biodiversity conservation: a case study of cacao agroforestry systems in Talamanca, Costa Rica. *Biodiversity and Conservation*.V. 16, p. 2311-2333,2007.

DIAS-FILHO, M. B.; Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação. 4 ed. Belém: Edição do Autor, abr. 2011b. 215p. Disponível em: <<http://goo.gl/2dndTO>>.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978.

GARCIA, B. N. R., Vieira, T. A., & Oliveira, F. D. A. (2015). Quintais agroflorestais e segurança alimentar em uma comunidade rural na Amazônia Oriental. *Revista de la Facultad de Agronomía, 114*. (2015).

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Sao Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HECKTHEUER, F. R., Gabriel, M. R., & Gugliano, A. A). Espaços participativos em projetos cooperativos sustentáveis: o caso do projeto Reça, na Amazônia brasileira. *História: Debates e Tendências, 21*(1), 256-273. (2021).

HOMMA, A. K. O. Civilização da pimenta-do-reino na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34., 1996, Aracaju. Anais. Brasília: SOBER, 1996.

HOMMA, A. K. O., Walker, R. T., Carvalho, R. D. A., Ferreira, C. A. P., de CONTO, A. J., & dos SANTOS, A. I. M. (1994). Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso dos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açu, Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 1.; ENCONTRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NOS PAÍSES DO MERCOSUL, 1., 1994, Porto Velho. Anais... Colombo: EMBRAPA-CNPQ, 1994.

HOMMA, A. K. O. A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

HURTIENNE, T.; KAHWAGE, C. (Org.). Inovação e difusão tecnológica para sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia: resultados e implicações do projeto SHIFT socioeconomia. **Belém: UFPA/NAEA**, 2006. 278 p.

_____, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005.

HOFSTEE, E. W. *The causes of diversity in Dutch agriculture*. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1946.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Capitão Poço. 2015. Disponível em: Acesso em: 23 abr. 2018.

LITTLE, Paul E. **Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.

LOURINHO, M., Costa, C. A., Souza, L., Souza, L., & Neto, C. O. (2014). Conjuntura da pimenta-do-reino no mercado nacional e na região norte do Brasil. *Enciclopédia Biosfera*, 10(18).

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: D. BOOTH (ed.). **Rethinking Social Development: theory, research and practice**. London: Longman, p. 62-90, (1994).

MONTEIRO, A. E. G. Dinâmicas territoriais no nordeste do Estado do Pará. (2020).

MONTEIRO, M. D. A. Habitus, governanças institucionais e trajetórias tecnológicas: uma análise sociológica do espaço, o caso da expansão do óleo de palma (dendê) no Vale do Acará, Pará. (2017).

MASSOCA, P.E. dos S., Jacovak, A.C.C., Bentos, T.V., Williamson, G.B., Mesquita, R.D.C.G., Dinâmica e trajetórias da sucessão secundária na Amazônia central Dynamics and trajectories of secondary succession in Central Amazonia 7, 235–250. 2012

METZGER, J.P. Bases biológicas para definição de reservas legais. **Ciência Hoje**, v.3, n. 183, p. 48-49, 2002.

MURDOCH, Jonathan. Networking rurality: the emergence complexity in the countryside. In: CLOKE, Paul (org.). **Handbook of rural studies**. Sage: London, 2006.

NUNES, Sâmia, Luis Oliveira, João Siqueira, Douglas C Morton e Carlos M Souza. “Unmasking Secondary Vegetation Dynamics in the Brazilian Amazon”. **Environmental Research Letters** 15, nº 3 <<https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab76db>> (2020).

NOELLI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas - 1872-2000. **Revista USP**, v. 44, p. 218-269. (2000).

NOGUEIRA, A. K. M., Santana, A. C. D., & Garcia, W. S. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. *Revista Ceres*, 60, 324-331. (2013)

OLIVEIRA, M. D. S. P., de Farias Neto, J. T., & da Silva Pena, R. **Açaí: técnicas de cultivo e processamento**. *CEP*, 60, 002. (2007).

PINTO, A., Amaral, P., Salomão, R., Junior, L. O., Cunha, C. A., & Figueiredo, L. **Restauração Florestal em Larga Escala na Amazônia: O Potencial da Vegetação Secundária**. (2021).

PLOEG, J. D. Van der. Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands. **Sociologia Ruralis**, v. 32, n. 2, p. 240-246, 1993.

PLOEG van der Ploeg, J. D. **Sete teses sobre a agricultura camponesa. In Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** (No. Especial, pp. 17-32). (2009)

SAMPAIO, S. M. N., Venturieri, A., Campos, A. G. S., & Elleres, F. A. P. **Dinâmica da cobertura vegetal e do uso da terra na mesorregião nordeste paraense. Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém, PA, EDUFRA, 131-159. (2017).**

REBELLO, F. K. Da lenha ao óleo de Palma: a transformação da agricultura no Nordeste Paraense (**Doctoral dissertation, Ufra/Campus Belém**). (2012)

SOUZA, D. M. B. G. D., Almeida, m. W. A. D. S., Melo, a. T. M., Coelho, r. D. F. R., & Calzavara, b. B. Construção de arranjos de sistemas agroflorestais no assentamento Benedito Alves Bandeira, Acará-PA. **Cadernos de Agroecologia**, 13(1). (2018).

SANTOS, A. R., de Farias, A. L. A., & Freitas, M. R. F. **POLÍTICA AGROAMBIENTAL NA AMAZÔNIA: A INSUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO DO DENDÊ. Revista Agroecossistemas**, 12(2), 152-174. (2021).

SANTOS, A. R. D. S. **Conflitos socioambientais, Capital e Dendeicultura: as estratégias das empresas de dendê e suas contradições na Amazônia Paraense. (2018).**

SILVA, E. D. *Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental* (**Doctoral dissertation, Dissertação de mestrado**). **Universidade Federal do Pará, Belém**) (2016).

SAMBUICHI, R. H. R. O., Silva, A. P. M. D. O., Oliveira, M. A. C. D. O., & Savian, M. **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. (2014).

PALM, J. L., Schmitt, C. J., & Lamine, C. Uma leitura territorialmente situada dos processos de transição agroecológica: ecologia de projetos na Região Serrana Fluminense. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, **26**. (2021).

ROBERT, P. et al. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 1, p. 339-369, 2012.

RIVAL, L. M. Domesticating the landscape, producing crops and reproducing society in Amazonia. *In: PARKIN, D.; ULJASZEK, S. (ed.). Emergence and convergence: towards a new holistic anthropology?* Oxford: Berghahn. p. 72-90 (2007).

VIEIRA, I. C., da VEIGA, J. B., YARED, J., SALOMÃO, R. D. P., OHASHI, S., & BRIENZA JUNIOR, S. **Bases técnicas e referenciais para o programa de restauração florestal do Pará: um bilhão de árvores para a Amazônia**. (2009).

SANTOS, a. R., de farias, a. L. A., & freitas, m. R. F. **Política agroambiental na amazônia: a insustentabilidade da produção do dendê**. *Revista agroecossistemas*, *12*(2), 152-174. (2021)

SANTOS, A. R. D. S. **Conflitos socioambientais, Capital e Dendeicultura: as estratégias das empresas de dendê e suas contradições na Amazônia Paraense** (2018).

SERVOLIN, C. L'Absostion de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: TAVERNIER, Y.; GERVAIS, M.; SERVOLIN, C. L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine. Paris: Presses de la Foundation National des Sciences Politiques, 1972. p.41-77. (1972).

SOUSA, R., Coelho, R., Silva, F., & Azevedo, H. (2016). Núcleo de Estudos em Agroecologia: a construção de uma (re) ação na Amazonia paraense. *Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)]*, 11(1).9. (2016).

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 21-72 p (2009).

SCHNEIDER, S., & Niederle, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 989-1014. (2008).

TOLEDO, V. M. M., & Barrera-Bassols, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio ambientes**, 20. (2009).

TAVARES, G. D. S., Homma, A. K. O., de Menezes, A. A., & Palheta, M. P. **Análise da produção e comercialização de açaí no estado do Pará, Brasil**. (2022).

TELES, Geise Corrêa; SOUZA, Marcelo Marini Pereira de. Expansão minerária e neoextrativismo na Amazônia risco, vulnerabilidade e (in)justiça ambiental. In: **Anais do X Encontro Nacional da Anppas. Anais Campinas** (SP) Unicamp, 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.

ANEXO I

Fotografias pesquisa de campo

Imagem 1: Igreja a beira da estrada, localizada no Assentamento Benedito Alves Bandeira



Imagem 2: Ônibus de transporte escolar localizado no assentamento Benedito Alves Bandeira



Imagem 4: Caminhão de transporte de dendê, em locomoção no assentamento BAB

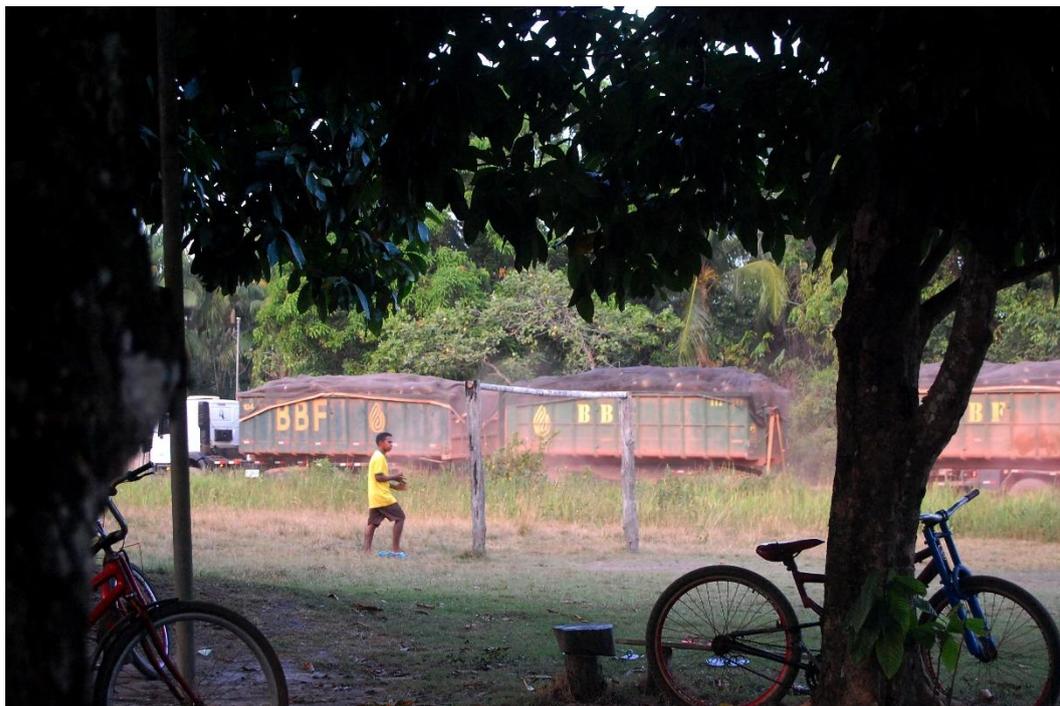


Imagem 5: Saca de pimenta-do-reino recém colhida



Imagem 6: Sede da Associação dos Produtores rurais do Assentamento Benedito Alves bandeira, localizada na segunda travessa.



Imagem 7: Ypê amarelo, localizado no assentamento BAB



Imagem 8: Nito, residente no assentamento a mais de 30 anos



Imagem 9: Escola Municipal do Assentamento Benedito Alves Bandeira



Imagem 10: Agricultor caminhando em produção de pimenta-do-reino



Imagem 11: Essências florestais em propriedade de agricultor familiar

